

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

EDUARDO CARLOS PEREIRA (1855-1923)
E O PROJETO EDUCACIONAL PRESBITERIANO NO BRASIL

EDISON APARECIDO GUTIERRES

MARINGÁ
2010

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO: MESTRADO

**EDUARDO CARLOS PEREIRA (1855-1923)
E O PROJETO EDUCACIONAL PRESBITERIANO NO BRASIL**

Dissertação apresentada por EDISON APARECIDO GUTIERRES, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Área de Concentração: Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientador:
Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo

MARINGÁ
2010

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

G984e Gutierrez, Edison Aparecido
Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e o projeto educacional presbiteriano no Brasil / Edison Aparecido Gutierrez. -- Maringá, 2010.
108 f. : il. color.

Orientador : Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-graduação em Educação, área de concentração: Fundamentos de Educação, 2010.

1. Pereira, Eduardo Carlos, 1855-1923 - Concepções de Educação. 2. Pereira, Eduardo Carlos, 1855-1923 - Igreja Presbiteriana. 3. Pereira, Eduardo Carlos, 1855-1923 - História da Educação no Brasil. 4. Pereira, Eduardo Carlos, 1855-1923 - Educação - Religião. I. Universidade Estadual de Maringá. Programa de Pós-graduação em Educação. Área de concentração: Fundamentos de Educação. II. Título.

CDD 21.ed. 372.84

EDISON APARECIDO GUTIERRES

**EDUARDO CARLOS PEREIRA (1855-1923)
E O PROJETO EDUCACIONAL PRESBITERIANO NO BRASIL**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo
(Orientador) PPE – UEM

Profa. Dr^a Maria Elizabeth Blanck Miguel – PUCPR

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo – PPE. – UEM

Maringá, 04 de março de 2010.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo, pela colaboração na construção do conhecimento, mas, sobretudo pelo respeito e companheirismo;

Aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dra. Maria Elizabeth Blanck Miguel, Professor Dr. José Joaquim Pereira Melo, por tão valorosa contribuição;

Ao corpo docente e funcionários do Programa de Pós-graduação em Educação da UEM, pela gentileza e dedicação;

Àos amigos Domingos, Adriana, Ariela, Aldivina, Madalena, Helaine e Carmen, companheiros na caminhada;

À Minha família que amo de coração;

Aos meus pais, Afonso e Brasília, que na sua simplicidade, me ensinaram a buscar o caminho da fé e da retidão;

À minha irmã Lourdes e minha sobrinha Vanessa que sempre me apóiam, e ao meu sobrinho Valdinei a quem devo a inspiração por esse trabalho;

À Minha amada esposa Lourdes e meu amado filho Lucas que são a principal razão pela qual enfrento os desafios.

GUTIERRES, Edison Aparecido. **EDUARDO CARLOS PEREIRA (1855-1923) E O PROJETO EDUCACIONAL PRESBITERIANO NO BRASIL**. 111f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. Cézar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2010.

RESUMO

Análise da concepção de educação de Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), um dos primeiros líderes da Igreja Presbiteriana nascidos no Brasil. Ele foi pastor e professor de português. Utilizou a imprensa como meio para divulgação do ideário presbiteriano e também para debater as estratégias de evangelização da sua própria denominação religiosa. Seu pensamento se insere no quadro da instituição da república no Brasil, fator decisivo na história das relações entre o Estado brasileiro e a Igreja católica que, apenas em 1889, com a proclamação da república, deixara de ser a religião oficial do país. A primeira geração de líderes presbiterianos nascida no Brasil comungava ainda a idéia de que o protestantismo representava uma clara possibilidade de “progresso” religioso, cultural e econômico. Essa visão foi identificada pela pesquisa nos artigos escritos por Eduardo Carlos Pereira no jornal O Estandarte, fundado por ele em 1893 e que ainda hoje é o jornal oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, denominação oriunda de um cisma ocorrido na Igreja Presbiteriana no Brasil, em 1903. Ele foi um dos protagonistas mais importantes desse cisma. Entre 1893 e 1903 foram publicadas 572 números do jornal e 172 artigos eram da autoria de Eduardo Carlos Pereira. Eles tratavam de assuntos variados, todos ligados à ação da Igreja Presbiteriana no Brasil. Dentre os assuntos tratados por ele nos artigos, a educação ocupava um lugar de destaque em 30 artigos. Ele defendia uma visão de educação subordinada à religião e via nela a possibilidade de expansão do protestantismo no Brasil. Para tal, utilizava, e bem, a imprensa, como meio. Essa perspectiva não diferia daquela defendida pelas lideranças católicas no período. Assim, a escola pública se firmou no Brasil nas primeiras décadas da república, influenciada por visões religiosas da educação, e, entre essas visões, a concepção de educação de Eduardo Carlos Pereira teve destaque.

Palavras-chave: Educação. Historia da Educação. Educação Brasileira. Eduardo Carlos Pereira. Presbiterianismo - Século XX.

GUTIERRES, Edison. **CARLOS EDUARDO PEREIRA (1855-1923) AND THE PRESBYTERIAN EDUCATIONAL PROJECT IN BRAZIL**. 111f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Prof. Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2010.

ABSTRACT

Analysis on the design of education seen by Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), one of the early leaders of the Presbyterian Church born in Brazil. He was a pastor and a teacher of Portuguese. He used the press as a mean of dissemination of Presbyterian ideas and also to discuss strategies for evangelization of their own religious denomination. His thought is within the framework of the republic in Brazil, a decisive factor in the history of relations between the Brazilian state and the Catholic Church which only in 1889 with the proclamation of the republic, was no longer the official religion of the country. The first generation of Presbyterian leaders born in Brazil still communed the Idea that Protestantism was a distinct possibility of religious, cultural and economic “progress”. That view was identified by the research articles written by Carlos Eduardo Pereira in The “ O Estandarte” newspaper, founded by him in 1893 and even today it is the official journal of the Independent Presbyterian Church of Brazil. That name came from a schism occurred in the Presbyterian Church in Brazil in 1903. Pereira was one of the most important protagonists of that schism. Between 1893 and 1903, 172 newspaper articles were written by him from a total of 572. Those articles dealt different subjects, all linked to the action of the Presbyterian Church in Brazil. Among the issues addressed by him in the articles, education occupied a prominent place in 30 articles. He advocated a vision of education subordinate to religion and saw in the possibility of expansion of Protestantism in Brazil. For that aim, He used very well the press, as a mean. This perspective was not different from that advocated by Catholic leaders in the period. Thus, the public school has become established in Brazil in the early decades of the republic, influenced by religious views of education, and among those views, the concept of education by Eduardo Carlos Pereira was highlighted.

Keywords: Education. History of Education. Brazilian Education. Carlos Eduardo Pereira. Presbyteriannism - the Twentieth century.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 CONTEXTUALIZAÇÃO	11
2.1 Raízes do protestantismo presbiteriano	11
2.2 A chegada do protestantismo presbiteriano no Brasil	17
2.3 Os presbiterianos e a educação no Brasil	20
3 EDUARDO CARLOS PEREIRA	29
3.1 O educador	29
3.2 O educador secular	32
3.3 O educador eclesiástico	34
3.4 Atuação política e religiosa no âmbito da igreja	38
3.5 Atuação política e educacional no âmbito da igreja	43
3.6 O jornalista	49
3.6.1 A imprensa evangélica	49
3.6.2 O Estandarte	51
3.6.3 Análise dos artigos no jornal O Estandarte	55
3.6.4 Análise dos 20 artigos mais significativos sobre a Educação	64
4 CONCLUSÃO	89
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE	97
ANEXOS	103

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é fazer uma análise histórica da vida e da atuação educacional de Eduardo Carlos Pereira, bem como de sua contribuição para a sociedade de seu tempo. Ele utilizou a instrumentalidade da escola e da imprensa escrita para a evangelização da igreja e da sociedade.

Destaca-se também que Eduardo Carlos Pereira já foi estudado por outros autores, como a Doutora Márcia Molina (2004), professora (USP/UNISA). Sua tese objetiva analisar a Gramática Expositiva (Curso Superior) de Eduardo Carlos Pereira à luz da história das ideias linguísticas. Outro autor que o estudou é o Doutor Arival Dias Casimiro. Seu trabalho é intitulado “Eduardo Carlos Pereira Um Mestre da Língua Portuguesa” (2005). Ele analisa a produção gramatical de Eduardo Carlos Pereira, com destaque para a sua Gramática Expositiva e suas concepções linguísticas.

Constata-se que ambos os autores fazem a sua abordagem na busca por analisar a construção da atuação de Eduardo Carlos Pereira na área de filologia atendo-se a examinar a morfologia e a sintaxe do pensamento linguístico de Eduardo Carlos Pereira.

Mostra-se, por meio desta pesquisa, que Eduardo Carlos Pereira foi influenciado pela visão protestante, convertendo-se ao protestantismo presbiteriano, e abraçando a sua maneira de vida, tanto no aspecto religioso como no aspecto educacional.

Em face do projeto educacional trazido ao Brasil pelos missionários da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, em meados do século XIX e início do século XX. Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), um dos líderes da primeira geração de pastores presbiterianos brasileiros, distinguiu-se como professor e gramático, sendo professor por muitos anos na escola pública e autor de importantes obras sobre gramática. Ele contribuiu, também, de forma relevante, para a língua portuguesa em nosso país. Pereira usou um órgão da imprensa presbiteriana, “O Estandarte”, jornal que ele mesmo fundou em 1893 e no qual atuou como redator responsável. Escreveu artigos com vista a educar a sua denominação eclesiástica e a sociedade.

No primeiro momento da pesquisa será realizada uma análise do contexto em que se deram os acontecimentos para a instalação do protestantismo presbiteriano no Brasil.

O protestantismo de missão chegou ao Brasil a partir da segunda metade do século XIX. Os presbiterianos, em particular, em 1859, por meio da atuação do missionário Ashbel Green Simonton (1833-1867). Os presbiterianos vieram para o Brasil objetivando a evangelização. Essa forma de atuação era em decorrência de um despertar missionário nos Estados Unidos.

É feita uma análise das raízes do protestantismo presbiteriano: a origem do segmento religioso, onde surgiu essa expressão de fé, o que significa o termo e qual a sua forma de organização, sua proposta de vida, como religião, em relação à sociedade. A discussão desses fatos ajudará a contextualizar o trabalho desenvolvido por essa denominação.

Dimensionam-se, neste trabalho, as missões norte-americanas: como elas surgiram, qual o seu objetivo, porque o Brasil foi escolhido como campo de atuação, como se organizavam e sua maneira de atuação. Com isto evidencia-se que o protestantismo presbiteriano no Brasil é resultado do trabalho missionário que moveu os Estados Unidos no século XIX, em relação às outras nações, levando à criação de várias missões, e o investimento de muito recurso material e humano. O conhecer melhor das missões norte-americanas se faz necessário, na medida em que não podemos entender a tentativa de implantação do protestantismo presbiteriano no Brasil, sem considerar de onde surgiu esse segmento religioso.

Estabelecida a configuração das missões norte-americanas, analisaremos a chegada dessas missões no Brasil. Como se deu a instalação, quais as maiores dificuldades em propagar suas ideias, qual foi a forma de atuação do primeiro missionário presbiteriano, sua visão sobre a educação, de que maneira usou a educação escolar e a imprensa como instrumentos de evangelização. Como foi a aceitação da sociedade civil e a relação com o catolicismo romano, religião oficial do país até o final do regime monárquico.

A educação, como forma de divulgar ideais e de se comunicar com as pessoas, era um instrumento usado pelas missões norte-americanas no processo de divulgação de seu projeto de igreja para o mundo. Discute-se se no Brasil foi adotado o mesmo procedimento, referente ao uso da educação, visto que foi uma das propostas do protestantismo presbiteriano, como um meio de contribuir para comunicar-se com a sociedade. Observaremos se a proposta educacional desse segmento tinha como objetivo a educação da sociedade, com uma prática de inclusão educacional mais acessível à

população, ou se era apenas um instrumento para evangelização e introdução do seu modo de vida e seus dogmas religiosos.

No segundo capítulo de nossa pesquisa, e objetivando uma melhor compreensão, discute-se o contexto sócio-político no momento da chegada do presbiterianismo no país. No período do primeiro Reinado, o país pouco avançou em direção à modernização, mas constata-se que já havia uma participação da imprensa escrita, que seria muito usada pelo protestantismo presbiteriano logo a seguir como instrumento de divulgação de ideias.

No contexto sócio-político encontram-se elementos que favoreceram a atuação das escolas confessionais protestantes, principalmente com o advento da República houve a expectativa de que ela trouxesse a possibilidade de uma educação de maior alcance. Principalmente na província de São Paulo, a visão era de que as escolas privadas confessionais poderiam servir como exemplo para a renovação do ensino. Observa-se que em meio a essas escolas estavam as escolas confessionais presbiterianas. Nesse ambiente de carência educacional o presbiterianismo teve um ambiente favorável para atuar na evangelização por meio da escola e da imprensa.

No terceiro momento da pesquisa, o foco será o autor em estudo, Eduardo Carlos Pereira¹. Ele nasceu no dia 08 de novembro de 1855 na cidade de Caldas-MG, filho de Francisco Pereira de Magalhães e Maria Eufrosina de Nazaré. Sua mãe, que era professora, ensinou-lhe as primeiras letras. Casou-se em 17 de julho de 1880, com Louise D'Allinges Lauper que, após o casamento, passou a chamar-se Luiza Pereira de Magalhães, com quem teve um filho e uma filha, Carlos e Leonor. Foi ordenado no dia 2 de setembro de 1881. A data, hoje em dia, é comemorada na Igreja Presbiteriana Independente como o dia do pastor, em sua homenagem.

Reporta-se sua vida acadêmica, em cuja área ele se destacou grandemente, pois as suas gramáticas tiveram uma grande repercussão, sendo usadas nas escolas por um longo período. Destacou-se também como professor, chegando a ser o primeiro professor público da cadeira de português no ginásio de São Paulo, onde trabalhou até a sua morte².

Analisa-se o momento em que se converteu ao presbiterianismo, como foram os seus primeiros contatos com essa denominação religiosa, a assimilação do modo de vida presbiteriano e o seu destaque como pastor dentro dessa denominação.

¹ Vide Anexo B.

² Vide Anexo C.

Apresenta-se a sua concepção de educação, destacando a relação com o projeto educacional trazido pelos missionários norte-americanos, com o qual houve divergências, e foi um dos elementos que contribuiu para que Eduardo Carlos Pereira viesse a ser um personagem importante da divisão no presbiterianismo brasileiro.

Mostra-se a sua influência no presbiterianismo brasileiro, onde ele se constituiu como líder, o que levou muitos outros a seguirem sua visão, produzindo, por meio de suas obras e de seu comportamento, um legado ao mundo eclesiástico presbiteriano que superou a sua geração, chegando até a geração atual. Mas o seu legado não é restrito somente ao âmbito eclesiástico; também ocorre no âmbito secular, onde a sua atuação na vida acadêmica e na imprensa jornalística também lhe produziu frutos que transpuseram as barreiras de seus dias.

Apresenta-se o uso da imprensa por Eduardo Carlos Pereira, como jornalista, aborda-se o início da imprensa evangélica, na fundação do primeiro jornal de cunho evangélico, que recebeu o nome de A Imprensa Evangélica, e foi fundado pelo primeiro missionário presbiteriano Ashbel Green Simonton. O jornal teve uma enorme contribuição para a divulgação do presbiterianismo, para que os missionários e pastores pudessem expor os seus pensamentos. Inclusive, Eduardo Carlos Pereira, que foi um colaborador e escreveu artigos, teve a sua primeira experiência com a imprensa nesse jornal A Imprensa Evangélica.

Faz-se a análise de outro órgão de imprensa, o jornal O Estandarte, que foi o substituto ao jornal A Imprensa Evangélica e foi fundado por Eduardo Carlos Pereira.

Em último momento, verificam-se os artigos escritos por Eduardo Carlos Pereira no jornal O Estandarte, objetivando analisar como ele fazia uso da imprensa para evangelizar na sociedade do seu tempo.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Raízes do protestantismo presbiteriano

A Igreja Presbiteriana é uma denominação religiosa pertencente ao segmento das igrejas reformadas. Seu nome deriva da palavra grega *presbyteros*, que significa ancião, que era uma pessoa experiente nas comunidades antigas. Esse sistema de governo é comum às igrejas que surgiram durante a Reforma, em países como Suíça, Inglaterra, Escócia e Irlanda, derivadas dos ramos não luteranos da Reforma. O Presbiterianismo é um sistema de governo eclesiástico que se caracteriza pela rejeição de hierarquias de presbíteros individuais. A hierarquia existe mas é constituída pelos colegiados, também chamados de concílios, tais como: o Concílio Menor (Conselho), formado pelo Pastor e Presbíteros eleitos pela Assembléia da Igreja Local; o Concílio (Presbitério), formado pela composição de várias igrejas de uma região; o Concílio (Sínodo), composto pela junção de vários presbitérios de uma região; e o Concilio Maior (Assembleia Geral), composto por representantes de todos os presbitérios de um país. Esta forma de governo tem raiz na confissão de fé de Westminster, de 1649, que é adotada pelo presbiterianismo em todo mundo.

Para melhor governo e maior edificação da Igreja, deverá haver assembleias comunitárias chamadas de sínodos ou concílios. Em virtude do seu cargo e do poder que Cristo lhes deu para edificação e não para destruição, pertence aos pastores e outros presbíteros das igrejas particulares criar tais assembleias e reunir-se nelas quantas vezes julgarem útil para o bem da Igreja (CONFISSÃO DE FÉ, 1989, p.58-59).

A hierarquia reside nos concílios e não nos ofícios pessoais, isto é, o presbiterianismo reconhece apenas duas ordens: o presbiterato e o diaconato. Os presbíteros docentes (pastores) e regentes (presbíteros eleitos pelo povo), representam duas classes de oficiais de uma mesma ordem. As chamadas ordens menores, presentes no catolicismo romano, não existem no presbiterianismo, bem como nenhuma ordem episcopal de nível superior. Para o presbiterianismo, com base no Novo Testamento, bispos e presbíteros são designações equivalentes.

Segundo J. Leith “a palavra presbiteriano começou a ser usada na primeira metade do século XVII, na Escócia, quando a forma de governo era questão crítica, e desde então tem sido a designação adotada pela maior parte das comunidades reformadas de fala inglesa”(LEITH, 1996). O presbiterianismo é baseado nos ensinamento de João Calvino (1509-1564), mas foi John Knox (1505-1572), discípulo de Calvino, que levou o parlamento escocês a abraçar a fé reformada. Após a morte de John Knox, o grupo que para nós, hoje, representaria a classe média, que mantinha o controle político, adotou o sistema presbiteriano de governo e a teologia calvinista, e esse sistema eclesiástico foi assimilado pelo povo escocês.

A reforma escocesa atingiu indiretamente os Estados Unidos, porque muitos presbiterianos escoceses emigraram primeiro para a Irlanda do Norte, no Século XVII, e de lá milhares deles foram para os EUA, na primeira metade do século XVIII. Assim, o presbiterianismo norte-americano descende diretamente do presbiterianismo escocês (CAIRNS, 1984, p.262).

O presbiterianismo que chegou ao Brasil em meados do século XIX, por meio do trabalho de missionários norte-americanos, teve a sua origem num sistema de crenças concebidas por João Calvino, mas o seu nome foi estabelecido pelo trabalho realizado por John Knox na Escócia. Essa mesma constituição religiosa originada na Escócia foi transmitida para Inglaterra, Estados Unidos, chegando ao Brasil.

O século XIX foi um momento de efervescência missionária por parte da nação norte-americana e das nações européias. A emigração de europeus e norte-americanos para o Brasil, as mudanças no regime político e na maneira de vida do povo brasileiro, trouxeram novas práticas religiosas. Esse cenário seria um campo fértil para que fossem lançadas as bases da religião protestante. A possibilidade da evangelização fez os norte-americanos se organizarem para o envio de missionários ao Brasil. Porém, essa possibilidade de expansão do protestantismo no Brasil não se deu somente pelo desejo de missionários, que queriam evangelizar, mas coincidiu com a expansão capitalista do século XIX. Em relação a esse contexto veja-se o que diz Cavalcanti em seu trabalho “O projeto missionário protestante no Brasil século XIX”:

O período moderno de missões protestantes acontece paralelamente à expansão capitalista da segunda metade do século XIX. A expansão capitalista do século XIX não é paralela do período moderno de missões protestantes por coincidência. As igrejas protestantes aproveitaram a expansão do comércio e da colonização promovidos pelo hemisfério norte para lançar o seu período mais abrangente de missões (CAVALCANTI, 2001, p.62).

O que ocorreu no despertar missionário por parte das missões norte-americanas foi o aproveitamento do momento de investimentos por parte de países capitalistas, oportunizando um cenário favorável para a divulgação de novas práticas de religião, até por que viriam como sendo práticas religiosas de um país “moderno”. Mediante essa prática, tanto a religião se serviu do sistema econômico para divulgar as suas crenças, como o sistema econômico serviu-se da religião para mudar os costumes e favorecer o objetivo comercial. Nesse cenário o período moderno de missões protestantes foi concebido e organizado, fomentado por um desejo de exportar para outras nações sua religião, sua cultura e os seus produtos. Devido ao momento do entusiasmo de expansão norte-americana é que foi apresentada ao Brasil uma nova forma de ser Igreja. As missões norte-americanas adotaram um sistema aberto de missões, onde as igrejas tinham autonomia para exercer as suas práticas religiosas. Nesse sistema, existe a separação entre Igreja e Estado, ou seja, o Estado não regula o comportamento religioso e nem sustenta com recursos financeiros as igrejas.

As chamadas denominações competem entre si, convencendo as pessoas a se tornarem seus adeptos, e estes adeptos é que irão sustentar as suas práticas religiosas. A esse respeito Cavalcanti (2001, p.62) diz:

As missões norte-americanas, por outro lado, adotam um modelo de “mercado aberto de missões” onde várias igrejas diferentes competiriam pela adesão voluntária dos fiéis. Nesse modelo cada igreja teria as características sociológicas do que Troeltsch qualificaria como “seita” ou que Richard Niebuhr (1929) chamaria de “denominação.” A separação constitucional entre a igreja e o estado nos Estados Unidos força as igrejas norte-americanas a se re-inventarem como organizações religiosas independentes da franquia do governo; denominações que competem entre si pela aderência dos fiéis num “mercado” religioso aberto, onde nenhuma dessas igrejas teria o apoio exclusivo do poder.

No modelo que apresenta Cavalcanti (2001), vê-se que a organização das Igrejas norte-americanas era diferente do modelo de Igreja estabelecido no Brasil. As igrejas protestantes eram organizações independentes do Estado, levando-as a terem uma prática de relacionamento diferente com o poder constituído, onde não havia o apoio financeiro para sua sustentação. Assim, essas denominações teriam que desenvolver um sistema de evangelização que fosse eficaz, para convencer a população da sua crença e superioridade de sua prática religiosa. Isso com toda certeza seria muito difícil, pois a conjuntura do Brasil era completamente outra em relação à vida religiosa, pois vinha sendo catequizado pela Igreja católica há muito tempo e sua constituição religiosa era completamente diferente em relação à hierarquia religiosa e ao Estado. Nessa forma de ser igreja que os missionários norte-americanos traziam ao Brasil, além do sistema de mercado de missões abertas, que tem uma maneira eclesiológica de se organizar, diferente, para convencer as pessoas para sua crença, tem uma relação também diferente com o Estado. Essa maneira de ser Igreja vinha ainda com outra proposta, essa essencialmente balizada pelas promessas iluministas, que era vista pelos norte-americanos como a causa dos Estados Unidos serem o maior expoente de modernidade. Assim se refere Cavalcanti (2001, p.64):

Essa questão é relevante porque no século XIX as igrejas protestantes norte-americanas trazem para o Brasil uma fé jingoística, que aceita incondicionalmente as promessas do Iluminismo como interpretado pelos norte-americanos, e que vê nos Estados Unidos a expressão maior da nação moderna. Para os missionários a sua pátria é “abençoada” com liberdades políticas civis, com associações voluntárias que contribuem para o alto senso de integração comunitária e de identidade nacional, exatamente por professar a fé protestante. A nação americana é apresentada no Brasil como um país baseado em princípios de tolerância religiosa, iniciativa privada e igualdade política.

A proposta do presbiterianismo que seria apresentada pelos missionários tinha em sua essência o objetivo de mostrar que os Estados Unidos era um país moderno por ser protestante. Que o protestantismo trazia uma prática, com mais liberdade religiosa, dando mais oportunidade para o desenvolvimento dos negócios privados, e mais igualdade nos direitos políticos. Dessa forma, os missionários eram representantes desse modelo de igreja e de vida social. O trabalho missionário seria muito laborioso devido à forma de Igreja apresentada, pois a mensagem que traziam era bem diferente daquela em que os brasileiros viviam. A conversão à fé religiosa dos missionários, por parte dos brasileiros, exigiria uma renúncia muito grande, pois o indivíduo teria que abandonar a sua cultura e adotar um

novo estilo de vida. Portanto, a implantação da Igreja presbiteriana no Brasil foi resultado da aplicação de grandes recursos da igreja norte-americana, que durante muitos anos envidou todos os esforços, tanto financeiros quanto de recursos humanos, para o estabelecimento dos seus objetivos no Brasil. Os investimentos começaram a ser feitos, num primeiro momento pela Igreja dos Estados Unidos da América (PCUSA) igreja do norte, que criou uma junta de missões estrangeiras, sediada em Nova York, em 1837 (MATOS, 2004).

Entre os países para que essa missão enviou missionários, o Brasil foi o sexto a receber a presença de um missionário, com uma missão específica de implantar novas Igrejas. Em 1859 o missionário Ashbel Green Simonton chegou ao Rio de Janeiro com essa missão de implantação, iniciando, assim, a primeira tentativa de implantação do presbiterianismo. Matos (2004) afirma que a chegada de Simonton e demais missionários marcou a fase de implantação do presbiterianismo no Brasil:

O Brasil foi o sexto país a receber missionários da junta de Nova York, começando com o pioneiro Ashbel Green Simonton, que chegou no Rio de Janeiro, então Capital do Império, em 1859. Na primeira década ingressaram no campo outros obreiros, quase todos acompanhados das respectivas esposas: Alexander L. Blackford, Francis J.C. Schneider, George W. Chamberlain, Emanuel N. Pires, Hugh Ware McKee e Robert Lenington. Esses missionários compunham a missão do Brasil e marcaram a fase de implantação do presbiterianismo no Brasil (MATOS, 2004, p.13).

Assim, o que existiu foi a ação organizada da igreja presbiteriana dos Estados Unidos da América, aglutinando recursos e manifestando seu plano de ação missionária para a implantação de missões, não somente para imigrantes, mas também para transmitir as suas crenças religiosas às pessoas. Após a guerra civil nos Estados Unidos, os investimentos missionários no país não ficariam somente por parte da (PCUSA), mas passa a ter a participação da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos (PCUS), igreja do sul, sediada em Nashville (MATOS, 2004). Pois o conflito separou as igrejas, elas passaram atuar de forma independente uma da outra. Portanto, na primeira década atuaram no país somente os missionários da PCUSA; depois de 1869 passaram atuar também os missionários da Igreja do sul PCUS, Foram eles, Edward Lane e George N. Morton.

A atuação dos missionários do Norte na primeira década resultou na formação das três primeiras igrejas no Rio de Janeiro (1862), São Paulo (1865) e Brotas (1865). Já nas

décadas seguintes os missionários da PCUSA trabalharam com duas grandes regiões: no sudeste do país, Rio de Janeiro, São Paulo e sul de Minas Gerais, e no nordeste os estados da Bahia e Sergipe. Os missionários da PCUS também mantiveram seus esforços nas seguintes regiões: nordeste de São Paulo, sudoeste de Minas, e no nordeste de Alagoas até o Amazonas (MENDONÇA, 1995).

No período de implantação, e já colhendo os frutos de algum crescimento do estilo religioso presbiteriano no país, a Igreja começou a ter indícios de dificuldades internas, talvez decorrentes da sua própria forma de organização religiosa, que representava os missionários, o sistema aberto de missões, no qual o sistema religioso não tem uma hierarquia centralizada, dando liberdade e autonomia para os clérigos e os fiéis. Não era como o sistema católico no qual há hierarquia de função centralizada em mãos episcopais. Sendo assim, logo o sínodo verificou algumas mudanças, que estavam ocorrendo no presbiterianismo brasileiro. Matos (2004, p.16) nos fala desse assunto da seguinte maneira:

Uma delas foi o aumento de pastores nacionais em relação aos missionários estrangeiros. Na época, estes ainda representavam dois terços de todos os obreiros, mas nos anos seguintes essa situação iria se inverter. Ao mesmo tempo, surgiu entre alguns líderes brasileiros, especialmente o Rev. Eduardo Carlos Pereira, que naquele mesmo ano assumiu o pastorado da Igreja Presbiteriana de São Paulo, o sentimento de que era a hora de a Igreja tornar-se mais nacional e menos dependente dos missionários. Essa situação contribuiu para alimentar uma grande crise que se abateu sobre a denominação na década de 1890.

O pequeno crescimento do presbiterianismo nas primeiras décadas deve-se ao seu estilo de religião que encontrava dificuldades de relacionamento com seus membros internamente, e ainda contava com um universo religioso totalmente atípico, num país com uma cultura religiosa bem diferente do país de origem. Assim, as afirmações de Cavalcanti ajudam a melhor compreender essa situação:

Importante lembrar que nos países de mercado religioso aberto as missões protestantes não têm sucesso assegurado. Na maioria das vezes o seu crescimento é mínimo e vem como fruto de um esforço muito grande por parte dos missionários. No caso dos presbiterianos e batistas no Brasil, por exemplo, mesmo depois de vinte e cinco anos de trabalho eles terão menos de cinco mil convertidos em cada denominação numa nação que tem milhões de adultos (CAVALCANTI, 2001, p. 64).

Esse era o quadro do presbiterianismo no Brasil, após duas décadas de trabalho realizado pelos missionários e pastores brasileiros; a sua pouca expansão mostra as dificuldades que esse sistema religioso teve para se adaptar à realidade brasileira, pois trazia em seu modo de vida religioso uma autonomia eclesiástica, que dava possibilidades às divisões internas e apresentava dificuldades para transmitir suas crenças religiosas.

2.2 A chegada do protestantismo presbiteriano no Brasil

Ashbel Green Simonton (1833-1867) chegou ao Rio de Janeiro em 12 de agosto de 1859. Vinha dos Estados Unidos como missionário enviado pela junta de Missões Estrangeiras da Igreja Presbiteriana daquele país. De início, devido às suas dificuldades com a língua portuguesa, limitou-se a dar assistência aos navios ancorados na Baía da Guanabara e em residências de estrangeiros. Ele entraria para a história do presbiterianismo brasileiro como organizador da primeira igreja presbiteriana no Rio de Janeiro, no dia 12 de janeiro de 1862. O missionário presbiteriano mostrava-se contrário à escravidão e deixou, em seu diário, registros da apreensão a respeito do desenrolar da Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865) (SIMONTON, 2002).

No Rio de Janeiro fez o registro de algumas discussões sobre o erro moral da escravidão. No dia 10 de outubro de 1859 registrou ter comparecido a um leilão de dois negros. Ele registrou: “outra vez estou no meio do horror da escravidão” (SIMONTON, 2002, p.130). Embora tenha registrado suas preocupações com a escravidão, estas estavam dirigidas principalmente para a questão da liberdade religiosa no Brasil.

Após assegurar-se de que havia condições para uma pregação religiosa do protestantismo no Brasil, tratou de apresentar ao Presbitério do Rio de Janeiro, no dia 16 de julho de 1867, um plano de trabalho que denominou de “os meios necessários e próprios para plantar o Reino de Jesus Cristo no Brasil” (SIMONTON, 2002, p.182). O plano incluía, dentre outras coisas, grande ênfase no papel da imprensa para a propagação da mensagem religiosa presbiteriana. Simonton (2002) já havia fundado em 5 de novembro de 1864 o jornal “Imprensa Evangélica”. Em seu plano assim escrevia:

Outro meio de pregar o Evangelho é a disseminação da Bíblia e de livros e folhetos religiosos. Deste modo podem-se dar notícias de Jesus a muitos que não querem assistir ao culto público. Nesta época a imprensa é a arma poderosa para o bem, ou para o mal. Devemos trabalhar para que se faça e se propague em toda a parte uma literatura religiosa em que se possa beber a pura verdade ensinada na Bíblia (SIMONTON, 2002, p.181).

Além da imprensa, no plano apresentado por Simonton (2002, p.184), destacava-se a educação. Assim escreve: “outro meio indispensável para assegurar o futuro da igreja evangélica no Brasil é o estabelecimento de escolas para os filhos de seus membros”. Ele tinha em mente que as escolas evangélicas providenciariam uma superioridade moral e intelectual para os seus frequentadores e, com isso, a geração seguinte estaria em melhores condições para colaborar com o progresso do Brasil.

No momento em que apresentava seu plano, criticava a centralização educacional nas mãos do governo e o estado das escolas brasileiras, onde faltavam professores. Todavia, apesar das restrições que encontrava naquele momento, sua previsão era de uma abertura em futuro próximo por parte do governo e da necessidade de utilização da educação como meio para evangelização.

Chegaram novos missionários, como Alexander Latimer Blackford (1829-1890), Francis Joseph Christopher Schneider (1832-1910), e George Whitehill Chamberlain (1839-1902), e foi ordenado o primeiro pastor presbiteriano brasileiro, José Manoel da Conceição (1822-1873).

A fundação da Escola Americana, em 1870, pelas mãos da pedagoga Mary Annesley Chamberlain e seu esposo, George W. Chamberlain, embora tenha sido uma ação simples, constituiu-se nos anos seguintes como o maior feito educacional dos presbiterianos no Brasil. A escola inicialmente funcionou na própria residência do casal (Rua Visconde de Congonhas do Campo, n.1, São Paulo). “Era um pequeno ensaio, na sala de jantar da residência, aula destinada às alunas que não podiam frequentar as escolas públicas por motivo da intolerância religiosa” (LESSA, 1938, p.74).

Chamberlain desenvolveu, ao longo do tempo, na Escola Americana, métodos e práticas educativas como classes mistas e leitura reflexiva e silenciosa, ao invés da leitura em voz alta e da memorização de textos. A Bíblia era o “livro básico” e o ensinamento era baseado na “moral cristã” (LESSA, 1938).

A Escola Americana, que já sugeria, no seu próprio nome, a filosofia adotada, chegou a receber a visita do Imperador D. Pedro II, no ano de 1878, já funcionando em um prédio na esquina da Rua de São João com a Rua Ypiranga, em São Paulo. Tal visita foi noticiada pelo “Jornal do Commercio” de Santos, “declarando Sua Majestade ser a primeira daquele gênero no Brasil” (LESSA, 1938, p.153). Consta que o imperador apreciou os métodos ali empregados, embora expressasse sua discordância do ensino de doutrina protestante na escola. Para ele, a Bíblia deveria ser ensinada no lar e na igreja, não na escola.

Em 1884, Chamberlain foi substituído por Horace M. Lane (1837-1912), um educador norte-americano. Não sendo um pastor ou missionário de formação e ofício, Lane era o típico americano empreendedor. Em seu tempo, a Escola Americana tornou-se “Mackenzie College”. Contando com recursos financeiros provenientes dos EUA para a construção de um edifício portentoso (doação de um norte-americano rico, J. T. Mackenzie, de Nova Iorque), nos moldes arquitetônicos dos colleges americanos.

Lane se posicionou sempre como educador interessado nos novos métodos que a educação brasileira, segundo julgava, precisava. Por isso foi um cooperador com as reformas do ensino público paulista, promovidas em finais do século XIX e início do século XX. Permanecia, porém, a visão cultural iniciada pelos missionários presbiterianos. O Mackenzie College, sob sua direção, ofereceu uma opção de ensino para sociedade paulista.

Em setembro de 1888 foi organizado o primeiro Sínodo, composto de três presbitérios, 20 missionários, 12 pastores e 60 igrejas. Um Seminário começou a funcionar em Nova Friburgo e depois se transferiu para São Paulo. O Mackenzie College foi criado em 1891, sendo seu primeiro presidente o Dr. Horace Manley Lane. O Colégio Internacional, outra instituição educacional presbiteriana, por causa da febre amarela foi transferido de Campinas para Lavras, e mais tarde veio a chamar-se Instituto Gammon. A cidade de Garanhuns se tornou um grande centro da obra presbiteriana no Nordeste. Foram lançadas as bases de duas importantes instituições: o Colégio Quinze de Novembro e o Seminário do Norte. No final desse período a Igreja Presbiteriana chegou ao Pará, ao Amazonas e a Santa Catarina. A igreja também iniciou o trabalho pastoral no leste de Minas.

Na reunião do sínodo em 31 de julho de 1903, deu-se o desfecho do primeiro cisma do presbiterianismo no Brasil. Eduardo Carlos Pereira, com mais seis colegas pastores e doze presbíteros deixaram a Igreja Presbiteriana do Brasil para formar a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Em 1940 ocorreu o segundo cisma, liderado por Bento Ferraz, segmento que buscava uma feição mais conservadora, formando assim, a Igreja Presbiteriana Conservadora. O terceiro cisma no presbiterianismo ocorreu em 1956. Devido ao atrito entre o pastor da primeira igreja presbiteriana de Recife e o seminário do norte, acusado por ele de modernismo, nasceu, assim, Igreja Presbiteriana Fundamentalista. O quarto cisma deu-se em 1968; como resultado do “movimento de renovação” na IPB, surgiu, em Cianorte, Paraná, a Igreja Cristã Presbiteriana.

Em 1972, um segmento separou-se da IPI para formar a Igreja Presbiteriana Independente Renovada, em Assis, SP. Em 1975, os dois grupos se uniram, criando a Igreja Presbiteriana Renovada do Brasil. O quinto e último cisma ocorreu em 1983. Membros que discordavam do conservadorismo da IPB formaram a Igreja Presbiteriana Unida, igreja que adota uma visão teológica mais liberal e pluralista. Mas o cisma que chama mais atenção é o cisma que deu origem à Igreja Presbiteriana Independente e que teve como elemento principal Eduardo Carlos Pereira.

Na formação da história do protestantismo a educação fez parte do projeto evangelizador do Brasil. Existia um espaço para a atuação protestante, mesmo que o protestantismo tenha chegado ao Brasil ao longo do século XIX, representando suas diversas tendências e diferentes denominações. Além do objetivo evangelizador, um dos aspectos mais destacados dessa presença foi a atuação educativa dos protestantes, fundando, juntamente com as igrejas, escolas de alfabetização. (FERREIRA, 1992)

2.3 Os presbiterianos e a educação no Brasil

O estudo da educação protestante requer algumas definições preliminares. O termo protestantismo histórico é subdividido em dois grupos: de imigração e de missão. O protestantismo de imigração teve início com o ramo luterano da Reforma que se estabeleceu no Brasil em 1824 com a chegada dos imigrantes alemães. O protestantismo de missão compreende as igrejas que foram fundadas no Brasil, ainda no século XIX, sob a

iniciativa das missões protestantes norte-americanas. São elas: Presbiteriana (1859), Batista, Metodista e Episcopal. A igreja congregacional, também derivada da Reforma Protestante, foi a primeira das igrejas missionárias a ser implantada no Brasil, e a sua inserção não foi resultado da iniciativa de missão norte-americana, mas do médico Robert Reid Kalley, que veio para o Brasil, fugindo da perseguição religiosa movida contra ele na Ilha da Madeira. Sobre essa atuação da Igreja congregacional é oportuno citar o trabalho John Leith “A Tradição Reformada”.

É importante lembrar também que, antes da chegada de Simonton, o Brasil já vinha recebendo a visita de outros missionários. Por volta de 1840, aqui esteve o pastor metodista Daniel Paris Kidder, que realizou principalmente o trabalho de distribuição de bíblias. Seguei-o o Rev. James C. Fletcher, com o mesmo tipo de atividade. Coube, entretanto, ao Rev. Robert R. Kalley a tarefa da organização da primeira igreja protestante de língua portuguesa no Brasil. Ele já havia trabalhado na ilha da Madeira (pertencente a Portugal). Veio à nossa terra e, com muito cuidado, conseguiu o reconhecimento legal para a organização de uma igreja protestante. Foi no ano de 1858 que ele lançou a semente, na capital do Império, da igreja Evangélica Fluminense Congregacional (LEITH, 1996, p. 85).

Todas essas igrejas consideram a Reforma, luterana e calvinista o fato fundante de sua tradição, e com maior ou menor intensidade cultivam essa memória. Entre os batistas, por vezes, poderá haver aqueles que não se reportam à Reforma Protestante como fato fundante, porém o nascimento dos batistas é inseparável da história dos puritanos na Inglaterra no século XVII.

As igrejas oriundas do protestantismo de missão subdividiram-se em outros grupos. Com exceção das igrejas de Renovação Pentecostal, as igrejas nascidas de cismas continuam na família de igrejas reformadas. Segundo o censo de 2000 são 4.667,778 fiéis pertencentes ao protestantismo de missão (JACOB et al., 2003).

A educação desempenhou um papel estratégico no estabelecimento do protestantismo de missão no Brasil do século XIX. Para que possamos analisar isto, faz-se necessário lembrar um pouco do contexto histórico do Brasil Império.

O Primeiro Império (1822-1831) pouco avançou, em termos concretos, na direção de um projeto de modernização do Brasil. O período significativo para a modernização do

Brasil começou a ocorrer no Segundo Reinado (1840-1889). Sobre o significado desse período Boris Fausto afirma:

1850 não assinalou no Brasil apenas a metade do século. Foi o ano de várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade. Extinguiu-se o tráfico de escravos, promulgou-se a Lei de Terras, centralizou-se a Guarda Nacional e foi aprovado o primeiro Código Comercial. Este trazia inovações e ao mesmo tempo integrava os textos dispersos que vinham do período colonial. Entre outros pontos, definiu os tipos de companhias que poderiam ser organizadas no país e regulou suas operações. Assim como ocorreu com a Lei de Terras, tinha como ponto de referência a extinção do tráfico. A liberação de capitais resultante do fim da importação de escravos deu origem a uma intensa atividade de negócios e de especulação. Surgiram bancos, indústrias, empresas de navegação e vapor etc. (FAUSTO, 1999, p. 197).

A chegada dos missionários norte-americanos começou no período do Segundo Império. Dentre os primeiros estão os missionários metodistas Daniel Parrish Kidder e Justin Spaulding. O primeiro esteve no Brasil de 1837-1840 e o segundo de 1838-1842. Os missionários presbiterianos James Cooley Fletcher, de 1851 a 1865; Ashbel Green Simonton, de 1859 até seu falecimento em 1867; Alexander Latimer Blackford, de 1860 a 1890; George Chamberlain, de 1862 a 1902 e Francis Joseph Christopher Schneider, de 1860 a 1884. Enviados pela Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados atuaram no Brasil George Nash Morton, de 1869 a 1886; Edward Lane, de 1869 a 1892 (MENDONÇA, 1995).

No campo da educação, esse período registrou a presença de algumas mulheres. Do lado presbiteriano são as seguintes: Mary Parker Dascomb e Elmira Kuhl. A primeira chegou ao Brasil em 1869 com a missão de dirigir a recém-criada Escola Americana (embrião da Universidade Mackenzie) na cidade de São Paulo e a segunda chegou em 1874, indo trabalhar em Rio Claro e mais tarde, em 1878, para São Paulo auxiliar Mary P. Dascomb. Um segundo grupo de educadoras foi enviado pela Igreja Presbiteriana do Sul dos Estados Unidos para o trabalho no Colégio Internacional de Campinas. Eram Arianna Herderson em 1872, Mary Videau Kirk, em 1874 e Charlotte Kemper em 1882 (MATOS, 2004).

No Segundo Império foram feitas mudanças na área social, política e educacional, e essas mudanças foram mais relevantes que no Primeiro Império, proporcionando um

ambiente mais propício para a atuação dos missionários na área da educação e foi nesse período que eles fundaram as primeiras escolas. O advento da República trazia a expectativa de uma educação melhor para toda sociedade, e, conseqüentemente, os missionários também tinham uma grande esperança de mudança que trouxesse mais liberdade de atuação e uma educação que fosse mais apropriada para o desenvolvimento do país.

As expectativas eram grandes em relação ao sistema republicano, como modelo que oferecia melhores condições para que o país saísse do sistema de produção agrário-comercial, representado pelo sistema político dos coronéis, e entrasse no sistema urbano industrial, que possibilitasse um desenvolvimento maior.

Como sistema político e concentração de poder, o coronelismo pode ser tido como o formador da base de estrutura do poder na sociedade brasileira, e essas estruturas se adaptaram durante as mudanças políticas e sociais do período Imperial, e assim sempre continuou no exercício do poder. Essa estrutura de poder formada pelo coronelismo não foi vencida com o advento da República, mas novamente se adaptou e a sociedade continuou sob sua liderança. Sobre esse assunto Nagle (2001, p.10) escreve:

Originado da distribuição de postos honoríficos da Guarda Nacional, o sistema coronelista não é interrompido com o advento do regime republicano; ao contrário, é continuamente alimentado pelo desenvolvimento das formações oligárquicas e atinge um ponto mais alto com a chamada “política dos governadores”.

A implantação do regime republicano não conseguiu romper com o sistema dos grandes latifúndios, que eram os instrumentos de conservação da política dos coronéis. E como a federação precisou da ajuda dos coronéis, fortaleceu esse regime de poder que, de forma mais ampla, desembocou na política dos governadores, feitas de alianças entre membros da elite política.

A caracterização desse regime dos coronéis era o continuísmo, ou imobilismo, não permitindo que o país pudesse ter o desenvolvimento que necessitava, porque o poder ainda estava nas mãos de um número muito pequeno de pessoas. A política dos governadores, que eram os representantes dos coronéis, não demorou em ser a política dos

dois grandes Estados, São Paulo e Minas Gerais, que passaram se alternar na eleição dos presidentes da República.

Também é interessante observar, sobre o voto, um instrumento da sociedade constituída pelo sistema representativo. Com a continuidade do sistema dos coronéis, o voto passou a ser um instrumento negativo. A esse respeito Nagle (2001, p.14) escreve:

É interessante analisar, agora, alguns elementos mais específicos que caracterizavam a sociedade política brasileira, a começar pela instituição fundamental de todo o regime representativo, o voto, com o incontestável domínio do coronelismo, sobre a grande maioria das massas rurais “o voto era um ato de vassalagem”.

Esse era o panorama político do país no início do século XX. O voto, instrumento que deveria ser a expressão da representação da maior parte da população, era transformado numa ferramenta, que favorecia a grupos que detinham o poder para seu próprio benefício. Para isso usavam o povo como massa de manobra, para atingirem os seus interesses. O voto não tinha nenhum compromisso ideológico, o que se evidenciava era o descompromisso com a política.

Diante desse cenário político-social, pode-se aferir que o trabalho dos missionários encontrou muitas dificuldades, com forte rejeição por parte desses setores oligárquicos, que mantinham o seu poder pela manipulação das massas, justamente devido à ignorância da massa. Mas isso ocorria porque o povo não recebia educação, era analfabeto, e assim podia ser manipulado. Os missionários protestantes vinham com uma proposta educacional, de alfabetizar as pessoas, para que essas pudessem ler a bíblia. Por esse projeto não ser ainda, um projeto de educação popular, mas uma educação voltada para uma pequena parte da sociedade, isso veio a ser um problema de discussão interna no presbiterianismo. E embora essa educação trazida pelos missionários não fosse popular, ainda assim, esse tipo de religião não foi bem vista por essas oligarquias, pois a educação, mesmo não sendo para todos, era um instrumento de formação de novas ideias, que poderiam contrariar a dominação dos grupos que detinham o poder.

O que se pode verificar no contexto sócio-educacional é que, embora a República tenha trazido algumas alterações no quadro social do país, elas não foram tão significativas como esperavam, pois politicamente a estrutura de poder ainda permanecia a mesma.

O coronelismo, a instituição oligárquica, representada pela “política dos governadores”, delimitou um sistema de representação coletiva singular. De acordo com o qual as posições de mando se conservavam dentro de um grupo bastante restrito, que perpetuava a mesma composição de poder. É este o fenômeno político mais importante da história do regime republicano até o final da Primeira República (NAGLE, 2001, p.12).

Pode-se constatar que as condições do ensino público do país foram precárias durante todo o Império e que essa realidade não mudou simplesmente com a chegada da República. Desta forma destaca-se mais a situação do ensino público paulista, pelo fato de ser onde o autor em estudo, Eduardo Carlos Pereira, teve a sua maior atuação como educador. Havia poucas escolas e as poucas que existiam tinham limitações em relação ao espaço físico, não tendo um lugar adequado para que fossem acomodados os alunos e professores com um mobiliário que não correspondia, para que se pudesse dar um ensino de forma adequada, com professores mal remunerados, e não qualificados para o exercício da docência, pois, na sua maioria, eram professores leigos.

Dentro desta situação de dificuldades em que se encontrava o ensino público, principalmente no que se diz respeito ao ensino elementar, em contrapartida, o ensino de escolas particulares florescia em todos os níveis. Assim, esse momento foi oportuno para que os missionários protestantes estabelecessem as suas escolas e pudessem oferecer a sua contribuição educacional. A professora Souza (2006, p.51-52) reporta-se em referência a esse momento da seguinte maneira:

Nas décadas finais de século XIX, a educação popular tornou-se uma das bandeiras de luta dos liberais republicanos. Na província de São Paulo, as idéias de renovação do ensino consolidaram-se a partir da rica experiência das escolas particulares confessionais e leigas que foram instaladas na segunda metade desse século.

Pode-se constatar que os republicanos passaram usar a temática da educação do povo como a bandeira de sua atuação diante daquela sociedade. E que usariam a instrumentalidade das escolas privadas, com a finalidade de incluí-las nesse projeto de educação, visando aglutinar todos os recursos para que pudessem fazer uma reforma educacional.

Essa influência não ficaria restrita somente na atuação e construção de novas escolas, mas diretamente contribuindo com a renovação dos métodos de ensino. Nisso

houve participação direta de educadores protestantes, que faziam parte das lideranças das escolas fundadas pelos missionários presbiterianos.

A reforma do ensino público paulista foi implementada com a criação de escolas modelo, onde não somente teria nessa escola um edifício com instalações adequadas para os alunos, com professores qualificados, mas também deveriam ter um novo método de ensino. Em relação a esse assunto Souza (2006, p.56) escreve:

Para dirigir cada uma das sessões da escola-modelo, Caetano de Campos buscou profissionais com o domínio dos novos métodos. Para tanto. Foram contratadas as professoras Maria Guilhermina Loureiro de Andrade e Miss Márcia Browne. Ambas indicadas pelo Professor Lane, diretor da Escola Americana, foram formadas nos Estados Unidos. Os esforços despendidos por Caetano de Campos para a contratação das duas professoras denotam, por um lado, a crença no valor do método e, por outro lado, a consagração da influência americana nesse primeiro período de reforma da instrução pública no Estado de São Paulo.

Pode-se asseverar que a influência norte-americana nesse momento da reforma educacional paulista foi muito significativa, ao ponto de o professor Lane, diretor de uma escola privada, a escola americana (que hoje é a Universidade do Mackenzie), fazer a indicação de nomes que ficariam responsáveis pela instituição do método a ser usado no ensino público paulista. Isso mostra o quanto as escolas privadas participaram naquele momento da tentativa de reforma no ensino público paulista.

A contribuição das escolas privadas confessionais nessa reforma do ensino público em São Paulo, a participação do professor Lane, diretor de uma escola presbiteriana, que era contemporâneo do professor Eduardo Carlos Pereira e que trabalharam juntos, tanto no ensino escolar, quanto no ensino religioso, pois congregavam na mesma Igreja.

Faz-se também a observação de que houve uma discordância entre o professor Lane e o professor Eduardo Carlos Pereira, referente ao projeto da educação a ser realizada por grandes colégios, pois Eduardo Carlos Pereira era favorável à educação pública ginásial e ao cuidado com a primeira infância por meio das chamadas escolas paroquiais e contrário ao investimento nos grandes colégios confessionais como estratégia de evangelização indireta. Essa discordância gerou uma profunda discussão interna no presbiterianismo brasileiro

Nessa reforma educacional vemos a expressão de uma educação legada do século XIX, que adentraria ao século XX, com mudança iniciadas no Império e que prosseguiriam na sociedade republicana. Para explicar esse legado educacional, de um período para o outro, é oportuno fazermos menção às palavras do professor Saviani (2006, p.28):

No decorrer do século XIX assistimos, então, ao processo gradual de organização da educação das crianças passando do ensino individual para o mútuo, deste para o simultâneo e finalmente para o ensino intuitivo. Ora, esse movimento implicou, por sua vez, a exigência de um espaço apropriado para o desenvolvimento da instrução, o que irá culminar na organização dos grupos escolares. Portanto além do método intuitivo que, assumido no final do Império, se tornou dominante na primeira República, o século XIX legou para o século XX A exigência de construção, pelo Estado, de prédios especificamente destinados ao funcionamento das escolas.

Verifica-se a evolução do sistema educacional que foi legado pelo século XIX, principalmente na participação do Estado, com a determinação da responsabilização do Estado, de forma a contribuir para um melhor desenvolvimento da educação popular, realizando mais investimentos nas condições físicas das escolas e também na formação de docentes, o que também foi um legado do século XIX. Nesse quadro “A instituição da formação dos professores foi um legado do século XIX” (SAVIANI, 2006, p.28).

Naquele momento passou-se também a exigir uma participação mais efetiva do governo nos investimentos, pois a participação da educação no orçamento do governo era mínima, e esse era um legado negativo do século XIX, mas que nos mostra o contexto em que estava inserida a atuação dos educadores presbiterianos. Para que se evidencie melhor esse assunto, o professor Saviani (2006, p.28-29) escreve:

Um outro legado do século XIX, cujo marco legal visível foi o ato adicional de 1834, expressa-se no descompromisso do governo central com a manutenção da instrução popular. Durante os 49 anos correspondentes ao segundo Império, entre 1840 e 1888, a média anual dos recursos financeiros investidos em educação foi de 1,80% do orçamento do governo imperial, destinando-se para instrução primária e secundária a média 0,47%. Rui Barbosa constava em 1882, O Estado, no Brasil, consagrava a esse serviço apenas 1,99% do orçamento geral, enquanto as despesas militares nos devoram 20,86%.

Nesse panorama, observa-se a configuração sócio-política no momento da atuação do protestantismo presbiteriano frente à tentativa de sua contribuição no universo educacional no Brasil, em meados do século XIX e início do século XX. Num momento de mudança da configuração política do Império para a República vemos que as dificuldades de implantação do protestantismo presbiteriano foram muitas.

Durante o Império a participação do governo numa educação popular praticamente não existiu, e na República, embora tenha avançado nessa direção, ainda permaneceram estruturas que impediam com que esse projeto educacional não fosse consolidado.

Diante do quadro em que se encontrava a educação no Brasil na época de chegada do protestantismo presbiteriano, apesar das grandes dificuldades que esse segmento teve para a implantação de suas ideias, constata-se que o momento era propício, pela escassez de investimento que havia na educação do povo brasileiro. A estratégia de usar a educação como instrumento de evangelização do povo, para que o presbiterianismo pudesse estabelecer a sua forma de crença e, conseqüentemente, a sua Igreja no Brasil, foi um instrumento de propagação de suas ideias.

Observa-se ainda que esse segmento religioso ofereceu à sociedade brasileira naquela ocasião, por pequena que fosse, uma alternativa no universo da educação. A participação do protestantismo presbiteriano, por meio dos seus missionários norte-americanos e pastores brasileiros, que, fazendo uso da instrumentalidade das suas escolas, tentaram oferecer para a sociedade brasileira uma referência a mais de educação, mesmo que essa nova opção estivesse longe de ser uma educação popular, contribuiu para a educação no Brasil Império e do Brasil República.

3 EDUARDO CARLOS PEREIRA

Neste momento da pesquisa procura-se evidenciar e caracterizar a vida e atuação de Eduardo Carlos Pereira, tanto na educação religiosa, como na educação secular.

3.1 O educador

Casimiro, em seu livro “Um Mestre da Língua Portuguesa”, afirma que “em suas gramáticas: expositiva curso elementar¹, e expositiva curso superior², Eduardo Carlos Pereira adotava o método do ecletismo, no qual reunia ecleticamente teorias linguísticas com eficiente método de ensino” (CASIMIRO, 2005, p.107). O ecletismo constava da união que ele fazia da corrente moderna, que dava ênfase ao elemento histórico da língua, e da corrente tradicional, que se preocupava com o elemento lógico na expressão do pensamento, mostrava que havia verdade nas duas e que o erro estava no exclusivismo de uma ou de outra. O ecletismo da sua maneira de ensinar fez com ele fosse mais eficaz em seu ensinamento, transmitindo o conhecimento aos seus alunos e deixando marcas profundas em suas vidas, como nos atesta o Rev. Antônio Alvarenga, que foi aluno de Eduardo Carlos Pereira no ginásio do Estado. São essas as palavras citadas por Machado Corrêa (s/d, p.104):

Era impressionante o domínio que exercia sobre nós, alunos geralmente indisciplinados, somente com a sua incrível força moral. Tratava a todos com distinção e cavalheirismo, como se fôssemos grandes personagens. Dava muito valor à personalidade humana, por isso tinha para as crianças uma consideração especial. Eduardo Carlos Pereira foi um professor competente e amado por seus alunos, Ele foi amado, porque soube conquistar sincera admiração e respeitosa amizade de todos os seus paroquianos, seus alunos, seus colegas de magistério e ministério, de pequenos e grandes.

¹ Vide Anexo D.

² Vide Anexo E.

Seu método de ensino consistia em ensinar com o material que ele mesmo produzia, ele seguia a orientação de seus livros, ensinando página por página, e fazendo aplicações, comentando e tirando lições sobre os ensinamentos. Também usava de uma técnica para envolver os alunos a participarem da aula fazendo com que um aluno fosse ao quadro e escrevesse uma expressão, e passavam a analisar gramaticalmente a expressão. Essa maneira de ensinar fazia com que as aulas fossem mais vivas, pois levava os alunos a fazerem perguntas, dando a possibilidade de o mestre esclarecer as dúvidas e construir o conhecimento que intencionava em seus alunos.

Pode-se constatar que nosso autor não foi um intelectual somente de gabinete, ele era ciente de que a língua é um fato social, cujas normas não se formulam antes da experiência, nos gabinetes, mas que é resultado da produção social; assim, ele era um mestre engajado na produção e no ensino.

No tocante ao testemunho da sua maneira de ensinar, seria importante aqui se referir sobre o que nos escreve Lessa (1938, p.104) em relação ao magistério de Eduardo Carlos Pereira:

Quanto à parte educativa, pois esta é primordial na missão do professor, vários métodos foram empregados: 1) Os conselhos salutaros do mestre, que contribuíam sobremaneira na formação da personalidade dos alunos. 2) O emprego de provérbios e aforismos, que ilustravam o assunto e tinham um cunho moral de grande valor. 3) A pessoa exemplar do mestre, que se impunha naturalmente diante dos alunos, pelo seu caráter e pela sua maneira distinta de agir. Assim, pois, o magistério de Eduardo Carlos Pereira foi um prolongamento do seu ministério.

Ele foi tido pelos críticos literários como um dos maiores estudiosos da língua portuguesa do seu tempo, e, influenciado pelo gramático Júlio Ribeiro, ele motivou outros protestantes a se envolverem com a educação, como Othoniel Mota (1878-1951), que foi pastor na primeira Igreja Presbiteriana Independente de São Paulo e deu continuidade ao trabalho de Eduardo Carlos Pereira. Theodoro Henrique Maurer Jr (1906-1979) era pastor presbiteriano e regeu a cadeira de filologia românica na USP, e Isaac Nicolau Salum (1913-1993) sucedeu a Maurer Jr na USP. Observa-se que todos eles foram professores na Universidade de São Paulo, mostrando, assim, a contribuição do protestantismo em relação à educação, contribuição essa que vem desde Júlio Ribeiro, que também era protestante.

Entende-se também a contribuição de Eduardo Carlos Pereira como um inovador, pois, como autodidata, precisou abrir caminho com a produção das suas gramáticas e oferecer à educação conteúdo para ser trabalhado com a sociedade, na construção de um novo saber, contribuindo para o seu progresso. O próprio Eduardo se via desta forma, como alguém que participava da renovação do ensino, principalmente o linguístico que, segundo ele, já havia sido iniciado por Júlio Ribeiro, pois assim ele escreve em sua Gramática Expositiva:

Depois que Júlio Ribeiro imprimiu nova direção aos estudos gramaticais, rompeu-se os velhos moldes e estabeleceu-se largo conflito entre escola tradicional e a nova corrente. Vai a esta hora viva a requesta em todo o campo gramatical. A incerteza das teorias pede que meças a variedade desorientadora do método expositivo e a exuberância da tecnologia abstrusa e cansativa. Nestas condições é natural que o professor de português sinta necessidade de abrir caminho próprio. Foi o que aconteceu, embora tivéssemos de fazer da fraqueza a forças (PEREIRA, 1918, p.30).

Mediante a produção e contribuição intelectual de Eduardo Carlos Pereira aqui exposta, tanto na área secular, como na religiosa, pode-se afirmar que ele teve, em sua época, participação ativa na vida educacional de seu povo e seu país. Sendo um educador que produziu conhecimento, não somente para sua geração, mas que legou uma herança intelectual além da sua época, de forma a ser citado por Gilberto Freyre em sua obra “Ordem e Progresso”, como exemplo de mestre e gramático: “mais fiel que os professores católicos, tornando-se não somente mestre exemplar de português como gramático, autor de gramáticas da língua portuguesa” (FREYRE, 1990, p.194).

O que foi observado por Freyre (1990) nos leva a conceber o profissional que foi Eduardo Carlos Pereira como pessoa que, além da sua capacidade intelectual, era comprometido com aquilo que fazia e, por esse fato, destacava-se dos demais de sua época. Essa constatação de Freyre (1990) é de muita importância, pois não é uma visão leiga, mas de alguém que conhecia a educação, e não é exclusividade de Freyre (1990), mas praticamente de todos aqueles que conviveram com Eduardo Carlos Pereira e testemunharam do seu comprometimento com o ministério e a educação secular, áreas que para ele não se excluíam, mas se complementavam, podendo, assim, o pastor e professor ensinar o homem, nos conhecimentos da bíblia. Para ele a educação estava presente no todo, era a

forma pela qual a Igreja entregaria a mensagem do evangelho e transformaria a sociedade, que progrediria através do conhecimento que foi alcançado, pela educação.

A visão que ele teve de fazer o uso da imprensa escrita como forma de ser pastor e professor, ele legou aos seus, através de sua atuação como jornalista, a importante contribuição de que a Igreja deveria usar dos meios de comunicação para se fazer ouvida e como forma de educar a população. Ele teve a visão que o jornal era um veículo seguro e eficiente para se transmitir os ensinamentos que poderiam inspirar a sociedade a nobres ideais, levando-a a cultivar bons hábitos e costumes.

3.2 O educador secular

Eduardo Carlos Pereira iniciou os estudos formais em Araraquara e, desde muito cedo, revelou forte inclinação para o ensino. Ainda quando criança ele aprendera latim e francês com grande aproveitamento, o que veio a ser um alicerce importante para as suas produções no futuro. Em São Paulo, com a idade de 18 anos, ele se dividia, preparando-se para ingressar na academia de direito e em lecionar no colégio Ipiranga. Já nessa época ele escreveu um poema intitulado “Recordação do Passado”, que transmite o quanto era estudioso com apenas 18 anos.

Muitas vezes em nossos passeios, ao cahir de uma bella tarde, por amenas campinas, respirando avidamente os aromas que nos traz a fresca briza, já algum tanto fatigados, sentamo-nos á borda do caminho e com a face apoiada em uma das mãos, os olhos fitos em algum objecto, que, todavia nenhuma impressão faz em nossas almas, afugentamos as trevas do passado com a brilhante luz do pensamento, e recordama-nos paulatinamente dos tempos idos. Neste desenrolar do passado, n'este devolver do tempo, muitas vezes uma lagrima assumindo a superfície dos olhos trasborda e desfia-se silenciosa pelas faces! O que significará esta lagrima? No ancião, de fronte sucada de rugas, de pelle tisonada pelo ardente sol do tempo, de cabellos encarnecidos, significa a saudade d'esse jardim florido, delicioso, que chamamos mocidade! No mancebo, de olhar sentillante, de fronte febricitante, significa a saudade dos annos em que infante adormecia tranqüilo no regaço materno! Este chora o tempo que deixando as farchas infantis, corria pelas ariêntas margens de um queixoso ribeirão, atraz da borboleta de azas doiradas! Chora, porque não gosa mais das doces caricias de uma mãe! Chora, porque o cruel destino tem, talvez, arrancado-o desapiedosamente dos braços de seus Paes! Chora, porque decerto necessita do vivificante calor do lar paterno! Aquelle, voltando ao seu batel, sulca as profundas águas do rio

da vida, atravessa as espessas nevoas de um passado longínquo, e entra, finalmente, em um campo esmaltado de flores; ali retração em sua memória os acontecimentos de sua juventude. Lembra-se de certo, que tendo estado ausente por longos meses, voava ansioso á lançar-se nos braços dos autores de seus dias, irmãos e irmãs. Lembra-se, também da amante querida, que lhe realizara os seus sonhos de ventura. Lembra-se de tudo isso e chora!...Chora, porque a rosa de suas illusões desfolhou-se, em cada folha que cahiu soffreu uma decepção! Chora, porque seu coração sente alguma cousa e eil-o que se expressa com sua eloqüente linguagem! Quer o passado seja alegre ou triste, quer semeado de flores ou espinhos, o grito é sempre o mesmo, elle é sempre recordado saudosamente, é sempre chorado!! (PEREIRA apud CASIMIRO, 2005, p.87).

Ao fazer a análise do poema constata-se o potencial reflexivo e o espírito de observação, que estava presente na personalidade de Eduardo Carlos Pereira, que não somente usava de um vocabulário rico, como compreendia a alma, o anseio, existencial daquela geração. Procurando traduzir, num poema, as reflexões que as pessoas fazem no decorrer de sua existência.

Novo rumo tomou a sua vida, quando, em contato com o Rev. George Chamberlain, pastor da primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, o jovem Eduardo passou a estudar mais a fundo a religião cristã, lendo a bíblia e fazendo muitos questionamentos, com o desejo de um maior conhecimento dos fundamentos da fé cristã e da forma de vida cristã presbiteriana. Foi o que o levou a fazer a sua profissão de fé no ano de 1875.

Em 1877 ele passou lecionar português e latim na escola americana, que atualmente é a universidade Mackenzie. Sendo um homem dedicado e aplicado às letras teve uma boa aceitação como professor, e assim passou a contribuir de forma relevante para a educação de sua época.

Ainda em 1877 ele se matriculou na academia de direito, mas pôs de lado esse ideal da carreira jurídica para buscar outro ideal, que passara ser para ele mais importante, o de ser pastor. Diante de uma vocação que nascia do seu envolvimento com a Igreja Presbiteriana e das palavras do apóstolo são Paulo que dizia: “Ai de mim, se não pregar o Evangelho” (1Cor 9,16) e também pelo encorajamento do Rev. George Chamberlain, ele tomou a decisão de cursar teologia e ser pastor.

Ele também exerceu interinamente, durante um ano, a função de diretor do ginásio de São Paulo. Eduardo Carlos Pereira atuou também como jornalista, colaborando com os

jornais seculares, O Estado de São Paulo (1907-1910) e Correio Paulistano, quando contribuiu com diversos artigos para esses jornais. Fundou o jornal “O Estandarte” (1893), o qual é até hoje órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Segundo Casimiro, Eduardo Carlos Pereira também produziu obras religiosas e artigos diversos em jornais e revistas. Aqui relacionamos o resultado parcial de sua produção:

“Manifesto aos nossos irmãos, membros da Igreja Presbiteriana do Brasil” (1892), “O Protestantismo é uma Nulidade” (1896), “Dupla Defesa” (1896), “Uma Nova Bandeira” (1899), “A Maçonaria e Igreja Cristã” (1922), “As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil” (1903), “O Problema Religioso da América Latina” (1920). Balanço Histórico da Igreja Presbiteriana Independente brasileira (1921), Pagar o dízimo ao Senhor (1918), Folhetos da sociedade brasileira de tratados evangélicos (CASIMIRO, 2005, p.104).

Por meio do que foi levantado por Casimiro, além da contribuição gramatical, Eduardo Carlos Pereira escreveu várias outras obras na área do ministério eclesiástico, o que veio enriquecer ainda mais a sua contribuição, que já era bastante expressiva. Mas, além dos livros, ele contribuiu de forma relevante com jornais e revistas, elaborando diversos artigos, que aqui também mencionamos:

Jornal Correio Paulistano: O discurso, Jornal O Estado de São Paulo: 1907: Questões de Filologia (1), Questões de Filologia (2), Questões de Filologia (3). 1910: A vernaculidade do Sufixo, O Cacofaton. 1920: O protestantismo e a Pátria – A concentração do protestantismo – A Unidade da Igreja de Jesus Cristo – A federação das igrejas Evangélicas no Brasil – Combate ao Alcoolismo – Fé e Coração – Ainda o padre Veiga (1) – Ainda o Padre Veiga (2) – Ainda o Padre Veiga (3) – Ainda o padre Veiga (4) – Ainda o padre Veiga (5) – Ainda o Padre Veiga (6) – A Reforma do ensino. 1922: Da terra de nossos Avós (1) – Da Terra de nossos Avós (2) – Da terra de nossos Avós (3) – Da terra de Nossos Avós (4) – Revista de Língua Portuguesa. 1921: Evolução Gótica. 1922: România – Um Philologo Português (CASIMIRO, 2005, p.105-106).

3.3 O educador eclesiástico

A contribuição educacional de Eduardo Carlos Pereira, tanto no âmbito de sua Igreja, como na escola pública, foi fecunda, pois ele influenciou não somente as vidas de muitas pessoas, que conviveram com ele, mas suas produções transcenderam a sua época e

continuaram a contribuir na formação educacional de muitas pessoas, que ainda estão vivas e atestam que foram educadas pelas gramáticas produzidas por ele, obras que foram usadas por mais de meio século no ensino público, o que evidencia a qualidade de suas produções.

Elencam-se aqui alguns testemunhos que foram dados sobre a pessoa de Eduardo Carlos Pereira em O Estandarte de 1955, publicação essa alusiva ao centenário de nascimento de nosso autor e que ajuda na constatação de seu legado, em relação ao seu ambiente eclesiástico.

A primeira referência que gostaríamos de mencionar são as palavras do Rev. Vicente Themudo Lessa, diretor de O Estandarte, nessa ocasião citadas por Machado Corrêa.

Cérebro em movimento foi ele o líder eclesiástico, na grande extensão do termo, jornalista, a sua atuação se fez sentir na defesa das causas justas. A sua pena, segura e inspirada, traçou os rumos da nascente Igreja Presbiteriana do Brasil. A preparação ministerial, o colégio evangélico, a educação dos filhos da Igreja, consumiram suas vigílias por longo tempo. Pastor consagrado, a sua voz se fez ouvir, austera e bondosa, por trinta e quatro anos, no púlpito da primeira Igreja, e daí se irradiou por todo o arraial presbiteriano Independente, com reflexos na obra evangélica de todo o país (CORRÊA, s/d, p.205).

Nessas palavras se pode constatar, o quanto foi influente o trabalho realizado por Eduardo Carlos Pereira. Como suas realizações e ideias cativavam outras pessoas, levando-as a serem suas admiradoras. Nesse testemunho é destacada a sua atuação como líder do presbiterianismo, envolvimento com a educação de seu povo, e como pastor, ao mesmo tempo em que era rígido, sabia ser bondoso com os membros da Igreja, e ainda como pastor era persistente, fato atestado por seu longo ministério na direção da primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo cerca de 34 anos.

Falando ainda dos testemunhos, seria importante mencionar também as palavras do Dr. Seth Ferraz, seu amigo e discípulo, que nessa mesma edição do O Estandarte, em relação à pessoa de Eduardo Carlos Pereira, afirmou:

Conversação sóbria, versando sobre assuntos do reino de Deus, que o absorviam inteiramente, vida modesta, sem luxo, nem extravagâncias, muito rigorosas na apreciação do caráter cristão, tinha horror à hipocrisia. Sabia ele sempre consultar as opiniões dos outros para acertar as suas, e assim é que apresentava os seus planos aos amigos e companheiros, por mais humildes que fossem para então levá-los ao concílio (CORRÊA, s/d, p.206).

Verifica-se nas palavras do Dr. Seth a admiração com que falava de seu mestre, mas não somente admiração, também a segurança que encontrava na pessoa de Eduardo Carlos Pereira, pautada pela simplicidade de vida nos relacionamentos com os companheiros de ministério, procurando sempre ouvi-los antes de formar suas opiniões. Tudo isso nos revela a importância da atuação de Eduardo Carlos Pereira na sua vivência eclesial.

A sua maneira de ser e de atuar na sociedade e na Igreja foi significativa na vida das mais variadas pessoas de seu tempo. Mas um especialmente mencionado por Machado Corrêa, o testemunho de Albina Pires de Campos, que, segundo o referido autor, foi a primeira diaconisa evangélica do Brasil. Esse testemunho merece ser mencionado:

Louvemos a Deus por sua rica bondade, dando-nos um homem, como foi o Rev. Eduardo Carlos Pereira, e digamos como Vitor Hugo: “aquele corpo era um pretexto para uma grande alma viver na terra.” Realmente ele foi um vaso de ouro santificado, obreiro idôneo para árdua e nobre missão que desempenhou, que de sua vida cristã e proveitosa possamos hoje e sempre tirar exemplos de coragem e cristianismo, para que continuemos a ser um povo de Deus, vivendo para Deus (CORRÊA, s/d, p.209).

Neste testemunho se vê o quanto Eduardo Carlos Pereira era amado e como era intensa a sua influência sobre a vida dos seus liderados, ao ponto de essa discípula se reportar a um poema, na tentativa de exprimir todo o seu apreço pela pessoa de Eduardo Carlos Pereira.

A dedicação de Eduardo Carlos Pereira foi de tal forma, que, para ele, o seu trabalho na Igreja e na escola faziam parte de uma mesma vocação, que deveria estar a serviço da sociedade com a finalidade de instruí-la e contribuir para o seu desenvolvimento. Essa ligação do ensino, na igreja, com o magistério público era tão intensa, que se poderia dizer que a sua vida era resumida num duplo ofício: pastor e professor. Sendo o magistério a sua vocação educacional e o ministério na Igreja a sua vocação eclesial. Em relação a esse duplo ofício, pode-se constatar essa realidade através das suas próprias palavras:

O ministério evangélico é um magistério público, e o púlpito a cadeira do pedagogo. “Se eu não fosse ministro, dizia Lutero, queria ser mestre-escola; e não sei ainda qual melhor; ninguém deveria ser pastor sem ter sido professor” A causa da índole pedagógica da reforma, no-la dá ainda o eminente pedagogo francês Michel Bréal, no seguinte trecho: “Tornando o homem responsável por sua fé, e collocando a fonte da fé na Escritura Sancta, contrahiu a Reforma a obrigação de por cada um em estado de se salvar pela leitura da bíblia.” O estudo da língua materna e o do canto se associaram á leitura e ao serviço religioso (PEREIRA apud CASIMIRO, 2005, p.89).

A definição que ele faz do púlpito como sendo a cadeira do pedagogo e o ministério evangélico como algo a ser realizado em favor do povo, demonstra qual era a concepção que ele tinha em relação a essas duas atividades. Citava Lutero, referindo-se ao pensamento que ninguém deveria ser pastor, sem antes ter sido professor, essa visão mostra o como a educação era importante para Eduardo Carlos Pereira.

Para tais áreas da educação religiosa e pública ele colaborou de forma significativa. Em 24 de dezembro de 1894 foi nomeado para a primeira cadeira de português do Ginásio da Capital, onde exerceu o magistério até a sua morte em 1923. Tendo produzido nesse período as suas principais obras linguísticas: Gramática Expositiva – curso superior (1907), Questões de Filologia (1908) uma resposta aos críticos da Gramática Expositiva, Gramática Expositiva – curso elementar (1908) e Gramática Histórica (1916). Foi grande a aceitação destas gramáticas: a primeira teve 96 edições; a segunda 153 edições e a terceira 10 edições.

A estréia de Eduardo Carlos Pereira no universo do jornalismo se deu através do jornal Imprensa Evangélica, jornal que fora fundado, como já dissemos neste trabalho, por Simonton, primeiro missionário presbiteriano que tinha uma visão semelhante à de Eduardo Carlos Pereira em relação à educação e à imprensa. Nesse jornal ele se tornou colaborador assíduo, escrevendo artigos sobre evangelização e orientações sobre a educação e vida eclesiástica. Promoveu campanhas apelando para a sensibilidade das pessoas a terem um maior comprometimento com os princípios do evangelho. E formou uma agremiação chamada de sociedade brasileira de tratados evangélicos, agremiação essa colaborou de forma significativa com a difusão do pensamento de Eduardo Carlos Pereira.

Na sua atuação como jornalista, quando residente na cidade de Campanha, sul de Minas, ele fundou em 1887, o jornal Revista das missões nacionais. Foi um importante jornal, principalmente para se tratar das questões internas de sua denominação, dando

oportunidade principalmente para os pastores nacionais expressarem os seus pensamentos, pois, já nesse momento, Eduardo Carlos Pereira expressava o desejo de ter uma Igreja independente da Igreja norte-americana. Não se atribui a esse sentimento uma atitude de antiamericanismo, até por que muitos dos missionários americanos apoiavam as suas ideias. Esse sentimento nacionalista era o desejo de ver uma igreja nacional, comprometida, sustentando os próprios projetos, andando por suas próprias pernas. Esse ideal veio a concretizar-se de certa forma em 1903, quando foi fundada a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, acontecendo, assim, a autonomia eclesiástica.

Após ter tido a experiência de trabalhar com a Imprensa Evangélica e fundar o jornal Revista das Missões Nacionais, já morando em São Paulo, então nessa ocasião pastor da primeira igreja Presbiteriana de São Paulo, ele funda O Estandarte que passou a ser o órgão mais importante da Igreja presbiteriana do Brasil. Ele e seus amigos passavam a comunicar-se com a Igreja de forma brilhante, de servir a Igreja e de comunicar os ensinamentos bíblicos. Por sua atuação como jornalista em sua época, ele foi um homem de visão em sua denominação religiosa, vendo que o jornal seria um instrumento de eficácia para se comunicar com a Igreja e a sociedade, podendo, assim, promover a educação em sua geração. Desta forma a comunicação pela Imprensa escrita foi mais um legado que ele proporcionou para o presbiterianismo no Brasil:

3.4 A atuação política e religiosa no âmbito da igreja

Observa-se que o modo de vida religioso do presbiterianismo possibilitou que os seus clérigos brasileiros logo comesçassem a reivindicar autonomia para a igreja brasileira, em relação às missões norte-americanas, liderados por Eduardo Carlos Pereira, um brasileiro que conseguiu uma importante função dentro do presbiterianismo, pois era o pastor da primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo. O grupo levantava questões, como a da autonomia da igreja brasileira, numa relação conflituosa com o Dr. Horace Lane, diretor do Mackenzie College, em relação à educação. E ainda, havia crescente divergência com a junta de missões de Nova York acerca da questão educacional. Esse era o universo presbiteriano depois de algumas décadas de atuação dos missionários da (PCUSA) Igreja do norte e os missionários da Igreja do sul (PCUS).

Em 1903 o Rev. Eduardo Carlos Pereira (1855-1923) e seus companheiros fundaram a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Eduardo Carlos Pereira representava um elemento divisor no presbiterianismo, como criador de um novo ramo. Acredita-se que o cisma ocorreu devido a divergências entre Eduardo Carlos Pereira e os líderes do Mackenzie, especialmente o Dr. Horace Manley Lane. Por questões pessoais, além de divergências relacionadas à educação e ao papel dos missionários americanos, à autonomia do presbiterianismo brasileiro e à questão maçônica. Durante o século XIX o sentimento patriótico fazia parte da conjuntura política dos brasileiros. As críticas que eram feitas pelos liberais ao catolicismo romano recaíam justamente sobre sua dependência de Roma. O protestantismo foi, no geral, bem recebido pelos liberais, embora fosse uma religião de um país estrangeiro, Os Estados Unidos, mas contava com uma vantagem, uma vez que se tratava de um país que, além de americano e de também ter sido colônia, ocupava seu lugar entre as nações mais modernas.

Ao fazer a análise das atitudes desenvolvidas pelo protestantismo brasileiro, no caso o presbiteriano, deve-se ver como ele tentou conciliar as ideias de autonomia nacional e de patriotismo com as relações eclesiásticas e com missionários norte-americanos e suas respectivas igrejas nos Estados Unidos.

Dentro dessa visão, Eduardo Carlos Pereira também representou um elemento divisor no presbiterianismo, como criador de uma nova denominação, a qual foi nominada como igreja presbiteriana Independente do Brasil.

Os primeiros sinais do desconforto com a origem estrangeira do protestantismo aparecem na luta pela autonomia da Igreja Presbiteriana. Eduardo Carlos Pereira foi o protagonista desta primeira fase. O conflito pela autonomia desembocou na organização da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil em 1903. Entretanto, muito antes do cisma de 1903, a trajetória de Pereira sinalizava rumo à autonomia do presbiterianismo. Ele foi o primeiro pastor brasileiro eleito em substituição a um missionário norte-americano, o Rev. George Whittehill Chamberlain.

Eduardo Carlos Pereira assumiu o pastorado da Primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo em 1888. Antes ele já tomara duas iniciativas que apontavam para a necessidade de autonomia da Igreja Presbiteriana. A primeira foi em 1884, a criação da “Sociedade Brasileira de Tratados Evangélicos”. Por meio desta iniciativa ele publicava e incentivava escritores brasileiros à publicação de textos destinados para a propagação da mensagem

protestante. Esta iniciativa revelava sua percepção em relação ao material que era produzido pela Igreja com textos traduzidos, para a evangelização de brasileiros. Esse material, segundo ele, era inadequado para realidade brasileira. Sobre isso Leith (1996, p.89) escreve:

Tratava-se de fazer com que surgisse uma reflexão teológica de brasileiros sobre a realidade brasileira. Mas o que nos chama a atenção também era o fato de ser proibida a publicação, pela sociedade brasileira de tratados evangélicos, de obras sobre assuntos de controvérsia entre as denominações evangélicas. O próprio Rev. Eduardo Carlos Pereira escreveu que o objetivo da sociedade era auxiliar esforços dos metodistas, dos batistas e luteranos, dos episcopais, dos congregacionalistas e dos presbiterianos, a todos dando a sua benção fraternal na sublime liberdade do evangelho.

A segunda iniciativa de Eduardo Carlos Pereira, que sinalizava em direção à autonomia, foi o lançamento, em 1886, de um “Plano de Missões Nacionais”, por meio do qual ele conclamava as comunidades presbiterianas para a constituição de um fundo que permitisse a evangelização sem a dependência de recursos financeiros das missões estrangeiras. Em texto posterior ao cisma, quando dele faz um balanço, Eduardo Carlos Pereira aponta quão sensível era o sentimento patriótico envolvido na discussão da época. Ele reproduz um relatório de Horace Lane, então diretor do Mackenzie, que fora apresentado nos Estados Unidos. Nele Lane tece críticas irônicas ao patriotismo dos brasileiros:

Embora os irmãos brasileiros tenham sido ligeiramente infeccionados de certas heresias educativas, eles são, em geral, a favor de uma só educação cristã; presentemente (Just now) estão eles feridos (touched) de uma loucura transitória que assume a forma de patriotismo hipersensitivo. Eles querem dirigir a educação protestante e nacionalizar o cristianismo. É antes um orgulho estreito do que largo princípio cristão que ora domina nos concílios da Igreja (Brasileira). Nos últimos (recent) anos tem havido uma tal falta lamentável de prudência e sabedoria no Sínodo e presbitérios que seus mais velhos amigos começam a duvidar sobre estarem eles inteiramente (quite) preparados (ready) para a responsabilidade do governo próprio (self government), sob a forma presbiteriana. Se realmente eles querem uma igreja nacional e desejam educar um ministério sobre bases estritamente patrióticas, devem ter o privilégio de fazer isso à sua custa (at their own expenses). E, se com eles é isto uma questão de princípios, façam um grande sacrifício para isso. Se falharem no fim imediato em vista, eles terão o benefício que vem de todo esforço de sacrifício próprio. Se os pais presbiterianos, no exercício

de um inquestionável direito, posto que nele desconheçam o direito dos filhos, querem escolas exclusivamente presbiterianas, cuidadosamente protegidas de estranhos pervertidos, afundem suas mãos nas próprias algibeiras para terem com que se sustentarem (LANE apud PEREIRA, 1965, p.9).

A atitude de Eduardo Carlos Pereira demonstra que no interior do protestantismo presbiteriano estava bem assentada a percepção das diferenças culturais entre brasileiros e norte-americanos. Todavia, o projeto representado por Pereira não é um questionamento em favor de um cristianismo reformado mais próximo da herança cultural brasileira, mas, sim, da autonomia para viver o protestantismo transmitido pelos missionários norte-americanos. Pereira rebelou-se contra a tutela estrangeira e não contra o programa protestante herdado dos missionários norte-americanos.

O cisma presbiteriano brasileiro de 1903 não deve enganar quanto ao fato de que Eduardo Carlos Pereira, assim como a primeira geração de pastores nacionais, continuavam a sustentar que a modernidade dos Estados Unidos era modelo para o Brasil. Isto pode ser verificado na obra da maturidade de Eduardo Carlos Pereira “O problema religioso na América Latina” (1920). Esse livro é o resultado de trabalho escrito e apresentado no Congresso do Panamá em 1916. Nele Eduardo Carlos Pereira sustenta a tese de Laveleye (1950), de que não é a raça ou as condições mesológicas que explicam o progresso das nações anglo-saxônicas em relação às nações latinas, mas a religião. Assim, na visão de Eduardo Carlos Pereira, o atraso do Brasil e das demais nações latino-americanos era fruto da ação do catolicismo. Substituído o catolicismo pelo protestantismo, a “raça” em nada inferior dos latinos, exceto pela religião, haveria de alcançar o patamar de progresso dos Estados Unidos.

Eduardo Carlos Pereira, não obstante a adoção das teses de Laveleye (1950), reconhece que não existem diferenças entre a raça latina e a anglo-saxônica. Porém, depois do Congresso do Panamá, ele se tornou adepto da doutrina Monroe e passou a defender a colaboração e integração entre as Américas. A passagem abaixo bem ilustra a mudança de suas disposições:

Dada a corrente imperialista no gigante do norte, e, sob seu influxo, a interpretação unilateral do monroísmo, não é certamente o meio de evitarmos futuras desgraças, assanhar o touro com a bandeira vermelha de um latinismo exclusivista; mas é, antes, estreitar os actuaes laços de

amizade, em pacto solenne, em que seja codificado o direito internacional americano, assentada, de modo formal, a interpretação bilateral da doutrina de Monroe e erguido o tribunal da paz sobre o firme fundamento da arbitragem obrigatória. O que importa é completar o alfabeto continental pelo fraternal amplexo das duas raças, e erguer na America a estátua da liberdade com a legenda helvética: 'Todos por um e um por todos' (PEREIRA, 1920, p.163-164).

A reflexão sobre as relações entre o protestantismo brasileiro e sua herança estrangeira foi aprofundada nas décadas de 1920 e 1930 pelos pastores Erasmo de Carvalho Braga (1877-1932), da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB) e por Epaminondas Melo do Amaral (1893-1962), da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB). Erasmo Braga participou, ao lado de Eduardo Carlos Pereira, Álvaro Reis e Samuel Gammon, do Congresso do Panamá. A divergência no relacionamento interno do presbiterianismo se intensificou ainda mais, quando Eduardo Carlos Pereira publicou o livro “A maçonaria e a Igreja Cristã” e lançou uma plataforma por meio do O Estandarte, com o seguinte teor: Desejava independência absoluta ou soberania espiritual da Igreja presbiteriana do Brasil, manifestava também o desejo do desligamento dos missionários dos presbitérios nacionais, A Igreja deveria fazer uma declaração oficial da incompatibilidade entre a maçonaria e o evangelho de Jesus Cristo, As missões nacionais deveriam se converter em missões presbiteriais, ou, autonomia dos presbitérios na evangelização dos seus territórios, e a educação deveria ser dos filhos da Igreja, pela Igreja, para a Igreja.

Em meio a esse ambiente de controvérsia, a Igreja tomou a decisão de reunir o sínodo, para tentar resolver a divergência. Reuniu-se o sínodo no dia 31 de julho de 1903 e a plataforma de Eduardo Carlos Pereira foi posta em discussão. Os dois primeiros pontos, em relação à autonomia da Igreja e o desligamento dos missionários, foram rejeitados, sendo considerados como sinal de ingratidão para com os missionários. O terceiro ponto que se referia à questão da maçonaria, também foi rejeitado; o sínodo decidiu que a maçonaria continuaria a ser permitida para os membros da Igreja (CORRÊA, s/d).

Diante de tal decisão, Eduardo Carlos Pereira, e mais seis pastores e onze presbíteros, romperam com a Igreja Presbiteriana do Brasil, e fundaram a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil. Esse momento da cisão é narrado por Lessa da seguinte maneira:

Então o Rev. Eduardo pede a palavra para despedir-se. Fala primeiro aos missionários, irmãos missionários, permiti-me digir-vos cordial despedida. Procurei, nas bases apresentadas pelo dr. Chester e dr. Ellinwood, um plano de cooperação entre os missionários e os nacionaes. Vós o não quisestes, creio que errastes; o futuro, porém o dirá. E vós, meus patrícios, reagi quanto pude em favor do vosso prestígio moral, nada consegui. A maçonaria cavou um abismo entre nós e vós. Ella foi, porém, o instrumento e, se me permite a expressão, a mão do gato para tirar as castanhas do fogo. Vós ouvireis falar de nós. Nós ouviremos falar de vós e um dia perante o juiz nos encontraremos. Felicidades meus patrícios. Tomou o chapéo. Desceu da tribuna e atravessou o recinto no meio do rumor que se erguia. Lagrimas corriam pelas faces de muitos. Era a hora tremenda de provações. Outros membros da minoria o foram acompanhando (LESSA, 1938, p.673).

Desta forma consolidou-se a cisão, que vinha sendo gerada no ambiente presbiteriano, desde que o mesmo possibilitou a participação de uma nova liderança nacional. Apesar de o cisma ter causado uma divisão, ele teve seu lado produtivo, pois o acontecimento mostrava que já havia uma liderança muito forte da parte dos líderes da primeira geração do presbiterianismo no Brasil.

A consolidação do cisma mostra também que Eduardo Carlos Pereira era um homem de convicção, e de difícil persuasão, pois o sínodo não conseguiu dissuadi-lo de seus posicionamentos e não conseguiu evitar que outros seguissem os seus passos. Nascia, assim, naquele ambiente de controvérsia, uma nova denominação protestante, a igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

3.5 Atuação política e educacional no âmbito da igreja

O protestantismo usou como forma estratégica para evangelizar a educação. A atuação dos missionários norte-americanos na segunda metade do século XIX foi voltada para a fundação de colégios, com perspectivas de alfabetizar as pessoas para poder ensinar-lhes a bíblia e doutrinas em torno da moral cristã. Essa também era uma estratégia de atuação para se obter a expansão dos objetivos do protestantismo no país. Houve também os embates com a Igreja Católica, acerca dos quais se pode reportar ao que escreve José Antônio Tobias:

O Jesuíta, por conseguinte, plantou, para sempre, a educação cristã na carne e na alma do brasileiro. O longo tempo de colonização do português, a união da Igreja Católica com o Estado em Portugal e no Brasil, o ensino exclusivamente nas mãos de padres, a participação efetiva e profunda dos filhos de Santo Inácio de Loyola na construção de todos os setores do Brasil, o ensino e a educação de dois séculos e a própria política educacional do jesuíta constituem alguns dos fatores que marcaram indelevelmente o Brasil, fazendo da educação cristã e do cristianismo coordenadas em que se encontram o Brasil e os brasileiros de todos os tempos (TOBIAS, 1991, p. 71).

Esse universo de problematização da atuação entre católicos e protestantes se arrastou por muito tempo, pois, no início do século XX, Eduardo Carlos Pereira usava o termo Jesuitismo, para falar da educação católica sobre o povo brasileiro, educação que, para ele, era um mal ao país, como eram os males morais, como prostituição, alcoolismo, jogo e fraude. Para vencer esse mal tinham que se unir em oração, levando a igreja evangélica ter forças para suportar as perseguições, que, por certo, também eram de cunho religioso. Devo salientar que para Eduardo Carlos Pereira, a eliminação do analfabetismo não era a única preocupação, ele acreditava que a nação brasileira tinha que ser ensinada com princípios do evangelho, mudando seu comportamento, moral e social. Para esse fim poderia utilizar da instrumentalidade da educação escolar. Para ele, o evangelho era um modo de vida, que deveria fazer parte de toda esfera da vida cotidiana das pessoas, influenciando na sua forma de pensar e agir, em relação o comportamento em sociedade. Para Mendonça “o protestantismo constituía um modo de vida, aceitá-lo nos seus princípios de crença implicava em mudança de padrões de cultura” (MENDONÇA, 1995, p.96). Essa era a forma de atuação de Eduardo Carlos Pereira, um envolvimento com a educação escolar, na visão de que esta deveria estar submetida aos ensinamentos da Bíblia, que deveriam orientar toda vida da pessoa. Causando uma mudança nos valores individuais e coletivos, era o que ele chamava de conversão aos princípios do evangelho. A educação deveria estar a serviço desses ensinamentos da Bíblia. Os colégios seriam importantes auxiliares da evangelização, mas deveriam tomar o cuidado para que não se afastassem da mensagem bíblica, crescendo em riqueza, em poder político e servindo-se do poder, deixando a simplicidade dos ensinamentos bíblicos, que, em sua essência, o poder deve existir para servir, e não para ser servido. Ele se baseava no que o Evangelista São Mateus dizia: “Bem como o Filho do homem não veio para ser servido, mas para servir” (Mt 20.28). Em sua visão os colégios seriam necessários para formação moral e intelectual dos

filhos da igreja, que poderiam ter um comportamento diferenciado para oferecer a sociedade em relação à educação católica.

Eduardo Carlos Pereira questionava o verdadeiro interesse dos fundos financeiros dessas instituições, se era a evangelização e educação ou tinham outros interesses. Isso pode ser visto num artigo que ele publicou na revista de missões nacionais em 1892, citado por Ferreira.

Não somos infensos ao espírito liberal filantrópico dos capitalistas americanos, antes somos seus admiradores, e não lhes regatearemos, por certo, como patriotas, sincera gratidão; porém, só desejamos dar ao seu dono, e saber se são missionários em nome do humanismo cosmopolita de ilustres filantropos, ou em nome da caridade salvadora do filho de Deus; se são enviados para São Paulo pela generosidade de homens liberais, ou pela dedicação da igreja de Cristo em sua gloriosa missão de evangelizar o mundo (PEREIRA apud FERREIRA, 1992, p. 417).

Pode-se identificar que havia certa desconfiança em relação aos verdadeiros interesses por parte daqueles que estavam subsidiando a educação, apoiando a fundação dos colégios, que tinham na sua forma de ver uma concepção de mercado e não cristã, que tinham interesses comerciais e não de evangelizar o mundo. Essa era uma controvérsia existente no universo evangélico, sobre o papel que estavam desempenhando os grandes colégios na educação. Eduardo Carlos Pereira faz parte dessa controvérsia, usando da imprensa escrita para divulgar os seus pensamentos. Ferreira, comentando sobre o sínodo de 1887, fala-nos sobre o pensamento de Eduardo Carlos Pereira quanto à educação feita pelos grandes colégios:

Contestamos que os grandes colégios tenham concorrido poderosamente para a propagação da fé ou para a preparação de um ministério evangélico, pois no Brasil não existe atualmente nem um ministro que comprove esta declaração. Quanto aos resultados na evangelização, a experiência nos ensina que a conexão de tais estabelecimentos com as igrejas lhes tem causado profundas amarguras e tem servido até de escândalo (FERREIRA, 1992, p.419).

A existência de uma controvérsia em relação à estratégia do protestantismo, de usar da instrumentalidade da educação para evangelização, não era necessariamente o ponto de

discordância entre os missionários protestantes, e sim, a maneira como estava sendo conduzido a forma de implementar essa educação.

Eduardo Carlos Pereira tinha uma preocupação em relação aos objetivos das instalações dos grandes colégios, pois, para ele, estes estavam perdendo o seu foco de manter a evangelização, como finalidade de sua existência. Assim, ele questionava o real interesse daqueles que estavam subsidiando a construção desses colégios, se os mesmos tinham como objetivo as causas do evangelho, de usar da educação para servir, ou usar da religião para servirem-se a si mesmos. Pois, segundo ele, até aquele momento essa forma de atuação não tinha dado evidência de progresso na evangelização, mas, pelo contrário, a relação das igrejas com tais estabelecimentos trazia dificuldades, e em alguns momentos causava escândalo e prejudicava a imagem da Igreja. Portanto Eduardo Carlos Pereira tornou-se um contestador dessa estratégia de atuação dos grandes colégios. Nessa contestação ele polemizava com outro educador de sua época, Horace Lane, educador presbiteriano e diretor da escola Americana, entre os anos de 1884 a 1912. Lane tinha a visão de que a educação deveria receber todo o incentivo, necessário para se desenvolver, sua visão era mais liberal que Eduardo Carlos Pereira quanto à ajuda dos subsídios vindos dos Estados Unidos. Lane tornou-se grande defensor da educação como estratégia para a evangelização. Seus comentários sobre a forma da atuação na área de educação pelo protestantismo são registrados por Hack, da seguinte forma: “A campanha evangélica deve participar deste princípio: muitas escolas, mais escolas, sempre escolas. É o que fazem os sacerdotes católicos e é o que fazemos nós; na educação da mocidade reúne-se grande parte de nosso ideal” (HACK, 2000, p.64).

As ideias de atuação no campo educacional do Dr. Lane e de Eduardo Carlos Pereira eram incompatíveis, pois eles representavam setores diferentes da Igreja, em relação à questão educacional. Na base desta questão estava um problema muito sério, que era a formação dos filhos da Igreja, pela Igreja e para a Igreja. O sínodo desde 1888 vinha discutindo essa situação, que se dividia em relação à criação de um seminário teológico. Os missionários do Norte dos Estados Unidos queriam que esse seminário fosse fundado em São Paulo, onde possuíam uma escola, a atual Universidade Presbiteriana Mackenzie. Os missionários do sul dos Estados Unidos queriam que o seminário fosse fundado em Campinas. Em meio a essa polêmica, o resultado é que o seminário não era estabelecido.

Em torno dessa divergência sobre a localização do seminário, estava também a maneira em que a educação seria realizada. Eduardo Carlos Pereira era da opinião que deveriam ter um seminário que fornecesse uma educação específica, para os filhos da igreja. Já o grupo que o Dr. Lane representava achava que essa educação poderiam se dar em conjunto na mesma escola e não separar educação eclesiástica da educação secular. Ferreira nos traduz um texto enviado pela missão norte-americana em 1900, que expressa o pensamento de não separar educação teológica da secular.

Quanto às relações entre as missões e o colégio protestante de São Paulo, tal instituição é filha da missão e tem sido mantida através dos anos com grandes gastos e trabalho, sob política de uma educação religiosa e secular que é idêntica à que é mantida pela missão em todos os seus muitos campos missionários. Esperamos que o elemento religioso e espiritual pudesse prevalecer cada vez mais, de modo que ao mesmo tempo em que se puder manter o treinamento de um ministério nativo, a instituição não deixará de apresentar ao mesmo tempo um grau e certo tipo de cultura geral que promova o espírito da verdade protestante em todos os departamentos da vida social, comercial e política (FERREIRA, 1992, p.435).

Essa controvérsia não criava somente obstáculos para o desenvolvimento do trabalho educacional do presbiterianismo, como também poderia levar essa denominação a uma cisão interna, o que finalmente veio ocorrer em 1903.

A controvérsia se agravou de tal maneira que Dr. Lane foi suspenso da comunhão da primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo, Igreja pastoreada por Eduardo Carlos Pereira. O motivo da disciplina estava baseado na não observação por parte do Dr. Lane das ordenanças e da guarda do domingo como dia consagrado a Deus. Sendo assim, a falta da presença deste nas reuniões da igreja aos domingos fora o motivo da sua suspensão. Esse momento da suspensão do Dr. Lane é mencionado por Ferreira da seguinte maneira:

Por igual motivo, passou a Sessão a considerar o procedimento do doutor Horácio M. Lane, membro desta Igreja. Em julho do ano passado, entendeu a sessão dever dirigir-lhe solenemente a caridosa admoestação, visto terem sido baldados às expostulações particulares do pastor em referência ao modo em que negligenciava os seus deveres para com as ordenanças de Deus e o dia do Senhor, resolveram suspendê-lo até que ele dê prova suficiente do seu arrependimento (FERREIRA, 1992, p.387-388).

Essa suspensão somente agravou as divergências. O Dr. Lane se ausentou ainda mais dos trabalhos da igreja e passou a fazer oposição a Eduardo Carlos Pereira e àqueles que o apoiavam. Essa oposição pode ser evidenciada nos escritos de Lane, que passou a questionar as verdadeiras condições dos pastores nacionais frente ao governo e à administração da educação e da Igreja Presbiteriana. Para ele, a liderança nacional ainda não tinha maturidade suficiente para assumir a direção da Igreja e também não tinha condições financeiras para sustentar os ministérios da Igreja e nem o seu projeto de educação. Ferreira nos fala da opinião do Dr. Lane, num artigo que escreve em “Presbyterian Banner”, de Pittsburg. Nesse artigo ele demonstra qual era o seu pensamento em relação à autonomia da igreja brasileira e o tipo de educação que era defendida por Eduardo Carlos Pereira e o grupo que o apoiava:

Embora os irmãos brasileiros tenham sido ligeiramente infeccionados de certas heresias educativas, eles são, em geral, a favor de uma sã educação cristã; presentemente estão eles feridos de uma loucura transitória que assume a forma de um patriotismo hipersensitivo. Eles querem dirigir a educação protestante e nacionalizar o cristianismo. É antes um orgulho estreito do que largo princípio cristão que ora domina nos concílios da Igreja brasileira. Nos últimos anos, tem havido uma tal falta, lamentável, de prudência e sabedoria no sínodo e presbitérios, que seus mais velhos amigos começam a duvidar sobre estarem eles inteiramente preparados para a responsabilidade do governo, sob forma presbiteriana. Se realmente eles querem uma igreja nacional e desejam educar um ministério sobre bases estritamente patrióticas, devem ter o privilégio de isso fazer à sua própria custa (FERREIRA, 1992, p.422).

As heresias educativas, às quais Lane se referia, eram o tipo de educação defendida por Eduardo Carlos Pereira e o setor da Igreja que o apoiava, que não concordavam com uma educação, realizada nos moldes dos grandes colégios, e também queriam uma educação mais voltada para aqueles que freqüentavam as Igrejas, e a fundação de um seminário. Necessariamente o que ocorria naquele momento não podia ser considerado como uma heresia, mas apenas uma visão religiosa, por parte do grupo que fazia oposição ao Dr. Lane.

É interessante também fazer a análise, sobre a crítica feita ao patriotismo dos brasileiros, isso demonstra que havia um forte desejo de autonomia, de valorizar aquilo que era nacional, de mostrar que os brasileiros eram capazes de administrar a Igreja. Também leva a pensar que os pastores brasileiros estavam respondendo à aspiração daquele

momento da sociedade brasileira, que almejava por uma identidade nacional, e assim, lutava contra o modelo imperial, que representava a coroa portuguesa, o governo estrangeiro. Assim podemos constatar que a visão republicana, influenciava o desenvolvimento do presbiterianismo brasileiro, levando a ter esses conflitos internos, caracterizado por Lane como orgulho.

Observa-se também que, diante deste posicionamento de desejo de autonomia por parte do presbiterianismo brasileiro, Lane lançou o desafio de que eles se sustentassem e que assumissem a responsabilidade de manutenção com as igrejas e com a educação oferecida por essas. A concepção de Lane é que, se os nacionais tinham a maturidade que diziam ter, então deveriam assumir as responsabilidades dessa maturidade. Se os pais presbiterianos querem para os seus filhos escolas exclusivamente presbiterianos, livres da influência daqueles que não professam a mesma fé, que esses também “afundem as suas mãos nas próprias algibeiras para terem que se sustentarem” (FERREIRA, 1992, p.422). Essa, segundo Lane, deveria ser a atitude dos nacionais.

Esse posicionamento de Lane serviu para estimular, ainda mais, o desejo de independência por parte dos que buscavam a autonomia. Eduardo Carlos Pereira, há muito já procurava despertar a igreja brasileira para com o dever de contribuir, e assim, ser responsável por sua própria manutenção, ele que já havia criado a sociedade de tratados evangélicos, missões nacionais, uma revista nacional, buscando despertar na Igreja nacional a responsabilidade pela sua manutenção, tanto na área da organização, como educacional e missionária. Para ele a repreensão de Lane, foi como um desafio, e uma ferramenta a mais para mexer com o orgulho dos nacionais.

3.6 O jornalista

3.6.1 A imprensa evangélica

Foi um jornal usado pelo protestantismo presbiteriano, como forma de comunicar os seus ensinamentos, tanto de forma interna, educando a Igreja, como de forma externa, na evangelização da sociedade. Júlio Andrade Ferreira, em sua obra sobre a história da

Igreja Presbiteriana do Brasil, traz as palavras de Simonton, quando do dia da primeira edição do jornal:

Ontem de manhã Santos Neves veio à minha casa receber os originais para o primeiro número da Imprensa Evangélica, um jornal semanário que resolvemos publicar. Sei da responsabilidade que implica este empreendimento, e a tenho sentido mais do em qualquer outra ocasião. Pusemo-nos de joelhos e entregamos a Imprensa, e nós mesmos, à direção e ao controle divino. O caminho parece preparado e não temos outra coisa a fazer senão ir avante, ousadamente (FERREIRA, 1992, p.49).

Dessa forma nasceu o jornal Imprensa Evangélica,, que se tornou o principal meio de comunicação evangélica presbiteriana. Tal era a importância e a responsabilidade de fundar um jornal, que, por meio das palavras do seu fundador, pedia o controle divino sobre o trabalho que era iniciado. Isso também é manifestado num segundo momento, quando se viu que a intenção de um jornal semanal não era possível. “Tínhamos o plano de fazê-lo semanalmente. Bastaram, porém, poucos dias para mostrarem-se a loucura de tal pretensão” (FERREIRA, 1992, p.50).

Assim, em meio às dificuldades em conseguir recursos, as limitações dos equipamentos daquela época, a falta de pessoal qualificado e do próprio Simonton que não tinha habilidade para escrever, pelo que se observa em seu diário, a concorrência católica, que mais tarde iria manifestar pelo jornal “O Apóstolo”, mesmo diante de tudo isso, a Imprensa Evangélica se firmou e fez a sua contribuição, atuando no cenário brasileiro de comunicação por um período de 28 anos.

Faz-se necessário lembrar que, em seus primeiros números, o jornal era editado em oito páginas, tamanho de 20 por 30 centímetros. O conteúdo de seus editoriais eram assuntos relacionados à salvação das almas das pessoas, ensinamentos referentes à oração do “Pai nosso” e aos “Dez Mandamentos”, outros assuntos relacionados a cultos domésticos, leitura da bíblia, tradução de artigos e poesias.

Machado Corrêa, em sua obra sobre a biografia de Eduardo Carlos Pereira, faz a menção a este órgão de comunicação, dizendo do seu início e fim. Ele diz:

A criação do jornal, “A Imprensa Evangélica”, cujo primeiro número surgiu em 5 de novembro de 1864, havendo exercido a sua benfazeja missão por 28 anos, terminando-a somente em 2 de julho de 1982. Era um jornal para doutrinar e evangelizar, com amplo noticiário, sem entrar nos problemas internos da igreja. Pastores americanos e brasileiros muito escreveram nesse jornal, inclusive o Rev. Eduardo Carlos Pereira, de modo que se tornou um vasto campo de evangelização, para os dedicados obreiros do Senhor (CORREA, s/d, p.29).

Pelas afirmações feitas por Machado Corrêa, pode-se constatar a utilidade desse jornal para a ação missionária, dando a possibilidade dos missionários fazerem uma melhor transmissão de suas crenças aos seus discípulos, e uma maior divulgação da mensagem evangélica para aqueles que não eram da fé protestante. Ainda se verifica que o seu uso, por parte dos pastores estrangeiros e pastores brasileiros, era intenso, e acreditamos que isso se deva também à possibilidade de notoriedade que a imprensa escrita oferecia naquela época.

3.6.2 O Estandarte

O Jornal O ESTANDARTE foi fundado em 7 de janeiro de 1893, pelos Rev. Eduardo Carlos Pereira, Rev. Bento Ferraz e Presb. Joaquim Alves Corrêa. Sucedeu ao jornal “Imprensa Evangélica” fundado em 05/11/1864. Tornou-se o órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Na obra “Annaes da 1ª Igreja Presbyteriana de São Paulo”, publicada em 1938, assim escreveu o Rev. Vicente Themudo Lessa, a respeito do nascimento do órgão oficial da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, em 7 de janeiro de 1893, no primeiro número do Estandarte, no artigo de fundo: “Vimos ocupar, na imprensa de nosso paiz, o lugar que, por largos annos, occupou a Imprensa Evangélica, ha pouco extincta. Nosso programma, porém, é mais comprehensivo, de accordo com os novos tempos” (LESSA, 1938, p.424).

O jornal começou a ser editado semanalmente na forma de impressão que durou por muitos anos, desde, sua fundação em 1893 até 1931 Sendo que na primeira edição de 1893, vemos a informação de que o jornal tinha uma tiragem de oito mil exemplares anos. De 1931 a 1980 passou a ser impresso quinzenalmente, e de 1981 a 2009 tem sido impresso

mensalmente. O jornal era editado em tamanho 20 por 30 centímetros, contendo 4 páginas. Na primeira página era editado um artigo na maioria das vezes escrito por Eduardo Carlos Pereira. O artigo, em sua introdução, fazia menção à missão do jornal e trabalhava algum assunto referente a conhecimentos gerais; quando início de um novo ano, falava-se do ano que se passara e das expectativas para o próximo. Na segunda e terceira páginas era dado espaço para artigos diversos, que eram enviados por colaboradores do jornal. Nesses assuntos eram expostos poesia, discordâncias religiosas, principalmente com a igreja católica, falava-se sobre pensamentos, sobre provérbios e outras informações gerais. Na quarta página o espaço era dedicado para se fazer notas e dar notícias e fazer divulgação do jornal ou de outros órgãos. Como foi mencionado por Lessa, o jornal nasceu da necessidade de ocupar o espaço deixado pelo jornal Imprensa Evangélica, usado pelos pastores e missionários estrangeiros na evangelização e divulgação dos seus pensamentos, órgão que foi extinto por falta de recursos provenientes dos Estados Unidos, o mantenedor principal desse jornal, e que, devido a motivos de conflitos internos nos relacionamentos dos pastores brasileiros com os missionários estrangeiros, cessou o investimento nesse órgão de comunicação.

Ao ocupar o lugar deixado pelo jornal Imprensa Evangélica, o jornal O Estandarte supriu a necessidade que pastores e missionários tinham para se comunicar de forma interna com a igreja, e externa com a sociedade. Desta forma O Estandarte exerceu grande influência na Igreja Presbiteriana Brasileira. Como Eduardo Carlos Pereira era o seu principal orientador e já tinha experiência adquirida por meio de trabalhos com outros órgãos como a Imprensa Evangélica, Revista das Missões Nacionais, e era participante ativo na vida eclesial da denominação e uma figura notável no universo presbiteriano, teve boa aceitação por parte da Igreja Presbiteriana Brasileira.

O êxito do O Estandarte em sua comunicação com a igreja e a sociedade pode ser sentido em relação à visão que a sociedade daquele momento tinha a respeito deste órgão de Imprensa. Lessa ajuda a compreender melhor qual era o conceito que O Estandarte exercia naquele momento:

O Estandarte exerceu grande influencia na Egreja Presbiteriana Brasileira, são factos que não se pode contestar. Quando o jornal começava advogar uma Idea, era certo que a vitória estava assegurada. Po exemplo, na construcção do seminário, primeiro commodos da casa pastoral. Depois no sobradinho dos fundos do templo, no jornal discutiu-se a questão educativa com riqueza de pormenores (LESSA, 1938, p.424).

A visão que se tinha é que O Estandarte era um excelente instrumento de comunicação com a sociedade, por parte daqueles que queriam divulgar as suas ideias, e que, ao fazê-lo nesse órgão de comunicação, poderiam ter a certeza de que conseguiriam alcançar os seus objetivos.

Os exemplos de êxitos que foram dados por Lessa, em relação a todos os empreendimentos que eram discutidos no jornal, desde a arrecadação para construção de edifícios e a arrecadação para a manutenção dos trabalhos religiosos, até a discussão da educação eram feitos de forma muito eficaz. Assim, o Estandarte tornou-se uma nova bandeira da denominação onde poderiam ser discutidos as necessidades, as falhas e os acertos, as doutrinas, enfim tratar de dar um novo direcionamento para a Igreja. No pensamento e na prática daqueles que o conceberam, O Estandarte era o meio para se atingir um novo programa, que atendessem melhor às necessidades de um novo tempo. Quando se lê os pensamentos produzidos nas páginas deste jornal, verificamos que seus fundadores se empenharam de forma intensa na tentativa de comunicar-se com a sociedade e com a Igreja. Observa-se que não somente Eduardo Carlos Pereira, mas também os outros fundadores, como Bento Ferraz e Joaquim Alves Corrêa, escreveram muitas vezes artigos em série, para defender as suas convicções, em temas relacionados à Igreja, à sociedade e à educação. Corrêa, de forma até poética, através de suas palavras transmite a dedicação do laborioso trabalho desses homens:

O alvo brilhante de seus santos labores era o de servir à Igreja e aos altos ideais da causa evangélica em nossa pátria, sempre pugnando pela verdade e pela execução de obras altaneiras, para expandir a luz do evangelho, para doutrinar a Igreja, para projetar nos leitores o brilho sagrado, iluminando a estrada gloriosa da vida cristã (CORRÊA, s/d, p.61).

Embora Corrêa use uma linguagem que dá a impressão de que o jornal fosse usado somente para atingir os objetivos religiosos enquanto denominação, esse não é o único trabalho realizado pelo jornal. Os seus autores, embora usassem expressões do universo religioso, um tanto sectarista em suas práticas de envolvimento com a sociedade e a educação, mostram que, mesmo usando expressões da sua visão religiosa, eles defendiam a liberdade de pensamento e escolha pessoal por parte de cada cidadão. Buscava também uma harmonia no ensino público, defendendo que o mesmo deveria ser aplicado em todos

os graus, formando um organismo integral. Corrêa expressa esse pensamento da seguinte maneira:

Formando um organismo integral, com entrelaçamento simétrico de todos os órgãos, como quem sobe uma escada, sem pular degraus. Realmente essa concatenação harmônica é necessária, para que o educando, que é o pivô da educação, possa atravessar as várias escalas, naturalmente, fazendo parte de um conjunto educacional, o mais perfeito possível, assim como funciona o nosso organismo (CORRÊA, s/d, p.62).

Aqui se verifica que a atuação desse jornal saía do âmbito religioso e se envolvia com a área educacional. A atuação consistia na tentativa de passar a visão que tinham da educação, como conhecimento poderia ser concebido, de como o aluno deveria ser educado com práticas educativas que consistissem num modelo com etapas e que todos deveriam passar por essas etapas, que funcionaria como um organismo que tem os seus estágios de amadurecimento, para chegar ao seu pleno desenvolvimento. Assim deveria ser o sistema de educação, para que o educando conseguisse o seu aprendizado.

Outro fator interessante a observar em relação à educação é o valor que Eduardo Carlos Pereira dava para a utilização da Bíblia. Em sua visão, a Bíblia deveria ser parte integrante do sistema de ensino de todas as escolas. Corrêa também nos ajuda compreender melhor isso:

Em outros países o estudo da Bíblia integra o currículo escolar. No Brasil não, e por isso até pessoas cultas são ignorantes quanto à Bíblia. Temos visto essa triste realidade em jornais e no próprio magistério. Certo professor de literatura perguntou-nos o que seria a escada de Jacó, expressão que ele leu num livro e não soube explicar aos seus alunos... Mas a bíblia é livro de literatura universal. Lares, escolas e Igrejas não devem ignorar que sobre a bíblia surgiram milhares de livros, e pobre de quem desconhece ou despreza esse filão infinito de ouro puro e divino (CORRÊA, s/d, p.62).

A visão de que a Bíblia deveria fazer parte do currículo das escolas não era somente porque Eduardo Carlos Pereira era um líder religioso, mas porque acreditava no valor universal dos ensinamentos bíblicos, que, segundo ele, não eram somente religiosos, mas também expressavam conhecimento cultural, e que ser ignorante ao seu conteúdo seria

desprezar uma fonte enorme de conhecimento e a possibilidade de enriquecer o ensinamento educacional.

Corrêa destaca também que Eduardo Carlos Pereira, ao escrever os artigos no O Estandarte, apresentava livros de grandes homens, mostrando a importância da pesquisa em suas produções. Dentre esses, ele cita Pascal e Santo Agostinho. Sobre este último mencionamos seu pensamento nas palavras de Corrêa.

Em relação a Santo Agostinho, em tom polêmico e elevado, o jornalista traz à luz o conceito desse famoso homem cristão, sobre o sacramento, nesta frase latina: *Visibile signum, invisibilis gratiae*, dando a entender, que o sacramento, na teologia cristã, é sinal visível de uma graça invisível. Na questão da eucaristia, por exemplo, pão e o vinho são sinais visíveis que representam a graça invisível de Cristo (CORRÊA, s/d, p.63).

Assim se observa que esse órgão de imprensa em muito contribuiu para informar a sociedade de sua época, que seus editores se esmeravam em dedicação, enfrentando oposições e superando suas próprias limitações. Pode-se dizer que o trabalho desses homens não deixou de ser fecundo, pois eles, não somente se comunicaram com o mundo de sua época, mas o fizeram de tal maneira, que o jornal que criaram transpôs as barreiras do seu tempo, pois ele ainda continua sendo um órgão de comunicação de sua denominação religiosa até os dias de hoje

3.6.3 Análise dos artigos no jornal O Estandarte

A fase da pesquisa neste momento consistirá em analisarmos como foi o trabalho realizado por Eduardo Carlos Pereira, em seus artigos escritos no jornal O Estandarte. Para tal delimitaremos o período que vai da fundação do jornal O Estandarte em 1893, até o momento da fundação da Igreja Presbiteriana Independente em 1903. Pelo levantamento que realizamos, chegamos a uma constatação de que foram produzidas 572 edições do jornal O Estandarte durante esse período de dez anos. Verificamos que Eduardo Carlos Pereira publicou em grande parte dessas edições, chegando a produzir 172 artigos para o jornal O Estandarte. Sendo que o período de tempo é extenso e a quantidade de edições é

muito grande, bem como a quantidade de artigos produzidos pelo nosso autor, iremos catalogar os artigos escritos por ele nesses dez anos, selecionando por meio de nominar os temas dos artigos escritos de ano em ano, com os seguintes dados: os temas de seus artigos, o ano, o número da edição, o dia, mês, ano e página.

Após citarmos todos os artigos, faremos a análise da primeira edição de cada ano, onde observamos que geralmente o artigo de abertura de boas novas para um novo ano era escrito por Eduardo Carlos Pereira. Também selecionaremos 20 dos 172 artigos mais significativos referentes ao assunto da pesquisa.

Educação Interna da Igreja: Edição n.1, ano 1, São Paulo, 7 de janeiro de 1893.

Redatores: Eduardo Carlos Pereira, Bento Ferraz, Joaquim Alves Corrêa

Nesta primeira edição³, se verifica o que ocorria na maioria das edições. Eduardo Carlos Pereira, como editor responsável pelo jornal, quase sempre escreveu o artigo de abertura, onde ele apresentava as conquistas do ano que passou e as expectativas para o ano que se iniciava. Mas em outras edições ele iniciava falando de algum assunto específico, ou sobre algum tema que estava em debate. Nessa edição ele se dirigia à sociedade, tratou de assuntos comuns a população como um todo, esperançoso que o novo ano fosse de muitas conquistas, e que o novo jornal, como meio de comunicação, pudesse servir para o bem da pátria, levando-a a um melhor desenvolvimento, que viria à medida que a sociedade voltasse para a prática dos princípios do evangelho. Para que se possa entender melhor, citaremos parte do artigo, que ele escreveu nessa primeira edição:

Deus e pátria se entrelaçam em nossas lutas e nos impellem para a luta. Deus não é para nós a intuição truculenta das consciências apavoradas, imbuídas nos princípios fetichistas de paganismo judaizante baptizado. Não é tão pouco mera entidade lógica, hypothese inverificável, o incognoscível. Nem concepção deísta de um ser transcendente, que, a guiza de certa ficção constitucional, reine e não governe. Não é ainda personalidade pagã, grosseiramente antropomorphica, que nos tenha entregue à pesquisa da verdade, ao tropel dos espíritos. Não. Elle é para nós a realidade viva o supremamente bella do christianismo: O Senhor dos exércitos, na boca dos antigos prophetas, e nosso Pae que estás no céo, nos lábios do filho de Deus (PEREIRA, 1893a, p.1).

³ Vide Anexo A.

Sua fala é sobre expressões de fé que, em sua visão, se entrelaçavam num universo religioso complexo, pois esse era mágico, sincrético, e pagão. Para ele esse cenário religioso em nada contribuía para o desenvolvimento do país.

Educação Interna da Igreja: Edição n.1, ano 2, São Paulo, 6 de janeiro de 1894

Ele chamava a Igreja e a sociedade a unirem-se para receber uma nova pátria, que, em meio às lutas e rumores de guerra, surgia um novo país com a possibilidade de ser mais justo. Ele mostra o desejo de pôr na imprensa os ensinamentos religiosos, para que esses pudessem ser uma ajuda em meio às aflições. Diz que o jornal teria uma conduta liberal, para chamar atenção mesmo daqueles que não eram religiosos. Assim ele expressava:

Collocar-nos-emos em um ponto de vista liberal, a fim de interessar na leitura do nosso periódico aquelles mesmos que são alheios a interesses puramente religiosos. A litteratura amena e instrutiva, a sciencia a a arte, o movimento político, sem tocar em interesse de partidos, o noticiário largo e copioso, terão franca entrada nas colunas de nossa folha. Sem perder de vista nossa missão nem trahir a nossa lealdade de nossas convicções, procuraremos imitar a caridade do grande apostolo do gentilismo, fazendo-nos judeus para com os judeus, e gentios para os gentios, para beneficiar a ambos (PEREIRA, 1894, p.1).

Educação Presbiteriana versus Católica: Edição n.1, ano 4, São Paulo, 4 de janeiro de 1896

Neste momento a Igreja está sendo conclamada a perseverar nas metas estabelecidas de uma Igreja com um plano de missões nacionais, de um seminário e manutenção de seu jornal. Falava também sobre como deveria ser a atuação e programa religioso presbiteriano para aquele ano.

A instrução religiosa, o desenvolvimento da piedade, a educação de nossos filhos, fazem parte também do nosso programa presbyteriano. No seio da nossa sociedade, seremos os portadores das doutrinas salvadoras

do evangelho. O jogo, a immoralidade, os vícios, terão em nossa intransigência franca oposição. Não negligenciaremos este anno os extraviados irmãos catholicos romanos. Com a sympatia que elles de nós merecem e com a caridade do Evangelho, procuraremos franquear-lhes os thesouros da verdade que Roma criminosamente lhes fechou. Abri-lhes-emos, mais amiudadas vezes, a palavra de Deus para convencer das innovações do romanismo, dos erros com que elle tem adulterado o cristianismo. Todos os princípios subversivos no terreno scientifico, moral e religioso, continuarão a ter em nossa folha um adversário leal e intransigente (PEREIRA, 1896a, p.1).

A Educação religiosa dos filhos é apontada como importante, pois a Igreja evangélica seria a portadora da mensagem do evangelho para a sociedade, visto que o catolicismo romano tinha se desviado dos ensinamentos do evangelho.

Divergência Interna: Edição n.1, ano 5, São Paulo, 2 de janeiro de 1897

Desta vez ele fala somente com a Igreja, seu artigo tinha como título “Avançar”. Ele desafiava a Igreja a não olhar para o passado e para as dificuldades, dizendo que a luta urgia um estado de total alerta por parte dos fiéis, pois o ano que se iniciava mostrava-se com grandes desafios a serem enfrentados pela Igreja, para que essa pudesse triunfar sobre os seus opositores. Neste texto assim ele escreve:

A postos, irmãos! O som da trombeta providencial é esse ano mais agudo e penetrante, do que nos annos anteriores, Elle anuncia, por certo, combate de ainda maiores, lutas mais renhidas, do que aquellas que assinalaram que acaba de passar para o domínio da eternidade, levando os nossos feitos para o grande e eterno Juiz. Sejam os fiéis a nossa bandeira e leais a nossa Igreja. Juremos defender a arca do Senhor, os santos interesses do Evangelho confiados a nossa guarda presbiteriana. Saibamos corresponder a confiança divina neste anno de sua graça (PEREIRA, 1897a, p.1).

Diante das divergências interna que se intensificavam na vida da Igreja Presbiteriana, o apelo era para que os adeptos se mantivessem firmes em sustentar financeiramente as suas obras e na guarda dos princípios doutrinários da Igreja Presbiteriana.

Divergência Interna: Edição n.1, ano 6, São Paulo, 1 de janeiro de 1898

No artigo apresentado nesta Edição, Eduardo Carlos Pereira mostra-se muito preocupado com o clima de intransigência entre os missionários estrangeiros e pastores brasileiros. Em sua leitura do panorama eclesiástico, a separação entre a Igreja nacional e as missões estrangeiras estava em sua iminência, com a possibilidade que viesse ocorrer naquele ano de 1898. Assim eram as suas palavras:

É bem possível que os nossos desafectos consigam, este anno de 1898, consummar o divorcio intentado entre a Igreja Nacional e as juntas missionárias. Pelos menos o presidente do Mackenzie, com suma habilidade, trabalha nesse sentido nos artigos que tem publicado contra nós. É possível que ele consiga convencer os Paes, já abatidos, dos pontos proeminentes de seus artigos: que somos muitos ricos e não necessitamos de auxilio, que somos jacobinos, inimigos de missionários estrangeiros e não merecemos auxilio (PEREIRA, 1898a, p.1).

O desfecho da separação da Igreja Presbiteriana do Brasil com as missões norte-americanas preconizado por Eduardo Carlos Pereira não se deu naquele ano, mas essa colocação nos mostra o quanto ele estava envolvido com a sua Igreja, pois podia fazer prognóstico sobre aquilo que poderia acontecer no presbiterianismo.

Educação Religiosa: Edição n.1, ano 7, São Paulo, 7 de janeiro de 1899

Nesse ano Eduardo Carlos Pereira começou desafiando a Igreja, para que não esmorecesse em relação aos compromissos assumidos pela Igreja no ano de 1894. Compromissos estes referentes à sustentação do programa de missões nacionais e o término do edifício de educação religiosa. Observa-se que a sua fala expressa uma preocupação com os recursos financeiros, que não estavam sendo suficiente; por esse fato ele estimula os fiéis ao amor à Igreja e às suas causas, mostrando a importância da fidelidade para a manutenção do trabalho. Nesse artigo também ele chama atenção sobre a importância do jornal O Estandarte como instrumento de comunicação com os fiéis, o qual poderia ser ainda mais eficiente, na medida em que esse tivesse mais investimentos, e que,

para isso, precisaria de mais recursos. Citamos aqui uma parte de como ele se reportava à igreja naquela ocasião:

Irmãos, lutemos este anno de 99 pela nossa querida Igreja unida e respeitada. Ninguém se retraia dos interesses geraes presbyterianos, não recuse nenhuma Igreja o apoio efficaz e abnegado ás empresas do synodo. Levantemos este anno o fundo das Missões Nacionaes e sustemos o Seminário. É preciso concluir a parte do edificio já começado, cujas obras vão parar se não entrar o restante dos recursos. O Estandarte exige também vosso apoio e dedicada sympathia. Auxiliados este anno pelos serviços de dedicados irmãos, temos esperança de melhor servirmos os interesses de nossa grande causa. Continuaremos, pois na brecha, a lutar pela propaganda e consolidação de nossa Igreja na terra que nos foi berço (PEREIRA, 1899a, p.1).

O Estandarte, em momentos que se precisava comunicar com a Igreja, era um instrumento de muita eficácia, pois oferecia a Eduardo Carlos Pereira a possibilidade de convencer os membros de sua igreja a se manterem fiéis nos objetivos estabelecidos.

Divergência Educacional: Edição n.1, ano 8, São Paulo, 4 de janeiro de 1900

Nesta Edição o destaque do seu artigo é o diálogo com o representante da junta de missões de Nova York, que chamava Dr. Ellen Wood:

O venerado Dr. Ellen Wood secretario da missão de Nova York, declara-se convertido a esta conclusão, e, com rara franqueza, põe o dedo em nossa ferida, a Igreja nativa terá aspirações muito além de suas finanças e inevitavelmente produzirá um rompimento entre o poder do dinheiro (Money Power) que deve setar nas mãos dos missionários, e o poder eclesiástico, que, conforme as regras de todas as denominações, é inteiramente livre de qualquer consideração para com o poder do dinheiro dos que deliberam e votam. Deixando de parte as apreciações particulares dos illustres secretários, apenas queremos salientar que ambos atribuem as nossas dificuldades ao regimen missionário da união dupla, regimen em que nossos prezados irmãos missionários tem de obedecer a dois senhores – missões de Nova York e á Igreja nativa. Esta é de facto, a causa geral e permanente de nossos desagradáveis conflictos. Quaesquer que tenham sido os pontos particulares dos nossos conflictos eclesiásticos, tem havido sempre a nota geral de nossa liberdade, de nossa iniciativa de nossas aspirações esbarrando com os largos planos educativos dos grandes colégios missionários de propaganda, ou para

usar da phrase consisa, frisante e bem intencionada do Dr. Ellen Wood, os nossos conflitos particulares se resolvem todos no conflicto entre o poder eclesiástico e o poder do dinheiro (PEREIRA, 1900a, p.1).

Constata-se que havia concordância entre Eduardo Carlos Pereira e o Dr. Ellen Wood, em qual seria a razão dos conflitos entre os missionários estrangeiros e a Igreja nativa, seria o poder eclesiástico e o poder do dinheiro, sendo que esse último seria representado pela política dos grandes colégios, que tinham em sua prática uma filosofia que se adequava ao mercado da época. Segundo Eduardo Carlos Pereira, eles negavam os objetivos e princípios presbiterianos.

Educação Religiosa: Edição n.1, ano 9, São Paulo, 2 de janeiro de 1901

Em mais de uma de suas falas, de forma introdutória a um novo ano, Eduardo Carlos Pereira faz uma leitura das dificuldades que a igreja e a sociedade haviam passado no ano que terminara, e concebe que o novo ano e o novo século seriam de maiores desafios. Ele falava à sociedade sobre a realidade do limiar de um novo século, numa agitação vigorosa de uma crise universal. Observamos nele uma linguagem típica do momento de transição de séculos e de milênios, onde, por vez, aparece uma visão de fim de mundo e que existiria uma conspiração global, uma mentalidade apocalíptica. Assim, ele faz uma leitura do que estava acontecendo no mundo e no Brasil, ou seja, o que ocorria no mundo também era realidade no Brasil. Assim são as palavras de Eduardo Carlos Pereira nesse artigo:

Nos arreboes do novo século um avermelhado triste presagia ainda horendas tempestades. Estamos parece no principio das dores, por toda parte, na esphera civil como no domínio religioso, opera-se activa e negra reacção. O imperilismo saxônico tinge criminosamente de sangue o umbraes de dous séculos e apaga, com profunda tristeza para o protestantismo evangélico, as gloriosas tradições christãs gravadas na historia por essa raça forte e predestinada. O socialismo fortalecido pelas lagrimas e gemidos dos proletários agitam sobre as velhas nações a espada flamejante de uma nova ordem social. No vasto campo religioso, ergue-se no oriente o sanguinário mahometismo, enquanto no Occidente resurge o romanismo em seu nefasto poder, astucia e influencia (PEREIRA, 1901a, p.1).

Ainda nesse artigo, após fazer uma leitura dos acontecimentos, ele menciona que socialismo e o catolicismo também têm influenciado a sociedade brasileira. Ele desafia a Igreja e a pátria a defenderem a liberdade de religião e a manutenção do regime republicano.

Educação Presbiteriana versus Educação Jesuítica: Edição n.1, ano 10, São Paulo, 2 de janeiro de 1902

Nesta edição há vários dados, como o seu posicionamento como republicano, ao criticar a educação jesuítica e ao se referir à sociedade como muito materialista, ou seja, o material está exaltado acima do espiritual. Mostra uma preocupação muito grande com o futuro da república, principalmente pela falta de caráter cívico por parte da população. Assim, ele desafia a Igreja evangélica para assumir uma posição de guardar os princípios morais, que, em sua opinião, eram importantes para que a ordem, o bem estar da sociedade e o regime republicano fossem salvaguardados. Ele assim, diz:

Nossos corações se cobrem de luto ante o esmorecimento geral do caráter cívico em nossa pátria, e, republicanos sinceros, olhamos com tristes apreensões o futuro de nossa republica. Importa que, neste desbarato moral, onde pequeninas ambições corvejam sobre o descrédito da pátria, a consciência do dever encontre pleno refúgio no seio de nossas Igrejas evangélicas. Depositários dos gloriosos destinos de nossa terra, importa compenetrarmo-nos de nossa elevada missão (PEREIRA, 1902b, p.1).

Num segundo momento ele se dirige diretamente à Igreja católica romana como sendo um mal para a sociedade brasileira e que o ensinamento jesuítico era prejudicial à pátria, colocando-o ao mesmo nível de erros morais praticados por aquela sociedade. Ele tentava unir as igrejas evangélicas, estimulando essas a realizarem programações de vigília para fazerem orações de intercessão pela pátria:

E não só a Igreja evangélica no Brasil, sinão também o nosso próprio Brasil, solicitam com urgência nossa intercessão perante o throno da graça. A Idea de nosso prezado Laureste agita hoje de marcar a igreja vangelica no Brasil um dia especial de oração, neste principio de anno, por si e pela pátria, não pode deixar de recomendar-se a todo espírito crente.

O jesuitismo, a prostituição, o alcoolismo, o jogo, a fraude, o desrespeito á lei, as perseguições, a impiedade, o mundanismo, o desprezo pelo dia do Senhor, bem como o culto publico e pelo domestico, o frouxo descuido na educação christã de nossos filhos são males que ameaçam gravemente a sociedade civil, bem como a religiosa (PEREIRA, 1902c, p. 1).

Eduardo Carlos Pereira mostrava-se, assim, opositor ao catolicismo, pois ele mencionou os jesuítas como um mal que poderia trazer ameaças à sociedade, com a mesma intensidade como a prostituição, o alcoolismo, a fraude e o desrespeito às leis.

Divisão Interna do Presbiterianismo: Edição n.1, ano 11, São Paulo, 1 de janeiro de 1903

Este foi o ano em que ocorreu o primeiro cisma no presbiterianismo no Brasil. As palavras de saudação de Eduardo Carlos Pereira em relação a um novo ano não foram tão diferentes do que costumava fazer. Mas o que chama atenção é o fato de que ele, embora nos transmita que o ambiente eclesiástico estava muito acirrado pela polêmica entre os missionários e os pastores nacionais, ele acredita que a reunião do sínodo, que aconteceria naquele ano, iria resolver os problemas, e o presbiterianismo voltaria a viver em harmonia. Hoje sabemos que não foi isso o que ocorreu, mas, nesse sínodo, a plataforma que foi constituída por Eduardo Carlos Pereira foi rejeitada e a separação acabou sendo inevitável, embora, em suas palavras, esse não fosse o desfecho que ele desejava: a separação da Igreja. Nesse início de ano eram as suas palavras:

O astro glorioso do presbyterianismo nacional empallidece infelizmente no céu azul de nossa pátria. Uma casa dividida contra si mesma não pode subsistir. Porém Deus é fiel, e poderoso o seu braço para reerguer os muros derrocados de nossa amada Jerusalém. Após a humilhação, Elle nos dará nova vida. No Synodo próximo Elle nos dará a sabedoria e fortaleza para acabar de vez com a divisão em nosso seio, não pela transigência tímida, não pela renuncia de nossos princípios, mas pela sustentação firme e entusiasmada da plataforma iluminada pelo clarão matutino de 1903, apparece no céu a cruz, encimada pela Coroa Real do Salvador (PEREIRA, 1903a, p.1).

A atitude de Eduardo Carlos Pereira, no início do ano em que ocorreria o cisma, mostra a esperança de que os conflitos internos do presbiterianismo seriam resolvidos no sínodo daquele ano. Ele termina o seu artigo estimulando a Igreja para cantar um hino, “Um Pendão Real”. Citaremos aqui a estrofe e estribilho que estava no final seu artigo:

Um pendão vos entregou o Rei, A vós soldados seus; corajosos, pois, em tudo defendei, marchando para os céos. Com valor! Sem temor! Por Christo prontos a sofrer, bem alto erguei o seu pendão, firmes sempre até morrer (PEREIRA, 1903a, p.1).

Este hino, após o cisma de 31 de julho de 1903, passou a ser o hino oficial, do novo ramo do presbiterianismo brasileiro, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

3.6.4 Análise dos 20 artigos mais significativos sobre a Educação

Imprensa Educativa: A Pátria e a Mocidade (Ano 1 – n.42 – 21/10/1893 – p.1)

O artigo *A pátria e a mocidade* dá a entender que nele ficou configurado como Eduardo Carlos Pereira fazia uso da imprensa para educar a sociedade em seu tempo. O assunto abordado pelo nosso autor é sobre o amor à pátria. Ele procurava demonstrar o valor do patriotismo, enaltecendo esse sentimento como sendo essencial para que o cidadão transcendesse de um amor individual para um amor comum, ou seja, é no patriotismo que o cidadão deixa o egoísmo e luta por uma causa comum, uma causa coletiva.

O patriotismo é, pois, um conjunto de sentimentos, de heranças, de afinidades, que nos fazem entrever além da vida individual, além da vida da família, uma vida *commum*, grande e larga na qual tomamos parte. A Pátria está no sangue, no *rythimo* particular de nosso *systema nervoso* no nosso pensamento, na nossa língua e até nas inflexões de nossa voz. Está impressa nos nossos lábios. A pátria é ainda todos os que dormem nos túmulos: os Paes de nossos Paes, é a tocha da vida, passada de mão em mão e que por nosso turno empunhamos; é tudo o que se tem sofrido, pensado, luctado, rogado; é todo o patrimônio de provas ou de glórias, de virtudes ou defeitos, de forças vivas ou de feridas por curar. A Pátria são os avós, mas também é a criança. Certamente a pátria é mais do que o

indivíduo, é mais que a família. É uma das jornadas nesta vida misteriosa, que vae da pessoa a uma existência mais cheia, mais elevada e que pede, justifica impõe todos os sacrifícios, mesmo o da vida particular (PEREIRA, 1893b, p.1).

O artigo procura conscientizar a sociedade da importância do patriotismo, sentimento que levaria o indivíduo a ter a visão do outro, de pertença a um corpo social. Observamos também que, para ele, esse sentimento era revelado para o indivíduo no período da juventude, é quando o jovem tem a revelação da importância do seu povo, portanto deveria haver um investimento no ensino desse sentimento, para que os jovens pudessem amar profundamente o seu país, convergindo para os costumes cívicos, levando toda a vida nacional ao ideal democrático. Em relação à democracia ele coloca como exemplo a França. Assim ele diz:

Dignas são por certo, de figurar aqui as palavras da liberdade, devidas á Penna scintillante de um patriota francez, palavras que nos falam vivamente ao espírito e como que nos vêm ferir vivamente a corda sensível do patriotismo, dizendo-nos: sabeis ser cosmopolitas, humanos, sendo patriotas, trabalhando pela paz, pela instrução, pelo respeito á lei, pela pátria, em fim (PEREIRA, 1893b, p.1).

O interesse que ele tinha era em enaltecer o sentimento do patriotismo, e a França era seu referencial de uma sociedade democrática, onde se buscava a liberdade, a justiça e a verdade, práticas que, para ele, eram essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade.

Educação Interna da Igreja: A Igreja Presbyteriana no Brazil (Ano 3 – n.21 – 25/05/1895 – p.1)

Ele escreveu sobre esse assunto em três edições, e também porque o assunto diz respeito a um momento de crise interna da Igreja Presbiteriana, devido, segundo ele, a uma prática de apostasia. Assim ele escreve para estimular a Igreja a perseverar na fé e na manutenção dos ministérios da Igreja através do seminário, missões nacionais e o jornal O Estandarte:

Seminário, missões nacionaes e O Estandarte são, como já tem sido dicto, os pontos culminantes do actual trabalho da Igreja Presbyteriana no Brasil. Estas três obras evangélicas temos de sustentá-las, custe o que custar, ainda que tenhamos de resistir até derramar sangue. Si até hoje nós as temos mantido, mesmo quando para o seminário, nos faltava o favor official, muito mais agora que temos do nosso lado, em todos esses ramos de nosso trabalho, o apoio moral da suprema auctoridade da Igreja Presbyteriana do Brasil. Aqueles, pois, que ainda não foram atirados á valla commum de um completo desanimo, aos escolhidos que permanecem fieis, apontaremos, nesta crise tremenda de nossa Igreja, para as palavras que brilham no lábaro de nossas victorias – Missões Nacionaes, Seminário, e O Estandarte (PEREIRA, 1895a, p.1).

O texto de Eduardo Carlos Pereira revela o quanto ele tinha em apreço a manutenção das formas de atuação da Igreja por meio do seminário, missões e o jornal, ele conclama a Igreja a fazer todo o sacrifício para manter esses instrumentos de trabalho da denominação na sociedade brasileira. Ele busca estimular a Igreja com palavras de esperança, chama atenção para que perseverem, e que não sigam o exemplo daqueles que, devido às dificuldades, tinham apostatado da fé, e lembra que aqueles que perseverarem terão a sua recompensa.

Em seus escritos no jornal fica evidente como fazia o uso da imprensa escrita, para ensinar sua igreja e estimulá-la à continuação do trabalho presbiteriano na evangelização do Brasil.

Educação na Escola pública: Gynasio de São Paulo (Ano 3 – n.25 – 22/06/1895 – p.1)

Neste artigo ele faz uso do jornal para mostrar os benefícios que o ginásio de São Paulo como escola pública e pelo seu sistema de ensino traria para o país. Assim dizia em relação ao ginásio:

Este importante estabelecimento de instrucção secundaria creado ultimamente pelo patriótico governo de São Paulo, em virtude lei votada pelo congresso, está destinado a prestar relevantes serviços à nova geração em uma solida educação physica e intellectual, sem prejuízo da estricta educação moral e religiosa, que pertence em rigor, às famílias e respectivas egrejas. Organizado ultimamente sobre o typo geral dos gynasios allemães e lyceus francezes dirigido o ensino por hábeis lentes que provaram em apertado concurso sua competência, vae elle entrando na estrada fecunda de uma instrucção integral e solida (PEREIRA, 1895b, p.1).

Aqui ele deixa transparecer como ele estava motivado e esperançoso em relação à educação oferecida pelo governo do estado, por meio do sistema dos ginásios escolares, que, segundo ele, poderiam oferecer uma sólida educação formação dos filhos.

Ele ressaltava que o ginásio seria providencial para a educação dos filhos dos membros Igreja, pois, segundo ele, estes poderiam realizar os seus estudos sem o prejuízo de terem ameaçado os seus princípios religiosos. As suas palavras eram estas:

Dez filhos de nova Igreja Presbyteriana já fazem parte do corpo de alumnos do gymnasio. Ella está contribuindo com mais de dez por cento. Isto significa que o gymnasio virá, na providência divina, ajudar-nos a solver um dos nossos mais temerosos problemas, a educação secundaria de nossos filhos. Com effeito, este problema era para nós de difficilissima solução, não só porque implicava em grandes sacrificios pecuniários, porém também porque mais difficil ainda era encontrar na grande agglomeração mixta dos internatos um meio que não fosse destruidor da crença de nossos filhos (PEREIRA, 1895b, p.1).

Assim, ele estimulava as famílias da Igreja em relação à educação que o ginásio poderia oferecer para seus filhos. Nota-se que a Igreja Presbiteriana tinha dez alunos que já frequentavam o ginásio, evidenciando a participação presbiteriana no universo educacional daquela sociedade. A ênfase que ele dá à possibilidade que o ginásio oferecia aos filhos daqueles que eram membros da Igreja de não terem os seus princípios religiosos prejudicados, apontava para a possibilidade dos mesmos encontrarem estadas nos pensionatos de famílias cristãs, e desta forma não correriam os riscos oferecidos pelos internatos mistos, que tinham grandes aglomerações. Essa era uma características de Eduardo Carlos Pereira, que, além de preocupar-se com a educação secular dos seus, também exercia sempre o seu lado pastoral, defendendo sempre um posicionamento em manter os princípios da moral dos cristãos.

Ainda nesse artigo ele fala de Educação física e intelectual. Pode-se aqui se entender, na sua visão educacional, as influências de Herbert Spencer, que pensava a sociedade como um organismo uma relação permanente entre o biológico e o sociológico (LUCAS, 2007). Para Spencer a sociedade não precisa de revolução para sua evolução, pois ela evoluiria de forma contínua como um organismo individual. Nessa visão pode-se constatar que Eduardo Carlos Pereira mostra-se apoiando a ideia de continua evolução social sem passar por uma revolução.

Para melhor compreender esse artigo, é interessante fazer uso das palavras de Maria Angélica Olivo:

Devido à criação dos Sistemas Nacionais de Ensino, o século XIX ficou conhecido como século da educação. A grande novidade naquela época fora a criação da escola primária de ensino gratuito, obrigatório e laico, com a qual pretendia-se formar o cidadão. A democratização desse nível de ensino trouxe, como consequências para o ensino médio, o crescimento da demanda e a diversificação da clientela, exigindo sua reformulação. A grande discussão travada para substituir o ensino religioso pelo ensino de moral e cívica na escola primária toma forma de debate entre utilitaristas e humanistas na forma do ensino médio, tendências já existentes no interior dessas escolas (LUCAS, 2007, p.19).

Assim, Eduardo Carlos Pereira, na área do ensino público, se posicionava como utilitarista, para que não houvesse o ensino religioso por parte da Igreja Católica, pois a educação moral e religiosa cabia à Igreja e às famílias.

Educação Religiosa: Escola Parochial (Ano 3 – n.45 – 09/11/1895 – p.1)

No artigo em questão Eduardo Carlos Pereira escreve visando estimular o sistema de escola paroquial, que seriam aquelas escolas construídas junto aos templos, para oferecer educação prioritariamente aos filhos dos membros das Igrejas. Essas escolas tinham como objetivo proteger os filhos dos protestantes da influência da religião católica romana e de outros tipos de ideologias que poderiam comprometer as suas crenças.

A preocupação por parte de Eduardo Carlos Pereira em relação à influência dos ensinamentos católicos sobre os filhos dos protestantes não se restringia às escolas confessionais católicas, mas também às escolas públicas. Embora ele admitisse que escola pública tivesse uma neutralidade em relação aos ensinamentos religiosos, ele aponta o perigo de o professor ser romanista, positivista ou ateu, e esse como mestre poderia influenciar as crianças com ensinamentos contrários à fé protestante.

Escola parochial é a escola instituída pelas igrejas particulares para serviço da própria comunidade, é aquela que se ergue ao lado do templo para instrução primária dos filhos menores da igreja. Não podemos, sem

grave perigo, entregar nossos filhos, em seus verdes annos, à influencia diária de professores incrédulos ou romanistas. Nesta idade proeminentemente plástica, o espírito tenro se deixa subjugar facilmente do meio em que vive. Assim sendo, é comprometter seriamente o futuro religioso de nossos filhos, e segundo cremos seu eterno destino, o permitir que as influencias diárias das escholae primarias venham contrastar, enfraquecer, annular, a educação religiosa da família e da egreja. Embora haja neutralidade religiosa nas escholae publicas, resta saber se o professor é realmente neutro em religião. Si elle for romanista, positivista ou atheu, poderá elle impedir que a vida nociva de suas idéias transpareça em suas relações com seus discípulos? (PEREIRA, 1895c, p.1).

É importante considerar que a educação religiosa a que Eduardo Carlos Pereira se referia, num primeiro momento não fazia oposição à educação oferecida pelos Sistemas Nacionais de Ensino, e sim ao ensino religioso confessional da Igreja Católica.

Mas, num segundo momento, embora seja compreensiva a preocupação que Eduardo Carlos Pereira evidenciava no artigo em questão, dentro de uma visão do universo religioso, em se tratando de educação ele aqui deixa transparecer uma visão sectária de educação, pois, no momento em questão, a sua maior preocupação é o seu credo religioso, e não necessariamente a educação das pessoas, e principalmente daqueles que não tinham acesso a nenhum dos meios de educação de sua época.

Esse posicionamento de escola religiosa confessional particular denota uma relação com o pensamento Spenseriano, não no aspecto religioso, mas a não participação do Estado, pois Spencer defendia a não intervenção do Estado na educação do povo, ou seja, o indivíduo deveria se tornar apto para vencer a concorrência na sociedade sem a ajuda do Estado. Essa deveria ocorrer por meios particulares. Essa privatização não era uma educação que atenderia as necessidades da sociedade naquele momento, ela estava na contramão da história, que, por meio da escola primária de ensino gratuito, obrigatório e laico com o qual pretendia formar o cidadão (LUCAS, 2007), esboçava o ideal de uma educação para todos.

Educação Interna da Igreja: O Seminário (Ano 4 – n.10 – 07/03/1896 – p.1)

O artigo em análise tem, por parte do nosso autor, o objetivo de fortalecer a visão de que a Igreja Presbiteriana brasileira precisava fazer mais investimentos no seminário,

para que, por meio dessa instituição, fossem formados pastores e missionários, que serviriam nas Igrejas, que, segundo ele, passavam por sérias dificuldades por falta de liderança. Ele cita no artigo a pessoa do Reverendo Antônio Trajano, que era um personagem conhecido da Igreja e de bastante experiência, e que, segundo Eduardo Carlos Pereira, apoiava a ideia de maiores investimentos no seminário, pois acreditava que o seminário era a única forma de prover as necessidades da Igreja Presbiteriana no Brasil. Ele assim, dizia:

Com effeito, o seminário, como sensatamente observa o rev. Trajano, é a instituição mais útil, mais necessária e mais urgente de que precisa a nossa igreja actualmente, o esquecimento ou abandono deste estabelecimento de educação para o ministério pode acarretar sobre nós os mais desagradáveis tropeços á causa de nosso Senhor Jesus Christo. Só o seminário pode oferecer, com mais urgência o pessoal idôneo para evangelizar esses campos que perecem por falta de trabalhadores. Só o seminário é que pode preparar ministros do evangelho aptos para assistirem a essas egrejas desprovidas, que reclamam constantemente quem lhes anuncie devidamente o pão da vida e lhes ministrem os sacramentos (PEREIRA, 1896b, p.1).

Eduardo Carlos Pereira fazia uso do jornal para falar com a Igreja em relação a assuntos que necessitavam ser tratados pela Igreja como um todo, e, pelo que observamos, o jornal era um instrumento muito eficaz, pois a igreja reagiu de forma positiva, provendo os recursos para a manutenção e investimentos que necessitavam o seminário.

O artigo também revela a estratégia usada pelo presbiterianismo na evangelização. A expectativa era que a Igreja iria desenvolver-se por meio do trabalho realizado pelos pastores e missionários e não por leigos. Com esta concepção fazia-se então necessário um maior desenvolvimento do seminário, para formar os trabalhadores que fariam com que a Igreja crescesse. Essa visão do presbiterianismo de que o trabalho evangelístico deveria ser realizado por pessoas com formação teológica acabou se disseminando de tal forma, que passou a fazer parte do universo religioso do presbiterianismo até os dias atuais. Talvez essa seja uma das possibilidades pelas quais o presbiterianismo não tenha crescido numericamente, como outras denominações religiosas, que se valeram do trabalho leigo com maior intensidade.

**Polêmica entre Presbiterianismo e catolicismo: O Protestantismo é uma Nulidade
(Ano 4 – n.11 – 14/03/1896 – p.1)**

Este artigo foi selecionado devido à sua temática, que foi debatida na produção de dez artigos, entre Eduardo Carlos Pereira e um padre que assina pelas iniciais N.C, e que é chamado pelo nosso autor em estudo de estrela polar.

O título do artigo recebe essa designação devido à afirmação do padre em questão ter colocado em seus argumentos que o protestantismo era nulo; que, embora fosse uma religião de três séculos, eram três séculos de maldições e divisões. Ele assim expressava neste artigo:

Esta desanimadora opinião affirmada na proposição epigraphica, é, sobretudo, agravada no seguinte tópico com que o ardente campeão do romanismo finaliza seu artigo: o protestantismo, estigmatizado por três séculos de maldições e divisões, é sob todos os pontos de vista, uma completa nulidade (PEREIRA, 1896c, p.1).

Diante da polêmica, o artigo é uma resposta de Eduardo Carlos Pereira ao padre e a toda sociedade, na busca de apresentar argumentos que comprovem que a afirmação do padre era equivocada e não tinha consistência. Citaremos agora parte do artigo que traduz a tentativa de argumentação de Eduardo Carlos Pereira em defesa do protestantismo.

Será nulidade uma religião que preside aos destinos das nações mais civilizadas da terra? Si sob este ponto de vista do progresso, da civilização, do bem estar dos povos, o protestantismo é uma nulidade; perguntamos nós que qualificativo reserva para o catolicismo romano? Si o protestantismo occupa o grau zero na escala da prosperidade das nações, qual é o grau que reserva para o romanismo? Appelamos para o senso comum do illustre adversário. Confesse ao menos, que, sob este ponto de vista, o protestantismo tem marcado para os povos um caminho positivo de bençã e de luz (PEREIRA, 1896c, p.1).

Na tentativa de fazer a defesa do protestantismo, Eduardo Carlos Pereira usa do argumento do progresso da civilização e do bem estar dos povos, e faz a comparação entre os povos onde o protestantismo é religião majoritária, e os povos onde o romanismo é majoritário. Segundo o que podemos observar na sua tese, ela tinha como base de argumentação que os países de predominância protestante tinham um progresso melhor

que os países de religião católica. Que esse progresso devia-se estritamente pela prática da religião protestante, que em nada se configurava com relação às raças dos povos, mas que o progresso dos povos germânicos, em contraste com a decadência dos povos latinos, era resultado da influência civilizatória do protestantismo. Observa-se que a visão de Eduardo Carlos Pereira estava baseada nas teses de Laveleye (1950), que era um católico belga liberal.

Educação Interna da Igreja: Ao Seminário (Ano 4 – n.35 – 29/08/1896 – p.1)

Ainda no mesmo ano volta à discussão sobre o apóio ao seminário. Nosso autor sai novamente em defesa do seminário vinculando-o ao progresso da Igreja Presbiteriana no Brasil.

O grupo que administrava o colégio protestante Mackenzie, sob a liderança do dr. Horace Lane, fazia oposição ao seminário, pois o via como um concorrente em relação à educação dos filhos da Igreja. Como Lane tinha muita influência na junta de missões em Nova York, usava dessa influência para fazer com que a missão não apoiasse a continuidade do seminário no Brasil, principalmente sob a liderança do sínodo. Diante dessa situação Eduardo Carlos Pereira escreve o presente artigo, visando contrapor a argumentação dos contrários ao seminário:

Na verdade é tão aparente, tão palpável, a urgente necessidade de um seminário, ainda mais: é tão aparente, tão palpável, a urgente necessidade de sustentarmos o seminário nas bases actuaes em que o synodo julgou prudente estabelece-lo, que negar-lhe apoio é negar apoio à Igreja de Deus, no grêmio presbyteriano. O movimento , pois, da subscrição em favor do seminário, sendo a expressão de uma urgente necessidade da Egreja, torna-se, principalmente no terreno em que o collocaram, uma pedra de toque dos corações amigos, um raio de vivíssima luz para clarear as intrincadas complicações da actualidade, o Fiat luz da situação (PEREIRA, 1986d, p.1).

Eduardo Carlos Pereira não faz a argumentação somente na tentativa de convencer a missão em Nova York, mas ele fala também à Igreja Presbiteriana do Brasil, para o compromisso de sustentarem o seminário. Nessa argumentação podemos constatar o espírito de Eduardo Carlos Pereira, que exorta a Igreja Presbiteriana brasileira a assumir o

compromisso de buscar sua autonomia financeira para que a mesma tivesse autonomia eclesiástica. A sua contrariedade devia-se ao fato de que não estavam querendo obedecer às resoluções tomadas pelo sínodo em relação ao seminário, que reconheciam a necessidade de um seminário para educar os filhos da Igreja.

**Polêmica entre Presbiterianismo e Catolicismo: Victimias do Sacerdócio Catholico
(Ano 5 – n.19 – 08/05/1897 – p.1)**

Novamente Eduardo Carlos Pereira faz o uso da imprensa para polemizar com a Igreja Católica Romana. O artigo examinado traduz qual era a sua opinião em relação à doutrina do celibato, doutrina da Igreja católica que não permite que os padres se casem e constituam família. Segundo ele, os padres eram vítimas de um sistema, que os oprimia e que lhes impunha uma prática que, em vez de lhes ajudarem na missão pastoral, colocava sobre seus ombros um fardo muito difícil de carregar.

Para ele a Igreja católica, querendo criar virtudes imaginárias para tornar o sacerdócio mais puro, fez justamente o contrário; o celibato, em vez de trazer pureza, passou a ser veículo de corrupção e imoralidade; que o vaticano, querendo elevar os padres superiores aos anjos, os tornou inferiores aos demônios:

Sem família e sem pátria, sem essa atmosfera moral indispensável á educação do character, o padre é constituído, pelos fortes interesses temporaes na luta augustosa pela vida, janisara de um poder theocratico, absoluto, que esmaga toda a independência da alma crente, toda a vitalidade da consciência christã. E a tenacidade e implacabilidade da guarda negra desse poder oppressor mede-se pela contancia e tyrania das necessidades temporaes. Creando virtudes imaginarias os padres crearam vícios e crimes reaes: é assim que o celibato em vez de constituir-se a pureza, é ao mesmo tempo o vehiculo da corrupção, o escândalo do mundo e o suicídio do gênero humano. E o padre querido pelo celibato elevar-se superior aos anjos, cahiu inferior aos demônios (PEREIRA, 1897b, p.1).

No embate com Igreja católica, Eduardo Carlos Pereira não se omitia em revelar as suas discordâncias com a mesma, chegando, como no caso deste assunto do celibato, a

dizer que a igreja católica estava fazendo mal à pátria com esse tipo de prática religiosa. Ele assim dizia:

Escravo de um regimen ferrenho, trazendo na batina, que veste, o lucto de sua pobre alma, de sua consciência e morta, difficilmente se encontra entre elles um Spartaco com a sufficiente energia para sacudir de si os grilhões abobinaveis de uma instituição tão contraria á natureza, como á revelação. A immoralidade do celibato clerical em si e em seus hediondos effeitos fez exclamar A. Martin: Acautela-te Roma, que a invenção da imprensa deu olhos a Europa, e todos esses olhos estão abertos para as accões de teus levitas: não podes reinar sinão pelo celibato, e o celibato ameaça-te de morte pelas suas impurezas e escândalos (PEREIRA, 1897b, p.1).

Diante do que ele nos traduz por meio deste artigo, verificamos que o seu trabalho tinha por objetivo criticar o sistema religioso da Igreja católica fundamentado na hierarquia de poder do Papa sobre os demais clérigos; que, para ele, tirava toda a liberdade espiritual dos sacerdotes, transformando os heróis de hoje nos vilões de amanhã.

Divergência Interna no Presbiterianismo: A agressão do Dr. Lane (Ano 6 – n.45 – 06/11/1897 – p.2)

A agressão a que se refere Eduardo Carlos Pereira nesse artigo é sobre uma reportagem cedida pelo Dr. Lane, ao jornal chamado Independente sediado em Nova York, dando declarações contrárias às decisões tomadas pelo sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil. Decisões essas que eram contrárias ao tipo de educação cristã que vinha sendo praticada pelos grandes colégios no Brasil. Dr. Lane, como diretor do colégio Mackenzie, tinha uma visão diferente da dos integrantes do sínodo; a sua visão era liberal, enquanto a do sínodo era sectária. Ele assim dizia:

Provocou a aggressão, como vimos, a publicação no mesmo jornal, da resolução do synodo sobre a moção smith, que reprova os grandes colégios como meio de evangelização, visto terem elles sido no Brazil não somente uma causa de amargura, mas ainda um quase completo malogro. Ninguém certamente o presidente do Mackenzie o direito de aparar os golpes da moção Smith, o que, porém, nenhuma pessoa sensata lhe reconhecerá é o direito de fazei-o do modo insultuoso por que o fez.

Si o systema de propaganda por meio de grandes estabelecimentos de educação é no Brazil defensável, demonstre-o, si tanto puder, o presidente do collegio Mackenzie, aos contribuintes dos fundos americanos, mas não se limite a contestações dogmáticas, e nem cubra de nuenza de suas affirmativas, lançando sobre a igreja brasileira e seu concilio superior o opprobrio de seu desprezo (PEREIRA, 1897c, p.2).

A discussão revela que a falta de entendimento se dava em torno da educação cristã, que, para Eduardo Carlos Pereira e o grupo que ele representava, não estava ocorrendo no tipo de educação oferecido pelos grandes colégios, pois esses não tinham um ambiente adequado para que os filhos da Igreja pudessem ser ensinados e manterem os seus princípios religiosos, e os não crentes pudessem ser evangelizados. Lane também se posicionava com uma opinião liberal em relação à educação cristã, dizendo que o colégio sob sua liderança, embora tivesse origem na missão presbiteriana, não era presbiteriano e não representava outra denominação protestante; ele era cristão. Essas eram suas palavras:

Acrescenta ainda o presidente do Mackenzie, para melhor dissipar a errada impressão dessa acção estranha nos amigos da educação christã no Brazil e em qualquer outra parte, que o collegio protestante(Mackenzie) compreendendo por certo a eschola americana tem 500 a 600 estudante e não tem denominação. Não é presbyteriano, não é methodista, não é baptista, também não é universalista, nem unitário, nem romanista, embora tenha a sua origem na missão presbyteriana. O collegio é tolerante e liberal, é neutro, é christão (PEREIRA, 1897c, p.2).

A posição do diretor do colégio Mackenzie era universalista no sentido de não querer nominar a instituição de ensino como sendo pertencente a um segmento protestante, e também era favorável de receber alunos que não pertencia a nenhum grupo religioso não denominacional. Essa visão de educação estava no âmbito das reformas que vinham acontecendo por meio do governo republicano, em especial no Estado de São Paulo, de construir grandes colégios para atender o maior número possível de alunos, e esses grandes colégios seriam o modelo para a propaganda de uma educação popular, que era a proposta que os liberais republicanos oferecia à sociedade daquela época. Essa forma de ver a educação não agradava a Eduardo Carlos Pereira e nem ao sínodo da Igreja Presbiteriana no Brasil; eles acreditavam que a missão de evangelizar estava sendo deixada de lado por essa prática educacional; para eles a educação tinha que estar a serviço da evangelização. Assim sendo, a evangelização teria que ser a prioridade.

Divergência Interna no Presbiterianismo: Amor a Instrução (Ano 6 – n.8 – 19/02/1898 – p.2)

Nesse artigo intitulado de amor à instrução, nosso autor recebe o convite de um pastor do Rio de Janeiro para iniciar um novo colégio naquela região do país. Eduardo Carlos Pereira agradece o convite, mas o recusa, justificando as dificuldades que a Igreja Presbiteriana passava em relação ao seminário, ao abandono do sínodo pela missão de nova York, a crise com o Mackenzie e a carência com plano de missões nacionais. Ele assim diz em seu artigo:

Na tremenda crise moral e financeira que actualmente abala os fundamentos de nossa Igreja, seria desastrosamente inoportuno qualquer nova empresa que distraísse a atenção de nossas duas grandes empresas synodais. Para não falar d'O Estandarte, que por certo, merece também a solicitude dos irmãos, mencionaremos ainda a feição moral de nossa angustias. O Board de Nova York abandonou o synodo em suas empresas e agora, sob iniciativa do sul, está considerando a conveniência de ordenar a seus missionários que se desliguem dos seus presbyterios brasileiros. O Board dos trustees(Junta do Mackenzie) acaba de declarar publicamente que elle não toma em consideração a decisão do ultimo synodo, sobre a moção Smith, decisão arranjada pelo Dr.Kyle, e por um nativo (PEREIRA,1898b, p. 2)

Diante da argumentação de Eduardo Carlos Pereira em justificar o porquê de não começar mais um empreendimento educacional, pode-se constatar que o panorama da igreja presbiteriana no Brasil não era tão confortável; pelo contrário, passava por uma crise interna no relacionamento com a Junta de missões em Nova York, e isso afetava diretamente na manutenção das instituições da Igreja, pois a maior parte dos recursos vinha do exterior. Havia ainda a ameaça de retirada por parte da missão dos seus missionários, que, embora fizessem parte do sínodo no Brasil, devia obediência à missão em Nova York. Ainda havia o problema com a não sujeição por parte da liderança do Mackenzie em relação ao sínodo. Quando se fala que a diretoria do Mackenzie não tomava em consideração a decisão do último sínodo, é que, segundo essa diretoria, essa foi arranjada pelo Dr. Kyle e por um nativo. O nativo em questão era Eduardo Carlos Pereira, que fazia oposição, no sínodo, às ideias praticadas pelo Mackenzie sob a liderança do Dr. Lane. Toda essa polêmica de visão ideológica prejudicava sensivelmente a atuação da igreja Presbiteriana no Brasil, tanto no aspecto da evangelização, como na área da educação.

A influência do Jornal: O Mandamento Novo e o Velho (Ano 6 – n.53 – 31/12/1898 – p.1)

No artigo em questão, Eduardo Carlos Pereira usa da instrumentalidade do jornal O Estandarte para evangelizar sobre o que para ele era um novo mandamento deixado por Cristo, por isso a expressão novo e velho mandamento. Em seu artigo ele diz:

Na noite eternamente memorável da despedida, cahiu dos lábios ungidos do Senhor Jesus no seio de seus discípulos o seguinte preceito: que vos ameis uns aos outros, assim como eu vos amei para que vós também mutuamente vos ameis. Nisto conhecerão que sois meus discípulos, si vos amardes uns aos outros. João XIII: 34-35. Este mandamento novo assim mesmo como em vós outros, não é o mandamento do amor do próximo em geral, é o mandamento do amor mutuo dos discípulos em particular. É o sinal pelo qual nos devem reconhecer todos como verdadeiros discípulos do nosso amoroso Mestre (PEREIRA, 1998c, p.1).

Na interpretação que Eduardo Carlos Pereira faz do texto bíblico em questão, ele tem como objetivo agregar ainda mais a Igreja em torno do sentimento da exclusividade em ser discípulo de Cristo, e que a evidência em ser discípulo de Cristo era o amor que dispensavam uns para com os outros no âmbito da comunidade daqueles que professavam a mesma fé. Esse discurso fazia sentido dentro da crise atual que passava a Igreja, ele precisa fazer uso de todos os esforços para unir a Igreja e estimular os adeptos a viverem esse novo mandamento para que pudessem superar a crise pela qual a Igreja estava passando.

Missão da Igreja: A Evangelização de São Paulo (Ano 7 – n.6 – 11/02/1899 – p.1)

O artigo em questão tem como objetivo despertar a Igreja Presbiteriana, para a evangelização da cidade de São Paulo. Para realização deste trabalho é elaborado um plano que visa atingir alguns bairros da cidade. O plano é apresentado no artigo da seguinte maneira:

O plano é alugar uma sala e sustentar um evangelista sob a direção da sessão. O bairro da Luz e Braz, onde residem muitos membros da nossa igreja, será o objecto de uma propaganda activa e systematica. Haverá nelles pregação aos domingos de tarde e as quintas. Neste movimento ir-

se-á coordenando, desenvolvendo e dirigindo as forças latentes da igreja na conquista preciosa das almas para Christo (PEREIRA, 1899b, p.1).

Para Eduardo Carlos Pereira a evangelização de São Paulo era missão da Igreja e não poderia ser negligenciada. Para isso ele usa do instrumento do jornal como meio de se comunicar com a comunidade da Igreja e convencê-los a investirem mais recursos para que pudessem estabelecer outros encontros de adoração nos bairros do Braz e da Luz. Esses trabalhos seriam realizados em dias e horários que não conflitassem com os horários de cultos na primeira Igreja. Na tentativa de convencimento dos membros da Igreja a contribuírem com o projeto de novas igrejas nos bairros de São Paulo, ele usa da argumentação de que a Igreja não pode usufruir dos benefícios do evangelho, sem repartir dessa boa nova com as demais pessoas. Ele cita como exemplo o homem rico da parábola do rico e Lázaro. Essa dizia que o rico banqueteava todos os dias esplendidamente, entretanto ao morrer foi para o inferno, porque ele não repartia do seu pão com o pobre Lázaro que se deitava a sua porta. Ele dizia que a igreja banqueteava todos os dias com a ceia do evangelho de Cristo, que é maior que a ceia do homem rico, portanto a responsabilidade da Igreja de dividir o seu pão com aqueles que ainda não conheciam o evangelho era maior que a do homem rico.

Além desse exemplo ele cita o plano de missões nacionais, que vinha sendo bem sucedido, principalmente com a contribuição financeira do presbitério de Minas Gerais, que havia contribuído com um montante maior que o presbitério de São Paulo. Assim ele usa deste exemplo na tentativa de convencer os adeptos de sua igreja a contribuírem com o projeto de evangelização que, para ele, era fundamental, pois São Paulo era uma grande cidade e, ao fortalecer o trabalho presbiteriano nessa cidade, fortaleceria a denominação presbiteriana em todo o país. Por isso não bastava a contribuição com missões nacionais sem aumentar a evangelização na cidade de São Paulo.

Educação Interna da Igreja: Uma Nova Bandeira (Ano 7 – n.10 – 09/03/1899 – p. 2)

Uma nova bandeira buscava refletir com a comunidade sobre a educação que os seus filhos receberiam. Essa educação seria a nova bandeira a ser levantada, pois, na visão

de Eduardo Carlos Pereira, a igreja tinha que fazer alguma coisa em relação ao futuro de seus filhos, pois eles seriam a força da igreja no futuro. Ele assim diz em seu artigo:

Após 34 annos de propaganda e de admirável crescimento extrínseco, uma geração exuberante, tem brotado no seio maternal da egreja presbyteriana, nossos filhos enchem os átrios do Senhor. Que temos feito, que estamos fazendo para garantir esta egreja poderosa do futuro, que Deus poz em nossas mãos? Onde estão os estabelecimentos de educação christã, que resguardem nossos filhos das ruins conversações que corrompem os bons costumes? Onde a escholas e collegios para nossos filhos, que os protejam contra o contacto corruptor deste mundo e desta sociedade sem crença e sem moralidade? É neste terreno que convem levantar uma nova bandeira de guerra (PEREIRA, 1899c, p.2).

A educação dos filhos da igreja exigia, segundo Eduardo Carlos Pereira, uma urgente ação por parte da igreja, criando estabelecimentos de ensino que fornecessem um ambiente educacional onde a fé de seus filhos não pudesse ser corrompida. Ele usava como argumentação em favor de sua nova bandeira o contexto religioso de um país predominantemente católico que, segundo ele, era prejudicial a fé das crianças protestantes. Ele também fazia uso do argumento da responsabilidade dos pais que assumiram o compromisso, por meio do sacramento do batismo de seus filhos, de criá-los dentro dos ensinamentos do evangelho. Em seu artigo ele assim dizia:

É firmado neste principio universal, o qual declara o apóstolo São Paulo prevalecer larga e gloriosamente no domínio da graça, que nós trazemos nossos filhos ao batismo, como os descendentes de Abrahão traziam os seus à circuncisão. É ainda á sombra generosa deste principio que o bom pastor declara que são seus cordeiros os filhos de suas ovelhas, e que delles é o reino do Céos (PEREIRA, 1899c, p.2).

Diante de Deus e da igreja os pais assumiam o compromisso de educar os seus filhos na disciplina e correção do Senhor. Para Eduardo Carlos Pereira, o meio pelo qual essa educação poderia acontecer era na consolidação de estabelecimentos de ensinamentos confessionais, onde a fé dos filhos dos crentes poderia ser preservada.

Embora a preocupação de Eduardo Carlos Pereira fosse legítima em relação à educação dos filhos dos membros de sua igreja e denominação, a sua visão educacional reflete, como já dissemos anteriormente, uma posição religiosa de educação, envolvendo a igreja não na transformação da sociedade, mas sim isolando-a ainda mais da sociedade,

fazendo da mesma uma comunidade autofágica, onde o existir da mesma tem como a maior missão a si própria. Assim, quando se relaciona essa atitude com a que se encontra no artigo sobre a evangelização de São Paulo, dá-se a impressão de haver uma contradição. Mas, na verdade, a separação igreja versus sociedade é típica de minorias religiosas; as minorias, certas de que possuem a verdade, se lançam a conquistar por meio da missão religiosa novos adeptos. Desta forma ele estimulava a Igreja à evangelização da cidade.

Divergência Interna do Presbiterianismo: O Seminário e a Diretoria (Ano 7 – n.26 – 29/06/1899 – p. 2)

O artigo em questão revela-nos o conflito interno que havia no presbiterianismo em relação à educação da Igreja Presbiteriana no Brasil. Os presbiterianos nacionais, como refere Eduardo Carlos Pereira, queriam estabelecer um seminário para formar os pastores brasileiros, pois viam nesse empreendimento a possibilidade da igreja brasileira ter uma independência da igreja norte-americana.

O título “seminário e a diretoria” refere-se ao apoio que os nacionais pensavam ter por parte de missionários que integravam a diretoria, para doação de uma das propriedades que a missão norte-americana tinha no país, com a finalidade de construir o prédio do seminário. Porém, não foi bem essa a realidade encontrada pelos nacionais; eles não obtiveram o apoio esperado. Isso pode ser observado nas palavras de Eduardo Carlos Pereira:

No seio então do concílio, dissemos, mais o menos o seguinte: si as missões de nossas igrejas mães não nos querem dar uma de suas muitas propriedades para nella estabelecermos nosso seminário, a Igreja Nacional no-la dará. Vovemos a São Paulo com esse pensamento arrojado. Conversamos com o irmão Remigio de Cerqueira Leite de provocarmos um movimento nesse sentido, retemperamos nossa fé no seu ardente entusiasmo, que primeiro lançou a idéia pelas columnas do Estandarte (PEREIRA, 1899d, p.2).

Embora não tenham recebido o apoio que esperavam, os nacionais, segundo o nosso autor, se lançaram em uma campanha que tinha como instrumento de divulgação o jornal O Estandarte e objetivo de levantar fundos pela igreja nacional para a construção do

seminário. Conseguiram êxito em sua campanha, que é traduzido nas palavras de Eduardo Carlos Pereira da seguinte forma:

Ergueu-se rapidamente o edifício que traz na própria planta a indicação do rumo que seguíamos desde o principio, de fato as proporções do edifício cuja parte construída accommoda largamente, em separados dormitórios, para cima de 45 camas, fora os commodos do reitor, claramente indicam que as intenções dos iniciadores e promotores não era vegetar ingratamente na dureza dos tempos, com dez ou doze moços já tardios na sua instrução preparatória (PEREIRA, 1899d, p.2).

A ação tomada pelos nacionais era em busca de uma prosperidade para a igreja brasileira, e para isso estavam se unindo por meio da bandeira do seminário, estabelecendo o que passaram a chamar de plano de ação, que visava, não somente o progresso da igreja presbiteriana no Brasil, mas também a completa independência e autonomia espiritual da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Autonomia da Igreja Presbiteriana no Brasil: A Independência de Nossa Igreja (Ano 8 – n.25 – 21/06/1900 – p.1)

No artigo em questão Eduardo Carlos Pereira argumenta que a independência da Igreja Presbiteriana brasileira não se dará pela formação indiscriminada de pastores brasileiros, como vinham fazendo os missionários americanos, que enviavam um grande número de candidatos ao seminário, mas que eram neófitos, ou seja, eram despreparados para o ministério e estavam nesse ofício porque não tinham outra profissão. Desta forma o artigo era uma denúncia desta maneira de envio e sustento de obreiros para o seminário por parte dos missionários que integravam o comitê de Nashville no sul dos Estados Unidos. Em seu artigo ele escreve:

Os missionários, occupando largos campos da fronteira e necessitados de ajudantes, mandarão, com relativa abundancia, para o seminário, moços em regra neofhytos. Estes moços em regra, os que na luta pela vida. Não conseguiram ainda uma classificação, os que ainda se acham em disponibilidade, os que estão desempregados. A elles serão offerecidos casa, comida, e futura colocação no ministério da Igreja Pressbyteriana no Brazil. O nosso ministério em poucos annos vae superabundar de ministros que não tiveram a sufficiente prova de seus caracteres (PEREIRA, 1900b, p.1).

O que ocorreria, segundo Eduardo Carlos Pereira, era um crescimento artificial da igreja brasileira, com vários obreiros que no futuro não teriam condições de sustentarem o seu ministério, pois, ao formarem-se no seminário, iriam trabalhar num primeiro momento com missionários americanos, que lhe ofereciam um sustento básico para as suas necessidades, mas que, após o missionário estrangeiro deixar o campo, o obreiro nativo não teria como se sustentar. Assim, para Eduardo Carlos Pereira o atual regime que estava sendo instaurado pela missão de Nashville, sul dos Estados Unidos, não estava trabalhando para o progresso e independência da igreja Presbiteriana do Brasil.

Educação Interna da Igreja: O Jesuitismo e a Maçonaria (Ano 8 – n.37 – 13/09/1900 – p.1)

Eduardo Carlos Pereira sempre combateu a presença de evangélicos na maçonaria, chegando a escrever sobre a incompatibilidade da fé cristã e a maçonaria. Neste artigo ele demonstra que não concordava com o argumento segundo o qual os evangélicos deveriam apoiar a maçonaria por esta razão: fazia oposição ao jesuitismo. Ele assim dizia em seu artigo:

Mais tristes e escandalizados ficamos, quando vemos jornaes evangélicos affirmarem á face da Egreja de Jesus Christo, que a maçonaria é a única instituição que francamente guerreia e obsta o predomínio desses vampiros da humanidade. Pois acaso, a Egreja de Jesus Christo não é uma instituição que francamente guerreia e obsta o predomínio do jesuitismo? Sua doutrina seus esforços suas orações, não valem nada nesta lucta contra os jesuítas? Os pés robustos do varão e o braço de carne terão mais força para se oporem a esses terríveis inimigos, do que o braço do Senhor, que é a nossa fortaleza (PEREIRA, 1901c, p.1).

Para Eduardo Carlos Pereira não havia a menor possibilidade de pedir ajuda para a maçonaria no combate ao jesuitismo. Ele ilustra como o caso do povo de Israel no antigo testamento quando esperavam ajuda do Egito para combater os babilônicos, algo que não veio acontecer. Assim ele desafia a igreja evangélica a não se deixar envolver pelos recursos oferecidos pela maçonaria, que ele chamava, neste caso, de braço de carne, mas a Igreja deveria buscar a solução no braço do Senhor, por meio do seu testemunho e suas orações.

Educação Interna da Igreja: A Razão Contra a Fé (Ano 9 – n.4 – 24/09/1901 – p.1)

O artigo foi escrito por Eduardo Carlos Pereira em virtude de um panfleto escrito por um senhor chamado Benjamim Motta. O panfleto em questão tinha como objetivo atingir um padre que atendia pelo nome Júlio Maria. No panfleto o Sr. Benjamim Motta se declarava ateu e tentava desacreditar as crenças da igreja católica. Eduardo Carlos Pereira escreve o artigo no jornal O Estandarte com a intenção de mostrar-se contra as ideias do Sr. Benjamim, bem como contrário ao apoio que a maçonaria estava dando ao panfleto do Sr. Benjamim. Em seu artigo essas eram suas palavras:

A razão contra a fé é o título de um panfleto em que o Sr. Benjamim Motta reúne os artigos que há tempos escreveu contra as conferencias do padre Dr. Julio Maria. O autor maneja contra o padre Julio Maria a razão de um ateu confesso e seus golpes desordenados ferem a torto e direito não somente o clericalismo e dogmas absurdos de Roma, mas ainda as doutrinas mais sagradas do christianismo. Para elle Deus é uma mentira, Christo é um myto, uma criação do concilio de Nicéa, a Bíblia um brocado de ridicularias, a religião uma desgraça, uma tyrania, e neste diapasão vae longe (PEREIRA, 1901b, p.1).

Ele posiciona-se contrário às ideias contidas no panfleto porque o seu conteúdo não atingia somente a igreja católica, mas também a crença das igrejas reformadas. Assim, nesse momento ele deixa a polêmica com a igreja católica para se concentrar nas ideias de descrença que estavam sendo propaladas pelo Sr. Benjamim.

Eduardo Carlos Pereira não somente discordava das ideias do Sr. Benjamim como também do seu método de combater o clericalismo católico. Para ele essa maneira de atacar a fé católica era negativo e servia para fortalecer o clericalismo nos espíritos dos conservadores católicos. Ainda em relação a sua contrariedade, essa perpassava as ideias do Sr. Benjamim, ele questionava o apoio que a maçonaria dava ao panfleto do Sr. Benjamim. Estas eram as suas palavras:

Neste apoio moral que a maçonaria dá ao pamfhleto do Sr. B. Motta duas cousas não podemos deixar de extranhar. A primeira é a incoherencia dessa corporação superior da ordem maçônica no Estado de São Paulo. Dizem-nos cá fora nossos irmãos que pertencem a essa sociedade secreta que Ella não só crê em Deus e não admite ateu em seu grêmio, como também crê na bíblia, livro sagrado dos seus juramentos. Ora, como é que

com todas essas crenças, Ella vem em público dar seu apoio moral a um ateu, que, em nome de seu ateísmo escancarado insulta a Divindade, o Christianismo e a Bíblia? (PEREIRA, 1901b, p.1).

Eduardo Carlos Pereira volta a confrontar as ideias e o posicionamento maçônico, que, segundo ele, era incoerente em dar apoio as ideias do Sr. Benjamim, um ateu declarado e que, segundo o nosso autor, suas ideias em nada contribuíam para combater o clericalismo católico. Assim o apoio público que a maçonaria prestava ao Sr. Benjamim vinha contribuir para revelar a verdadeira face da maçonaria, que se declarava aos cristãos como uma instituição de crenças cristãs, mas que, para Eduardo Carlos Pereira, era uma instituição apenas com interesses políticos, e o seu posicionamento antagônico revelava essa realidade.

Educação Interna da Igreja: Em Seus Passos que Faria Jesus (Ano 9 – n.35 – 29/08/1901 – p.1)

A escolha do presente artigo deve-se ao fato de que, ao fazer o levantamento dos artigos que foram escritos, seis artigos era em relação ao assunto tratado “Em seus passos que faria Jesus”. Constitui-se também objeto de análise, por que a obra examinada por Eduardo Carlos Pereira trata de um assunto que sempre gerou polêmica entre católicos e protestantes.

Ao fazer a leitura do artigo verificou-se que a sua intenção era de defender a obra escrita por Carlos M. Sheldon “Em Seus Passos que Faria Jesus”. Havia críticas por setores da igreja evangélica que acusavam o livro de heresias dizendo que o mesmo ensinava que, para a salvação das almas das pessoas, era necessária a realização de obras meritórias. Essa acusação por parte de setores da igreja evangélica se dava graças à polêmica que existe entre católicos e protestantes, onde o protestantismo originado com Martinho Lutero defendia a salvação única exclusivamente pela fé. Essas eram as palavras de Eduardo Carlos Pereira em relação à obra de Sheldon:

Em torno do livro do pastor de Topeca, tem-se levantado o grito condenatório de salvação pelas obras, um veneno subtil, um grave perigo uma ameaça séria contém dizem a obra de Sheldon: Ella incute a

doutrina herética da salvação pelas obras. Os que taes cousas proclamam não attendem que a obra do illustre pastor é um brado enérgico contra um outro perigo grave, que ameaça aniquilar as egrejas evangélicas, suffocar a vida e destruir o poder do Evangelho no seio do protestantismo: é a salvação sem obras (PEREIRA, 1901c, p.1).

Ao fazer a sua argumentação em defesa da importância de tal obra, ele assegura que o livro em nada comete heresia, que o mesmo não contradiz a concepção do protestantismo da salvação pela fé, mas que a obra vem denunciar um grave problema do protestantismo: a salvação sem as obras. Para ele essa atitude poderia ser prejudicial à fé evangélica, pois as pessoas tornavam-se passivas em relação à prática da sua vida religiosa e isso dificultaria a propagação da fé evangélica, visto que o falar de sua fé era praticamente o principal instrumento de evangelização que o protestantismo usava para conseguir mais adeptos. Assim ele dizia que obra de Scheldon vinha chamar atenção da inércia que a igreja evangélica estava vivendo.

Divergência Entre Presbiterianismo e Jesuitismo: Oração Comum Pela Pátria e Pela Igreja (Ano 10 – n.17 – 08/05/1902 – p.2)

O artigo fala de uma programação realizada pela primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo com vista a reunir as igrejas evangélicas em torno de um objetivo comum: lutar contra o jesuitismo e a idolatria do catolicismo e desenvolver um sentimento patriótico no coração dos protestantes. No desenvolvimento de tal programação se deram vários momentos de encontros culturais entre os evangélicos, dentre eles destaca-se o que ocorreu na primeira Igreja Presbiteriana de São Paulo. Assim descrito por Eduardo Carlos Pereira:

A's 7 da noite, reuniu-se no templo a congregação da 1ª Igreja. O pastor dirigiu uma acção de graças e seguiu-se o hymno da invocação do Espírito de Deus. O presbytero Ntonio Ernesto rogou pela manifestação do Espírito de pentecostes no seio da Igreja Evangelica no Brasil, em amor, santidade e alegria, orou depois o Dr. Soares do Couto pela conversão do Brasil, pelo trabalho entreo índios, pelo presidente, pelos governadores, pelo congresso e pela autoridades publicas. Em seguida o irmão J.A. Corrêa levantou ardente supplica contra o jesuitismo e a idolatria romana, a imoralidade o crime e contra todos os tipos males sociais. As orações eram entremeadas de hymnos e de breves explicações dos tópicos apresentados (PEREIRA, 1902b, p.2).

Nota-se aqui, pelo desenvolvimento da programação e o teor das orações realizadas, que a ênfase era dada ao fortalecimento das denominações evangélicas para enfrentar as dificuldades frente aos desafios que a evangelização da nação brasileira acarretava as denominações de segmento protestante. Para melhor compreendermos citaremos mais das palavras de Eduardo Carlos Pereira:

Abençoe o Senhor o sentimento desta verdade em nossa pátria e haja um espírito publico de solidariedade e fraternidade evangélica. Inspire o desejo dessa união fraterna, entre os diversos ramos da Igreja Evangélica no Brazil, não tanto conviniencia de constituirmos uma força para nos oppormos ao jesuitismo, mas a necessidade de termos parte no Senhor Deus de Israel. Nossa força vem de Deus e a união que realmente nos traz a força contra o jesuitismo é a nossa união com Deus. Jeová Nissi, O Senhor é minha Bandeira, foi, é e será a divisa victoriosa da Igreja contra os seus inimigos (PEREIRA, 1902b, p.2).

Embora o evento buscasse o fortalecimento para o enfrentamento a oposição realizada principalmente pelo jesuitismo, nota-se que Eduardo Carlos Pereira procura dar a conotação de que o alvo maior de buscar a união evangélica era de agradar a Deus, fazer a vontade de Deus deveria ser o elemento mais importante da concentração evangélica; em vez de olhar para os adversários, deveriam fixar a sua visão em fazer a vontade de Deus, pois essa era a razão da missão da Igreja Protestante.

Divergência Interna: Solução Presbiteriana (Ano 11 – n.24 – 11/06/1903 – p.1)

A solução presbiteriana evidenciada nesse artigo era o desejo de resolver o problema de divisão interna que vinha ocorrendo no presbiterianismo brasileiro. O artigo em questão mostra que o problema era doutrinário, referia-se aos dogmas da Igreja, a não concordância da participação de membros do presbiterianismo na maçonaria, que, na visão de alguns, era incompatível com a fé cristã.

Ao escrever esse artigo que antecedia o sínodo que iria tratar da questão maçônica e a relação com o Mackenzie e os missionários estrangeiros, Eduardo Carlos Pereira diz sobre a sua expectativa e da necessidade que o sínodo resolvesse esse assunto em questão. Estas eram as suas palavras:

Aguardamos, pois, no Senhor novos tempos depois do synodo. Este regimen de permanente hostilidade, desconfianças, rivalidades, dictos Descaridosos, deve entristecer profundamente o Espírito Sancto e enfraquecer espiritualmente todos os membros da família presbyteriana. Além disso, temos um aviso formal do Divino Mestre: Uma casa dividida contra si mesma não pode subsistir. Si nossa casa presbyteriana continuar assim, Ella não poderá subsistir. É, portanto, de urgente necessidade uma solução radical que acabe de vez com a profunda divisão do presbiterianismo brasileiro (PEREIRA, 1903b, p.1).

Para Eduardo Carlos Pereira a solução deste conflito interno tinha que sair na reunião deste concílio, não dava mais para adiar, pois, para a ele, a Igreja estava sendo prejudicada e a mesma já não suportava mais o clima de desconfiança que havia entre os seus membros.

Verifica-se, também, que ele visualizava a possibilidade de acontecer um cisma na Igreja Presbiteriana, o qual, segundo ele, não era o seu objetivo, mas que, em ficando o posicionamento do sínodo o mesmo em relação à maçonaria, este seria a alternativa mais viável. Em seu artigo essas eram as suas palavras:

Si não pudermos ser solidários em Christo nem unidos no mesmo Senhor, dentro da mesma organização externa, acabemos com a divisão pela separação pacifica dos elementos irreconciliáveis. O Senhor será o nosso juiz. Si a maçonaria unida aos interesses do Mackenzie, forte pelo numero de votos, não quizer ceder deante de nossas consciências scandalizadas, não há remédio sinão encarar com calma a separação. As egrejas que quizerem lançar a sua sorte com a maçonaria e com o Mackenzie, lancam-no mui livremente, porém as egrejas e os crentes que compreenderem o grande perigo deste passo, fiquem connosco (PEREIRA, 1903, p.1).

A reunião do concílio sinodal, para Eduardo Carlos Pereira poria um fim no clima de discordância estabelecido nas relações presbiterianas. Encontra-se também no posicionamento de Eduardo Carlos Pereira uma atitude de intransigência, pois ele usava do instrumento do órgão de informação da denominação presbiteriana para deixar de forma muito clara o seu posicionamento, e qual deveria ser o posicionamento do sínodo, isto é, que não havendo concordância do sínodo com a solução dada por ele para resolver o conflito, aconteceria o cisma na vida da Igreja. Essa atitude contraria os princípios de representatividade, que existe no governo da Igreja Presbiteriana, pois as decisões são conciliares e devem ser decididas na realização dos concílios e não antes dos mesmos.

A história da Igreja Presbiteriana nos ensina que não houve concordância, e o primeiro cisma presbiteriano aconteceu, e nasceu após aquele sínodo uma nova denominação no presbiterianismo, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil no ano de 1903.

4 CONCLUSÃO

O trabalho realizado nesta pesquisa não buscou somente a ordenação dos fatos históricos, a partir do conteúdo pesquisado, mas, sim, de fazer a leitura dos fatos dentro do panorama político, social e religioso, no qual se deram, com o intuito de analisar os mecanismos utilizados por Eduardo Carlos Pereira para transmitir o seu pensamento, por meio da sua atuação, como educador no âmbito educacional e religioso.

No decorrer da pesquisa, procurou-se analisar a ação político-educacional da Igreja Presbiteriana do Brasil em meados do século XIX e início do século XX, cujo principal foco de atuação pautou-se pela disseminação de suas praticas religiosas e educacionais fundando Igrejas e escolas. Eduardo Carlos Pereira foi cooptado por meio dessa forma de atuação. Considera-se que a atuação do mesmo como objeto de análise contribui para o entendimento das relações de poder que refletiram no contexto educacional da Igreja Presbiteriana. O estudo das fontes primárias de sua biografia e dos artigos no jornal O Estandarte constituiu num importante instrumento para a compreensão do processo educativo do presbiterianismo no Brasil. Nesta perspectiva, faz-se necessário evidenciar a relação conflituosa no ambiente presbiteriano pelo não entendimento de como deveria ser a forma de atuação educacional, pois se percebeu uma divergência entre os pastores norte-americanos e os pastores nacionais, que tinham como seu principal representante Eduardo Carlos Pereira. Os artigos selecionados e analisados deram subsídios para a constatação do posicionamento de Eduardo Carlos Pereira frente à oposição que ele representava no ambiente presbiteriano em sua época. Sendo assim, na questão problematizadora desta investigação, tentou-se mostrar como a atuação de Eduardo Carlos Pereira pelo jornal O Estandarte e a sua atuação como professor e pastor marcaram notadamente o presbiterianismo e sociedade em seus dias.

É necessário destacar que a busca de respostas para essa problematização exigiu um trabalho de análise acerca da utilização da imprensa por Eduardo Carlos Pereira como instrumento para disseminação das ideias do presbiterianismo. No ambiente interno desta discussão existem alguns aspectos a serem considerados como: a consolidação do presbiterianismo no Brasil final do século XIX, a utilização de diferentes instrumentos na difusão do pensamento presbiteriano, como a fundação de Igrejas, escolas e jornais e as

divergência entre pastores nacionais e estrangeiros. Constatou-se que a tensão entre o elemento nacional e o estrangeiro esteve presente no protestantismo desde os seus primórdios; conciliar as ideias de autonomia nacional e as relações eclesiais com missionários norte-americanos e suas respectivas igrejas nos Estados Unidos foi uma grande dificuldade.

Os primeiros sinais do desconforto com a origem estrangeira do protestantismo apareceram na luta pela autonomia da Igreja Presbiteriana. Eduardo Carlos Pereira, pastor da Igreja Presbiteriana, foi o protagonista da primeira dissidência do presbiterianismo. O conflito pela autonomia desembocou na organização da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil em 1903. Entretanto, muito antes do cisma de 1903, a trajetória de Pereira sinaliza rumo à autonomia do presbiterianismo. A atitude de Eduardo Carlos Pereira demonstra que no interior do protestantismo estava bem assentada a percepção das diferenças culturais entre brasileiros e norte-americanos. Todavia, o projeto representado por Pereira não é um questionamento em favor de um cristianismo reformado mais próximo da herança cultural brasileira, mas, sim, da autonomia para viver o protestantismo transmitido pelos missionários norte-americanos. Pereira rebelou-se contra a tutela estrangeira e não contra o programa protestante herdado dos missionários norte-americanos. O cisma de 1903 não deve enganar quanto ao fato de que Eduardo Carlos Pereira, assim como a primeira geração de pastores nacionais, continuavam a sustentar que a modernidade dos Estados Unidos era modelo para o Brasil. Isto pode ser verificado na obra da maturidade de Eduardo Carlos Pereira “O problema religioso na América Latina” (1920)

Constatou-se que as ideias de atuação no campo educacional do Dr. Lane, educador presbiteriano e diretor da escola americana, e de Eduardo Carlos Pereira eram incompatíveis, pois eles representavam setores diferentes da Igreja, em relação à questão educacional. Eduardo Carlos Pereira tinha preocupação em relação aos objetivos das instalações dos grandes colégios, pois, para ele, estes estavam perdendo o seu foco de manter a evangelização como finalidade de sua existência. Por isso ele tornou-se um contestador dessa estratégia de atuação dos grandes colégios. Lane tinha a visão de que a educação deveria receber todo o incentivo necessário para se desenvolver, sua visão era mais liberal que Eduardo Carlos Pereira quanto à ajuda dos subsídios vindos dos Estados Unidos. A controvérsia chegou ao ponto de Lane usar a expressão heresias educativas. Ele

referia-se ao tipo de educação defendida por Eduardo Carlos Pereira e o setor da Igreja que o apoiava, que não concordavam com uma educação realizada nos moldes dos grandes colégios, e queriam uma educação mais voltada para aqueles que frequentavam as Igrejas e a fundação de um seminário. Necessariamente o que ocorria naquele momento não podia ser considerado como uma heresia, mas uma visão religiosa por parte do grupo que fazia oposição ao Dr. Lane.

Descrito e reconhecido por seus contemporâneos como um comunicador de valor para a sua época, por sua dedicação incansável e sua visão de futuro, também fora reconhecido pelas gerações seguintes como um personagem essencial, de uma visão ímpar, de um líder que conseguia visualizar além de sua época, de ver aquilo que outros não viam, de conseguir convencer as pessoas de seus ideais, de ter concedido ao presbiterianismo a atuação da imprensa escrita e proporcionado o espaço para que se pudesse discutir a educação por meio da imprensa escrita, fazendo que a sociedade fosse beneficiada por essa discussão.

Constata-se que Eduardo Carlos Pereira foi um personagem emblemático, contestador em seu tempo. Foi fundamental para o protestantismo presbiteriano, legando a esse segmento religioso e à sociedade brasileira uma herança preciosa de um educador que fez uso de todos os meios possíveis de comunicação, púlpito, sala de aula e imprensa escrita, para transmitir os seus ideais de uma sociedade cristã, alicerçada em valores morais de respeito a Deus e ao próximo, para que a mesma pudesse ser mais humana.

Diante do que foi exposto e pelo que foi atestado por seus contemporâneos e pelo que foi produzido e realizado por Eduardo Carlos Pereira, constata-se que ele foi um homem atuante para sua geração e para o protestantismo presbiteriano, que o seu legado transcendeu a sua época por meio de suas obras e do segmento religioso que ele ajudou a formar, a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Embora possamos constatar a relevância da vida e atuação de Eduardo Carlos Pereira, não queremos construir a imagem de um super-homem, como se o mesmo não tivesse defeitos e somente virtudes. Podemos constatar que, embora tenha sido uma personalidade importante em seu tempo, era também um homem de difícil temperamento. Isso se pode constatar por todas as polêmicas nas quais ele se envolveu, desde a independência da Igreja Presbiteriana brasileira até as suas convicções educacionais, que o levaram a polemizar com Dr. Lane. Constata-se que, devido aos seus princípios religiosos,

ele tinha em relação à educação uma postura religiosa, que contemplava uma educação promovida para os filhos dos membros das Igrejas. Essa postura conflitava com uma educação popular, de uma educação que olhe para o cidadão e não para as suas crenças. Constata-se ainda que, embora Eduardo Carlos Pereira fosse um visionário em seu tempo, contestando no universo do protestantismo presbiteriano a sua autonomia eclesiástica, o mesmo não se pode dizer em relação o questionamento ao modelo de educação oferecido pelos missionários norte-americanos; quando feito, esse se restringia à forma de aplicação da educação e não em relação ao modelo que não oferecia uma educação popular.

Atesta-se, por meio desta pesquisa, que a atuação de Eduardo Carlos Pereira foi fundamental para a consolidação da imprensa presbiteriana e essa foi instrumento peculiar levando a temática da educação ao conhecimento da população. Assim, sua atuação foi relevante em sua época e muito fecunda por meio de sua contribuição na educação eclesiástica e secular, na produção de suas gramáticas, livros e fundação de revista e jornal, um feito realizado por sua capacidade intelectual e de liderança. Dessa forma, mesmo não encontrando elementos de uma educação progressista e mais inclusiva, e sim um posicionamento moralista de educação pautada na moral religiosa evangélica e anti-católica, sua vida e obra foram muito importantes para sua geração e as mesmas transpuseram o seu tempo chegando até os dias atuais.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

PEREIRA, E. C. **Problema religioso da América Latina**: estudo dogmático-histórico. São Paulo: Empresa Editora Brasileira, 1920.

PEREIRA, E. C. **As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil**. 3.ed. São Paulo: Almenara, 1965.

PEREIRA, E. C. **Grammatica Expositiva**. 7. ed. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1918.

PEREIRA, E. C. O Estandarte. **O Estandarte**. São Paulo, 7 jan. 1893a. p.1.

PEREIRA, E. C. A Pátria e a Mocidade. **O Estandarte**. São Paulo, 21 out. 1893b. p.1.

PEREIRA, E. C. Ano de 1894. **O Estandarte**. São Paulo, 6 jan. 1894. p.1.

PEREIRA, E. C. A Egreja Presbyteriana no Brazil. **O Estandarte**, 25 maio 1895a. p.1.

PEREIRA, E. C. Gynasio de São Paulo. **O Estandarte**, São Paulo, 22 jun. 1895b. p.1.

PEREIRA, E. C. Escola Parochial. **O Estandarte**, São Paulo, 8 nov. 1895c. p.1.

PEREIRA, E. C. Sobre o Novo Ano de 1896. **O Estandarte**. São Paulo, 4 jan. 1896a. p.1.

PEREIRA, E. C. O Seminário. **O Estandarte**. São Paulo, 7 mar. 1896b. p.1.

PEREIRA, E. C. O Protestantismo é uma nulidade. **O Estandarte**, São Paulo, 14 mar. 1896c. p.1.

PEREIRA, E. C. Ao Seminário. **O Estandarte**, São Paulo, 29 ago. 1896d. p.1.

PEREIRA, E. C. Avançar. **O Estandarte**, São Paulo, 2 jan. 1897a. p.1.

PEREIRA, E. C. Victimias do Sacerdocio Catholico. **O Estandarte**, São Paulo, 8 maio 1897b. p.1.

PEREIRA, E. C. A Aggressão do Dr. Lane. **O Estandarte**, São Paulo, 6 nov. 1897c. p.1.

PEREIRA, E. C. O Rebate. **O Estandarte**, São Paulo, 1 jan. 1898a. p.1.

PEREIRA, E. C. Amor a Instrução. **O Estandarte**, São Paulo, 1898b. p.2.

PEREIRA, E. C. Reverendo: o Mandamento Novo e o Velho. **O Estandarte** São Paulo, 31 dez. 1898c. p.1.

PEREIRA, E. C. O Ano de 1899. **O Estandarte**, São Paulo, 7 jan. 1899a. p.1.

PEREIRA, E. C. A Evangelização de São Paulo. **O Estandarte**, São Paulo, 11 fev. 1899b. p.1.

PEREIRA, E. C. Uma nova bandeira. **O Estandarte**, São Paulo, 9 mar. 1899c. p.2.

PEREIRA, E. C. O Seminário e a Diretoria. **O Estandarte**, São Paulo, 29 jun. 1899d. p.2.

PEREIRA, E. C. Ano de 1900. **O Estandarte**, São Paulo, 4 jan. 1900a. p.1.

PEREIRA, E. C. A Independência de Nossa Igreja. **O Estandarte**, São Paulo, 21 jun. 1900b. p.1

PEREIRA, E. C. O Jesuitismo e a Maçonaria. **O Estandarte**, São Paulo, 13 set. 1900c. p.1.

PEREIRA, E. C. Pela Coroa Real do Salvador. **O Estandarte**, São Paulo, 1901a. p.1.

PEREIRA, E. C. A razão contra a fé. **O Estandarte**, São Paulo, 24 set. 1901b. p.1.

PEREIRA, E. C. Em seus passos que faria Jesus. **O Estandarte**, São Paulo, 29 ago. 1901c. p.1.

PEREIRA, E. C. Nova vida. **O Estandarte**. São Paulo, 2 jan. 1902a. p.1.

PEREIRA, E. C. Oração comum pela Pátria e pela Igreja. **O Estandarte**, São Paulo, 8 maio 1902b. p.2.

PEREIRA, E. C. Bella Vista. **O Estandarte**, São Paulo, 2 fev. 1903a. p.1.

PEREIRA, E. C. Solução Presbyteriana. **O Estandarte**, São Paulo, 11 jun. 1903b. p.1.

LITERATURA DE APOIO

BÍBLIA. Tradução Ecumênica da Bíblia. São Paulo: Loyola/Paulinas, 1995.

CAIRNS, E. E. **O Cristianismo através dos séculos**: uma história da igreja cristã. São Paulo: Edições Vida Nova, 1984.

CARVALHO, K. **Imprensa e Informação no Brasil Século XIX**. Rio de Janeiro: Executiva, 1996.

CASIMIRO, A. D. **Eduardo Carlos Pereira: um mestre da língua portuguesa**. São Paulo: SOCEP, 2005.

CAVALCANTI, H. B. **Revista de Estudos da Religião**. São Paulo: Rever, 2001.

CONFISSÃO DE FÉ DE WESTMINSTER. Confissão de Fé e Catecismo Maior da Igreja Presbiteriana. São Paulo: Cultura Cristã, 1989.

CORREA, A. M. **Eduardo Carlos Pereira: seu apostolado no Brasil**. São Paulo: Pendão Real, [s/d.].

FAUSTO, B. **História do Brasil**. 7.ed. São Paulo: EDUSP, 1999.

FERREIRA, J. **História da Igreja Presbiteriana do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1992. 2 v.

FREYRE, G. **Ordem e Progresso**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 1990.

HACK, O. H. **Protestantismo e Educação Brasileira**. 2.ed. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

JACOB, C. R. et al. **Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.

LAVELEYE, E. **Do futuro dos povos católicos**: estudo de economia social. Trad. Dr.Miguel Vieira Ferreira. São Paulo: Casa Editora Presbiteriana, 1950.

LEITH, J. H. **A tradição reformada**: uma maneira de ser a comunidade cristã. São Paulo: Associação Evangélica Pendão Real, 1996.

LESSA, V. T. **Annaes da 1ª Egreja Presbyteriana de São Paulo (1863-1903)**. São Paulo: Primeira Igreja Presbyteriana Independente de São Paulo, 1938.

LEONARD, E. G. **O protestantismo brasileiro**: estudo de eclesiologia e história social. São Paulo: ASTE, 2002.

LUCAS, M. A. O. F. **Conteúdos Escolares**: um debate sobre temas transversais. Maringá: Eduem, 2007.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATOS, A. **Os Pioneiros Presbitrranos do Brasil (1859-1900)**. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MENDONÇA, A. G. **O Celeste Porvir**. São Paulo: Aste, 1995.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2.ed. Rio de Janeiro: Dp&A, 2001.

SAVIANI, D. O legado Educacional do Breve Século XIX. In: _____. et al. **O legado Educacional do Século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006. p.11-29.

SIMONTON, A. G. Os meios necessários e próprios para plantar o Reino de Jesus Christo no Brasil. In: _____. **Diário**: 1853-1867. São Paulo: Presbiteriana, 2002. p.147, p.149-150, p.157.

SODRÉ, N W. **História da Imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Maud, 1999.

SOUZA, R. F. Espaço Da Educação e da Civilização: Origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SAVIANI, D. et.al. **O Legado Educacional do Século XIX**. Campinas: Autores Associados, 2006. p.33-70.

TOBIAS, J. A. **Historia da Educação Brasileira**. 4.ed. São Paulo: Ibrasa, 1991.

APÊNDICE

APÊNDICE A Catalogação dos Artigos no Jornal O Estandarte.

O Estandarte 1894:

Conseguimos encontrar apenas 4 artigos no ano de 1894, os quais mencionaremos a seguir:

- Ano de 1894 (ano 2 – n.1 – 06/01/1894 – p.1).
- Relatório sobre missões naceonaes (ano 2 – n.42 – 20/10/1894 – p.1).
- Relatório sobre missões naceonaes (ano 2 – n.44 – 03/11/1894 – p.1).
- Notas Eclesiásticas (ano 2 – n.52 – 29/12/1894 – p.1).

O Estandarte 1895:

No ano de 1895, encontramos 12 artigos com os seguintes temas:

- Novas Esperanças (ano 3 – n.3 – 19/01/1895 – p.1).
- Notas Esparsas (ano 3 – n.7 – 16/02/1895 – p.1).
- O Carnaval (ano 3 – n.8 – 23/02/1895 – p.1).
- Culto Indevido (ano 3 – n.15 – 13/04/1895 – p.1).
- Notas Esparsas (ano 3 – n.17 – 14/04/1895 – p.1).
- A Igreja Presbyterina no Brasil (ano 3 – n.21 – 25/05/1895 – p.1).
- A Igreja Presbyteriana no Brasil (ano 3 – n.22 – 01/06/1895 – p.1).
- A Igreja Presbyteriana no Brasil (ano 3 – n.24 – 15/06/1895 – p.1).
- Gynasio de São Paulo (ano 3 – n.25 – 22/06/1895 – p.1).
- Relatório sobre missões nacionaes (ano 3 – n.27 – 06/07/1895 – p.3).
- O sol de Minas (ano 3 – n.32 – 10/08/1895 – p.1).
- As denominações evangélicas (ano 3 – n.33 – 17/08/1895 – p.1).
- Reforma dos costumes (ano 3 – n.40 – 05/10/1895 – p.1).
- Reforma dos costumes (ano 3 – n.41 – 12/10/1895 – p.1);
- Escola Parochial (ano 3 – n.45 – 09/11/1895 – p.1).
- Escola Parochial (ano 3 – n.46 – 16/11/1895 – p.1).
- Reunião Extraordinária do synodo (ano 3 – n.47 – 23/11/1895 – p.1).
- Seminário Theologico (ano 3 – n.48 – 30/11/1895 – p.1).
- Seminário Theologico (ano 3 – n.49 – 07/12/1895 – p.1).

O Estandarte 1896:

Neste ano de 1896 o nosso autor em estudo publicou o maior número de artigos de todos os anos, que constam no período delimitado pela pesquisa; são 27 ao todo. Para fins de registro, mencionaremos os seus temas:

- Sobre o Novo Ano de 1896 (ano 4 – n.1 – 04/01/1896 – p.1).
- A Estrella Polar (ano 4 – n.3 – 18/01/1896 – p.1).
- A Estrella Polar (ano 4 – n.4 – 25/01/1896 – p.1).
- A Estrella Polar (ano 4 – n.5 – 01/02/1896 – p.1).

- O Seminário (ano 4 – n.10 – 07/03/1896 – p.1).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.11 – 14/03/1896 – p.1).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.12 – 21/03/1896 – p.1).
- O protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.14 – 04/04/1896 – p.1).
- O protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.15 – 11/04/1896 – p.1).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.16 – 18/04/1896 – p.1).
- O Protestantismo é Uma Nulidade (ano 4 – n.17 – 25/04/1896 – p.1).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.21 – 23/05/1896 – p.1).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.22 – 30/05/1896 – p.1).
- Debates e Conferências (ano 4 – n.23 – 23/05/1896 – p.2).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.24 – 13/06/1896 – p.1).
- O Protestantismo é uma Nulidade (ano 4 – n.26 – 27/06/1896 – p.1).
- A Situação (ano 4 – n.31 – 01/08/1896 – p.1).
- A Situação (ano 4 – n.33 – 15/08/1896 – p.1).
- Ao Seminário (ano 4 – n.35 – 29/08/1896 – p.1).
- Ao Seminário (ano 4 – n.41 – 10/10/1896 – p.1).
- Ao Seminário (ano 4 – n.43 – 24/10/1896 – p.1).
- Nashville (ano 4 – n.45 – 07/11/1896 – p.2).
- A Situação (ano 4 – n.46 – 14/11/1896 – p.2).
- A Situação (ano 4 – n.47 – 21/11/1896 – p.2).
- Lealdade a Igreja (ano 4 – n.48 – 28/11/1896 – p.1).
- Edifício (ano 4 – n.49 – 05/11/1896 – p.1).
- Uma Explicação (ano 4 – n.52 – 26/12/1896 – p.2).

O Estandarte 1897:

Durante o ano de 1897, encontramos 17 artigos de autoria de Eduardo Carlos Pereira com os respectivos temas:

- Avançar (ano 5 – n.1 – 02/01/1897 – p.1);
- Lutero e a Educação (ano 5 – n.7 – 13/02/1897 – p.1);
- Os Protestos (ano 5 – n.13 – 27/03/1897 – p.2);
- Notas Eclesiásticas (ano 5 – n.15 – 10/04/1897 – p.2);
- A Ressurreição (ano 5 – n.16 – 17/04/1897 – p.1);
- Notas Eclesiásticas (ano 5 – n.18 – 01/05/1897 – p.2);
- As Vítimas do sacerdócio Católico/Romano (ano 5 – n.19 – 08/05/1897 – p.1);
- Notas Eclesiásticas (ano 5 – n.21 – 22/05/1897 – p.2);
- Notas Eclesiásticas (ano 5 – n.35 – 28/08/1897 – p.2);
- Notas Eclesiásticas (ano 5 – n.39 – 25/10/1897 – p.2);
- Notas eclesiásticas (ano 5 – n.41 – 09/10/1897 – p.2);
- Botucatu (ano 5 – n.42 – 16/10/1897 – p.2);
- Notas Eclesiásticas (ano 5 – n.43 – 23/10/1897 – p.2);
- A Agressão do Dr. Lane (ano 5 – n.45 – 06/11/1897 – p.2);
- Itinerário dos Seminaristas (ano 5 – n.47 – 20/11/1897 – p.2).

- O Estandarte (ano 5 – n.49 – 04/12/1897 – p.2).
- O Seminário (ano 5 – n.50 – 11/12/1897 – p.2).

O Estandarte 1898:

No ano de 1898 encontramos 12 artigos com os respectivos temas:

- O Rebate (ano 6 – n.1 – 01/01/1898 – p.1).
- Amor a Instrução (ano 6 – n.8 – 19/02/1898 – p.2).
- Coragem e Fé (ano 6 – n.11 – 12/03/1898 – p.2);
- O Terreno do Edifício do Seminário (ano 6 – n.14 – 17/04/1898 – p.2).
- Rev. José Mauricio Higgins (ano 6 – n.17 – 23/04/1898 – p.1).
- O Terreno do Edifício do Seminário (ano 6 – n.18 – 30/04/1898 – p.2).
- As Assembléias Geraes das Igrejas Mães (ano 6 – n.20 – 14/05/1898 – p.1).
- Rev. Ladelino de Oliveira e Henrique Vogel (ano 6 – n.34 – 20/08/1898 – p.2).
- Sociedade Auxiliadora do Estandarte (ano 6 – n.35 – 27/08/1898 – p.1).
- Relatório Revista Naceonaes (ano 6 – n.36 – 03/09/1898 – p.3).
- A Diretoria do Seminário (ano 6 – n.48 – 26/11/1898 – p.1).
- O Mandamento Novo e o Velho (ano 6 – n.53 – 31/12/1898 – p.1).

O Estandarte 1899:

No ano de 1899 a produção de Eduardo Carlos Pereira foi de 21 artigos com os seguintes temas:

- O Ano de 1899 (ano 7 – n.1 – 07/01/1899 – p.1).
- A Nossa Folha (ano 7 – n.5 – 04/02/1899 – p.1).
- A Evangelização de São Paulo (ano 7 – n.6 – 11/02/1899 – p.1).
- Uma nova Bandeira (ano 7 – n.10 – 09/03/1899 – p.2).
- Uma Nova Bandeira (ano 7 – n.11 – 16/03/1899 – p.1).
- Uma Nova Bandeira (ano 7 – n.12 – 23/03/1899 – p.1).
- Uma nova Bandeira (ano 7 – n.13 – 30/03/1899 – p.1).
- Uma Nova Bandeira (ano 7 – n.14 – 06/04/1899 – p.1).
- Uma Nova Bandeira (ano 7 – n.15 – 13/04/1899 – p.1).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.16 – 20/04/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.23 – 08/06/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.24 – 08/06/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.25 – 22/06/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.26 – 29/06/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.28 – 13/07/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.34 – 24/08/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.36 – 07/09/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.38 – 21/09/1899 – p.2).
- O Seminário e a Diretoria (ano 7 – n.41 – 12/10/1899 – p.2).
- Dr H.S Allyn (ano 7 – n.44 – 02/11/1899 – p.3).
- Conferências Ecumênicas das Missões Estrangeiras (ano 7 – n.47 – 23/11/1899 – p.2).

O Estandarte 1900:

No ano de 1900 a produção de Eduardo Carlos Pereira foi de 15 artigos com os seguintes temas:

- Ano de 1900 (ano 8 – n.1 – 04/01/1900 – p.1).
- Ao Dr. H.S. Allyn (ano 8 – n.2 – 11/01/1900 – p.1).
- Semana de Oração (ano 8 – n.3 – 18/01/1900 – p.2).
- Sustento Próprio (ano 8 – n.5 – 01/02/1900 – p.2).
- A Missão de Nossa Igreja (ano 8 – n.7 – 15/02/1900 – p.3).
- A Missão de Nossa Igreja (ano 8 – n.10 – 08/03/1900 – p.2).
- A Mediação de Jesus Cristo (ano 8 – n.15 – 12/04/1900 – p.1.;
- Conferência Ecumênica (ano 8 – n.18 – 03/05/1900 – p.1).
- Conferência Ecumênica (ano 8 – n.20 – 17/05/1900 – p.1).
- Um Protesto (ano 8 – n.23 – 07/06/1900 – p.2).
- A Independência de Nossa Igreja (ano 8 – n.25 – 21/06/1900 – p.1).
- O Jesuitismo e a Maçonaria (ano 8 – n.37 – 13/09/1900 – p.1).
- Em Defesa de O Estandarte (ano 8 – n.39 – 27/09/1900 – p.2).
- Em Defesa de O Estandarte (ano 8 – n.40 – 04/10/1900 – p.2).
- Em Defesa de O Estandarte (ano 8 – n.41 – 11/10/1900 – p.2).

O Estandarte 1901:

Durante o ano de 1901 foram escritos 20 artigos com os seguintes temas:

- Pela Coroa Real do Salvador (ano 9 – n.3 – 04/01/1901 – p.10).
- A Razão Contra a Fé (ano 9 – n.4 – 24/01/1901 – p.1).
- A Maçonaria na Igreja (ano 9 – n.5 – 31/01/1901 – p.2).
- A Maçonaria na Igreja (ano 9 – n.6 – 07/02/1901 – p.1).
- A Maçonaria e a Igreja (ano 9 – n.8 – 21/02/1901 – p.2).
- A Maçonaria ou a Igreja (ano 9 – n.9 – 28/02/1901 – p.1).
- A Maçonaria ou a Igreja (ano 9 – n.10 – 07/03/1901 – p.1).
- A Maçonaria e o 3º Mandamento (ano 9 – n.11 – 14/03/1901 – p.1).
- A Maçonaria e o 3º Mandamento (ano 9 – n.12 – 21/03/1901 – p.1).
- A Maçonaria e o 3º Mandamento (ano 9 – n.13 – 28/03/1901 – p.1).
- A Maçonaria e o 3º Mandamento (ano 9 – n.14 – 04/04/1901 – p.1).
- A Maçonaria na Igreja (ano 9 – n.17 – 24/04/1901 – p.1).
- Escola Parochial (ano 9 – n.19 – 09/05/1901 – p.2).
- João Veríssimo de Paiva (ano 9 – n.25 – 20/06/1901).
- Rev. Bento Ferraz e E. de Oliveira (ano 9 – n.33 – 15/08/1901 – p.1).
- Em Seus Passos Que Faria Jesus (ano 9 – n.35 – 29/08/1901 – p.1).
- Em Seus Passos Que Faria Jesus (ano 9 – n.37 – 12/08/1901 – p.1).
- Em Seus Passos Que Faria Jesus (ano 9 – n.38 – 19/09/1902 – p.1).
- Em Seus Passos Que Faria Jesus (ano 9 – n.39 – 26/09/1901 – p.1).
- Em Seus Passos Que Faria Jesus (ano 9 – n.40 – 03/10/1901 – p.1).
- Em Seus Passos Que Faria Jesus (ano 9 – n.41 – 10/10/1901 – p.1).

O Estandarte 1902:

Durante o ano de 1902, Eduardo Carlos Pereira publicou 17 artigos com os seguintes temas:

- Nova Vida (ano 10 – n.1 – 02/01/1902 – p.1).
- Dia de Oração Comum (ano 10 – n.7 – 13/02/1902 – p.2).
- O Ministro do Evangelho (ano 10 – n.9 – 27/02/1902 – p.2).
- Pela Coroa Real do Salvador (ano 10 – n.12 – 20/03/1902 – p.2).
- Pela Coroa Real do Salvador (ano 10 – n.13 – 27/03/1902 – p.2).
- Pela Coroa Real do Salvador (ano 10 – n.14 – 03/04/1902 – p.2).
- Nosso Dia De Oração (ano 10 – n.16 – 17/04/1902 – p.1).
- Oração Comum Pela Pátria e Pela Igreja (ano 10 – n.17 – 24/04/1902 – p.1).
- As Assembléias Geraes das Igrejas Mães (ano 10 – n.19 – 08/05/1902 – p.2).
- O presbitério de minas (ano 10 – n.27 – 03/07/1902 – p.2).
- A Igreja Presbyteriana no Japão (ano 10 – n.28 – 10/07/1902 – p.3).
- Rev. Herculano de Correa (ano 10 – n.30 – 24/07/1902 – p.1).
- Rev. George W. Chamberlain (ano 10 – n.33 – 14/08/1902 – p.2).
- Rev. Antonio Bandeira Trajano (ano 10 – n.34 – 21/08/1902 – p.2).
- Tradução ou Revisão (ano 10 – n.41 – 09/10/1902 – p.1).
- Associação Cristã de Moços (ano 10 – n.42 – 16/10/1902 – p.1).
- Alliança Evangélica (ano 10 – n.45 – 08/11/1902 – p.1).

O Estandarte 1903:

No ano de 1903 foram publicados por Eduardo Carlos Pereira 14 artigos com os seguintes temas:

- Os trezentos de Harad (ano 11 – n.1 – 01/10/1903 – p.1).
- Bella Vista (ano 11 – n.14 – 02/02/1903 – p.1).
- O Domingo (ano 11 – n.16 – 16/04/1903 – p.2).
- Ao Synodo (ano 11 – n.19 – 07/05/1903 – p.1).
- Ao Synodo (ano 11 – n.21 – 21/05/1903 – p.1).
- Convenção (ano 11 – n.22 – 28/05/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.24 – 11/06/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.25 – 18/06/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.26 – 25/06/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.27 – 02/07/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.29 – 16/07/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.30 – 23/07/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.31 – 30/07/1903 – p.1).
- Solução Presbyteriana (ano 11 – n.35 – 20/08/1903 – p.1).

ANEXOS

ANEXO B FOTO DA FAMÍLIA

ANEXO 02 – Fotos da Família

Figura nº 01 - Fotos da Família



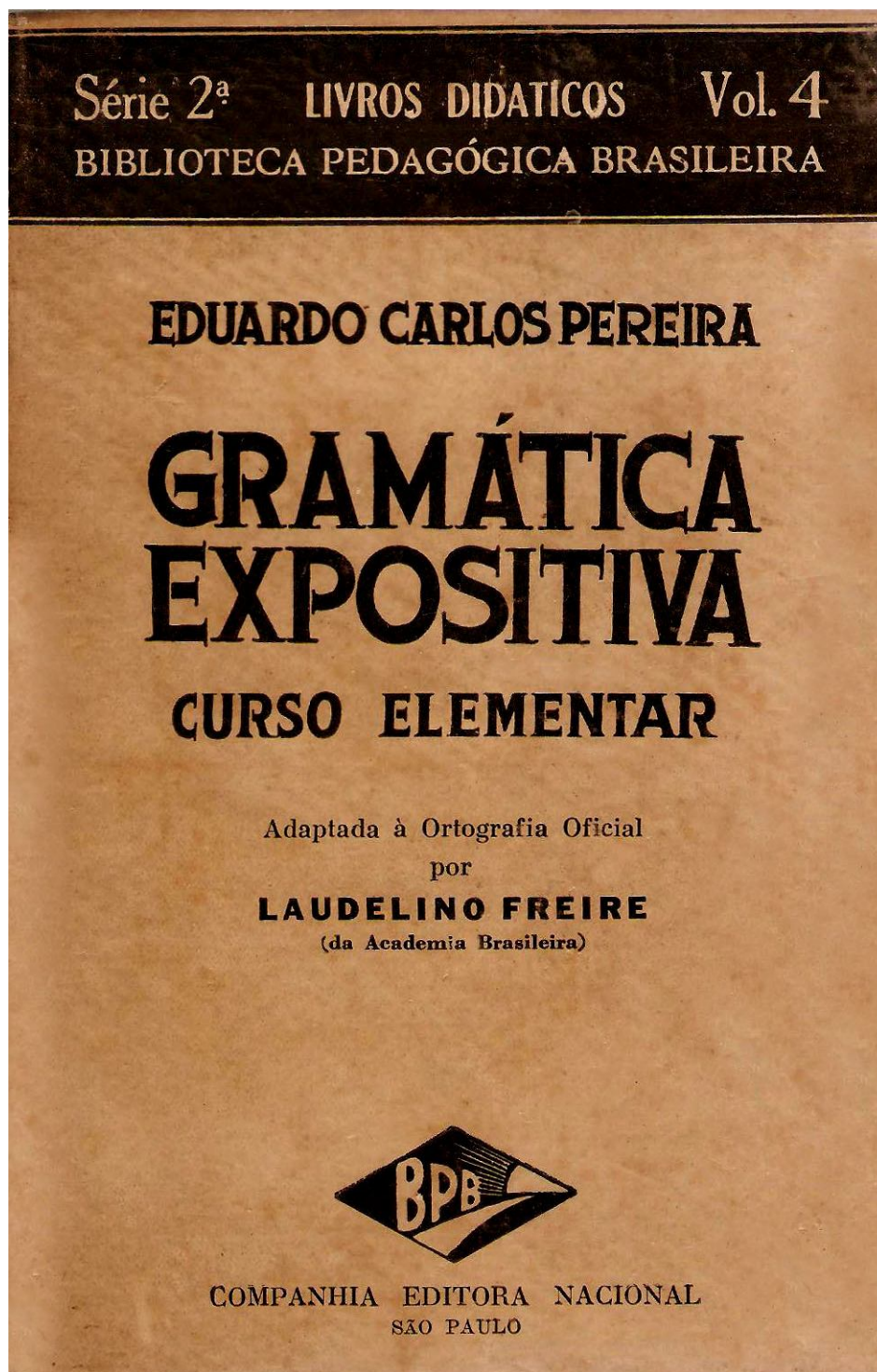
Luísa, Eduardo e os filhos Carlos e Leonor

ANEXO C DIPLOMA DE NOMEAÇÃO

ANEXO 03 – Diploma de Nomeação

[illegible][illegible]

ANEXO D GRAMÁTICA EXPOSITIVA - CURSO ELEMENTAR



ANEXO E GRAMÁTICA EXPOSITIVA - CURSO SUPERIOR

